



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GILEYDE GEYDE F. CASTRO LOPES

**A INDUSTRIALIZAÇÃO NO PARANÁ E A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL:
O SISTEMA SENAI/SESI (1970-1990)**



GILEYDE GEYDE F. CASTRO LOPES

**A INDUSTRIALIZAÇÃO NO PARANÁ E A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL:
O SISTEMA SENAI/SESI (1970-1990)**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação,
da Universidade Estadual de Londrina, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Educação.

Orientador: Prof. D^o Marcos Jorge

Londrina
2010

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

L864i Lopes, Gileyde Geyde F. Castro.

A industrialização no Paraná e a educação profissional : um estudo do sistema SENAI/SESI (1970-1990) / Gileyde Geyde F. Castro Lopes. – Londrina, 2010.
102 f. : il.

Orientador: Marcos Jorge.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.

Inclui bibliografia.

1. Educação profissional – Tecnologia – Paraná – Teses. 2. Ensino técnico industrial – SENAI – Teses. 3. Empresários e inovações tecnológicas – Formação profissional – Teses. I. Jorge, Marcos. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 377

GILEYDE GEYDE F. CASTRO LOPES

**A INDUSTRIALIZAÇÃO NO PARANÁ E A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL:
UM ESTUDO DO SISTEMA SENAI/SESI (1970-1990)**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação,
da Universidade Estadual de Londrina, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Educação.

Orientador: Prof. Doutor Marcos Jorge.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Marcos Jorge
Universidade Estadual Paulista – UNESP – SP

Dra. Adreana Dulcina Platt
UEL – Londrina – PR

Dra. Eliana Marques Zanata
Universidade Estadual Paulista – UNESP – SP

Londrina, 04 de Outubro 2010.

Dedico este trabalho para **minha filha Nathália**
e **minha mãe Zuleika** como agradecimento pela
infinita compreensão com que elas suportaram
esse período de trabalho, intensos estudos e
ausência

AGRADECIMENTOS

Ao orientador Professor Doutor Marcos Jorge, por acreditar neste projeto, orientações e pela paciência com o orientando.

Aos amigos do mestrado que me ajudaram durante um ano foram companheiros em estudos e trabalhos.

Mudam os tempos, as mentalidades e as
maquinas. Somente uma coisa permanece: o
homem. Inserido neste homem seus valores e
seus sonhos.

Memórias da Indústria Paranaense (2007).

LOPES, Gileyde Geyde Fernandes de Castro. **A Industrialização no Paraná e a educação profissional**: um estudo do sistema SENAI/SESI (1970-1990). 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2010.

RESUMO

Esta dissertação busca identificar e analisar a configuração da Educação Profissional que se estabeleceu no estado do Paraná entre a década de 70 e 90 do século XX, período correspondente ao *boom* do desenvolvimento econômico do Estado. Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar a configuração da educação profissional no Paraná, no período acima citado, tendo como foco as Entidades SENAI/SESI. Primeiramente, o estudo almeja uma visão da história econômica do Paraná. Em seguida, a apresentação do processo evolutivo da educação profissional no Brasil e Paraná. Finalmente elencar o perfil da educação técnico-profissional, na voz das entidades patronais SENAI/SESI. Os objetivos específicos serão responsáveis por estabelecer os fatores sócio-políticos e econômicos da história paranaense que influenciaram a educação profissional, buscando atrelar a voz do empresariado, suas manifestações e ações à criação de uma educação que atendesse ao mercado de trabalho deste Estado.

Palavras-chave: Educação profissional. Desenvolvimento industrial. Empresários. SENAI/SESI.

LOPES, Gileyde Geyde Fernandes de Castro. **The Industrialization in Parana and professional education: a study of the system SENAI / SESI (1970-1990)**. 2010. 102f. Dissertation (MA in Education) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2010.

ABSTRACT

This thesis seeks identify and analyze the configuration of Professional Education that was established in the state of Paraná between the 70 and 90 of the twentieth century, a period corresponding to the boom of economic development of the state. Thus, the purpose of this study is to analyze the configuration of vocational education in Paraná in the above mentioned period, focusing on the Entities SENAI / SESI. First, the study looks a vision of the economic history of Paraná. Then, the presentation of the evolutionary process of professional education in Brazil and Paraná. Finally, to list the profile of technical and vocational education, in the voice of employers SENAI / SESI. Specific goals will be responsible for establishing the socio-political and economic history that influenced the Paraná professional education, seeking to join the voice of business community, its manifestations and actions in pursuit of providing education that meets the labor market of that State.

Keywords: Professional education. Industrial development. Entrepreneur. SENAI / SESI.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Interamericano para o Desenvolvimento
IEL/Pr	Instituto Euvaldo Lodi - Paraná
BADEP	Banco de Desenvolvimento do Paraná
BID	Banco Interamericano do Desenvolvimento
CEFETs	Centros Federais e Centros Federais Tecnológicos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COPASA	Companhia Paranaense de Silos e Armazéns
COPEL	Companhia de energia elétrica do Paraná
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
IEL	Instituto Euvaldo Lodi - Nacional
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PND	Planos Nacionais de Desenvolvimento
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
SANEPAR	Serviço de água e esgoto do Paraná
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SESI	Serviço Social da Indústria
UNIDUS	Universidade da Indústria
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 A INDUSTRIALIZAÇÃO PARANAENSE	20
1.1 DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO OU NÃO	20
1.2 A INDÚSTRIA PARANAENSE DOS ANOS 1970	24
1.3 A MARCA DA INDÚSTRIA PARANAENSE	30
2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	34
2.1 BREVE RESGATE DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	37
2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ	44
2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O EMPRESARIADO PARANAENSE.....	53
3 GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E EDUCAÇÃO	56
4 EDUCAÇÃO E O EMPRESARIADO PARANAENSE	60
4.1 Empresários Paranaenses – Pensamento Educacional.....	65
4.1.1 SENAI/SESI: o Pensamento Educacional Patronal Paranaense Atual.....	65
4.2 SENAI/SESI	71
4.3 A CONFIGURAÇÃO DA VISÃO EDUCACIONAL DO EMPRESARIADO PARANAENSE NAS DÉCADAS DE 1970 -1990.....	73
4.4 SENAI/SESI – AS AÇÕES NO PARANÁ	85
4.5 O SENAI – PARANÁ	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

A motivação de um trabalho de pesquisa no mestrado, focado no campo da modalidade do ensino profissional, foi resultado da nossa experiência docente, vivenciada no Colégio SESI – Maringá, uma escola pertencente à Federação das Indústrias do Paraná – FIEP, de ensino básico, em nível médio, direcionada para a formação de um profissional na sua totalidade. Um colégio que tem, na sua filosofia, o discurso da sociedade do conhecimento e da tecnologia, do pensamento do empreendedorismo e da filosofia “Open Mind”¹, buscando a formação da educação básica do futuro profissional da indústria.

Essa prática docente nos proporcionou vivenciar o desenvolvimento de um projeto que atrela a educação básica, em nível médio, ao ensino profissionalizante, por meio da parceria das entidades SENAI/SESI. Essa experiência instigou-me apresentar a trajetória e configuração do ensino técnico-profissionalizante no Paraná, juntamente ao discurso do empresariado paranaense, no que tange à proximidade entre a formação básica e a formação profissional, a partir das entidades patronais SENAI/SESI.

Percebemos por meio da análise bibliográfica, que esse objeto de estudo, ou seja, a educação profissional tendo como ponto de partida a formação para a indústria paranaense, pouco tem sido estudado e discutido com profundidade no contexto das ciências sociais e humanas, em especial no campo educacional paranaense. Todavia, educação profissional tem sido discutida em um nível mais geral, e não local. Podemos citar, entre alguns estudiosos: Kuenzer (2000), Manfredi (2002) e Frigotto (2005).

Desta forma acreditamos que este estudo será relevante para os educadores envolvidos na modalidade da educação profissional e para os estudiosos da educação no Paraná. Um melhor conhecimento dos fatos determinantes da sua composição e trajetória, que têm formado os cidadãos/trabalhadores paranaenses.

Ao adentrar à História e “vasculhá-la”, percebemos que a educação profissional no Brasil e, portanto, no Paraná, esteve atrelada ao estigma de uma educação menor. A representatividade da educação no Brasil se apresenta dual na sua essência, uma dualidade pedagógica que se concretiza em dois ensinos “distintos”, o propedêutico e o profissional (KUEZER, 2002).

¹ Open Mind – de acordo com o dicionário The Free Dictionary: é ser receptível para novas e diferentes idéias ou opiniões dos outros. Disponível em: <<http://www.thefreedictionary.com/>>.

Este estudo deseja responder a respeito das determinantes sociais, políticas e econômicas que permearam a organização da educação profissionalizante no Paraná, partindo do pressuposto da influência dos empresários na conformação desta educação, e como esta se define nos dias atuais. Consideramos importante um recorte dessa trajetória, entre os anos 1970 e 1990, período de grandes mudanças no setor produtivo brasileiro e paranaense com forte influência da ideologia neoliberal.

A partir do início da década de 1970, o Paraná é tomado por um processo de transformação na sua economia, um trilhar que teve o seu início na década de 1960, por meio de um conjunto de ações do Governo Estadual, no intuito de promover o desenvolvimento industrial – em particular a indústria de transformação.

Esse período é considerado, por estudiosos da economia, o que impulsionou o *boom* da indústria paranaense, um período frutífero do desenvolvimento do estado. Esse movimento industrial e econômico impulsionou uma maior oferta de ensino profissional no estado, a exemplo do país como um todo, com a promulgação da Lei 5.692/71, a qual estabeleceu a união do ensino médio ao profissionalizante compulsório.

O estudo, também, resgata o processo de industrialização estadual, a sua distribuição espacial, a sua maior concentração e quais os fatores que contribuíram para a escolha na implantação dessas indústrias, a função do Estado nesse processo e a influência desse movimento econômico e social na formação educacional profissional da sua mão de obra.

Consideramos importante fazer uma trajetória do ensino profissional no Paraná atrelada aos processos de desenvolvimento industrial do Estado. Acreditamos que, para uma melhor compreensão da educação profissional que se estabelece no Paraná no século XXI, necessitamos conhecer as etapas históricas que a influenciaram.

Optamos por um estudo de caráter teórico, com a finalidade de esboçar um quadro das singularidades do movimento industrial no Paraná e a sua relação direta com a configuração da educação profissional no estado, tendo, como diretiva, as mudanças ocorridas na dinâmica do desenvolvimento econômico industrial que “embevecia” o espírito do Brasil no período das décadas de 1970 – 1990.

A pesquisa fundamenta-se em uma análise das fontes bibliográficas da educação brasileira e paranaense e do seu setor econômico (produtivo), juntamente com as fontes primárias, as quais correspondem aos documentos da entidade SENAI – Paraná, através dos relatórios anuais, a partir da década de 1960, e às propostas de ação do sistema da indústria no campo produtivo e na educação paranaense.

No que tange à questão produtiva paranaense e a sua influência nas transformações sociais, buscamos resgatar o processo de formação industrial paranaense, tendo em vista que grande parte dos estudos presentes na literatura está direcionada para o desenvolvimento industrial no Brasil e, em sua maioria, discute a formação econômica paulista, em especial a configuração e o potencial da indústria desse estado. Este trabalho revisita a história da formação industrial no estado do Paraná no período acima estabelecido, buscando entender a sua formação e a sua influência na concretização da educação profissionalizante.

A pesquisa toma como pressuposto que o estado do Paraná teve a sua “imagem” econômica, inicialmente, relacionada à produção de produtos primários, um estado produtor agrícola e que, paulatinamente, galgou o *status* de estado agroindustrial, a partir do movimento que se estabeleceu no Brasil por meio da descentralização da produção industrial. É importante ressaltarmos que essa formação industrial paranaense trouxe consigo mudanças significativas em nível de organização educacional. O novo processo produtivo influenciou o perfil da força de trabalho do estado e, conseqüentemente, a sua formação educacional.

Propomos rever o comprometimento da educação profissional no cenário produtivo, como esta interagiu com um sistema utilizado pelo interesse do Estado e da sociedade capitalista. Uma educação voltada para o atendimento do trabalhador paranaense, de acordo com a demanda específica de determinadas funções. Assim, visitar esse movimento de organização produtiva desse período e a sua influência na formação educacional profissional paranaense nos permitirá compreender a divisão industrial paranaense e a configuração educacional profissional que se estabeleceram no estado.

O estudo das singularidades apresentadas no contexto industrial do Paraná nos faz rever algumas considerações quanto à história da formação da indústria paranaense, seus momentos de transformação e suas características, enfocando as suas singularidades, por ser este um estado, desde a sua gênese, de formação econômica atrelada majoritariamente ao fator agrícola. Uma relação de cumplicidade e “dependência” entre a indústria e a produção agrícola, desde o período da produção cafeeira no estado.

Portanto, almejamos, através da História, redescobrir o processo que envolveu a educação profissional no Paraná para melhor entender o processo produtivo e a educação profissional que se delineiam nos dias atuais. Por meio da pesquisa buscamos entender o que Dalarosa (2000) define como “trama de fios”, a qualidade dos fios depende das informações obtidas por meio das suas fontes primárias e secundárias, juntamente com a capacidade de análise do pesquisador (tecelão).

O encontro e a reflexão com a história da educação foram realizados por meio de pesquisa bibliográfica em livros, em teses, em dissertações, em artigos, em revistas e documentos, no universo *online* (na rede mundial de computadores) e em arquivos. Tivemos como objetivo fazer uma leitura crítica de todas as fontes bibliográficas e documentais estabelecidas, com o intuito de apresentar um trabalho que auxilie os pesquisadores da educação profissional a entenderem melhor a sua trajetória histórica e, conseqüentemente, a sua configuração atual. Referindo-se às fontes documentais, Lüdke (1986) destaca a importância dos documentos como fontes que fundamentam afirmações e declarações, dando credibilidade à pesquisa. Fontes que revelam as fortes transformações presenciadas na sociedade contemporânea; o surgimento do neoliberalismo, a reestruturação do trabalho na era da acumulação flexível; uma nova visão do trabalho, sua função e o resultado da sua produção.

Ao discutirmos educação como fonte e formação do cidadão para a cidadania e para o trabalho, faz-se necessário considerar a relação que aquela mantém com o universo social produtivo. A noção de trabalho e suas diferentes formas de concretização são históricas, determinadas pelos modos de organização da produção e de distribuição de riqueza e poder, uma atividade social, para garantir a existência dos indivíduos e manter a organização e funcionamento das sociedades. Por ter papel na estruturação das sociedades, o trabalho torna-se, portanto, objeto de reflexão de estudiosos de várias áreas do conhecimento, na busca de entender os processos de organização e o funcionamento das sociedades, a história da realização do ser social “através da produção da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho” (ANTUNES, 1995, p. 123).

Segundo Dereymez (1995), a importância do trabalho advém da sua função como base formadora da estrutura econômica da sociedade, por meio da força de produção de bens e serviços, resultando na renda e sobrevivência da população, portanto, servindo como instrumento de inserção social. O trabalho faz surgir práticas coletivas, ordena os ritmos e a qualidade de vida. Isso implica que o trabalho é uma das categorias que “alimenta” as relações sociais entre os diferentes grupos, classes e setores da sociedade, cingidos por uma identidade social e cultural. O referido autor acrescenta que o trabalho, como atividade social, também constitui objeto de ação e intervenção de políticas governamentais pelo Estado e pelos seus gestores na regulação, controle e distribuição dessa atividade social.

As mudanças profundas pelas quais o mundo vem passando desde o fim do século passado e as novas exigências da sociedade, em um período de desenvolvimento alicerçado na ciência, na tecnologia e nas pressões pela democratização das relações sociais,

têm produzido transformações significativas na prática social e no trabalho (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2002). Corroborando com Frigotto e Ciavata (2002), Antunes (1995, p. 24) acrescentam que “novos processos de trabalho emergem, o cronômetro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produção, adequando a produção à lógica de mercado”.

Sendo a educação, na sua condição humanizadora, parte integrante desse contexto de mudanças sociais, juntamente a existência de uma relação com o trabalho, ela tornou-se alvo de constantes mudanças, na busca de sua adequação às exigências requeridas por cada período histórico. O processo de mudanças nas relações sociais de produção demandou novas feições à educação, no que tange ao seu papel de provedora do conhecimento e formadora da mão de obra para o trabalho.

Ao articularmos a educação profissional, foco de nosso estudo, a esse contexto, aquela pode ser caracterizada por dois vieses importantes; o primeiro está relacionado à sua posição como modalidade de ensino, no interior da estrutura educacional, e o segundo, ao trabalho. Historicamente, temos presenciado, no Brasil, a ausência de articulação entre a educação profissional e a educação básica, fato este definido por Kuenzer (2002) como “dual”, estruturas de ensino paralelas com uma educação direcionada para classes sociais distintas; o ensino propedêutico fortalecendo as funções intelectuais e diretivas na formação dos indivíduos, enquanto a educação profissional o faz com as funções instrumentais, divisão que marca todo o processo histórico da educação profissional no Brasil. Observamos que a própria sociedade capitalista tem promovido a separação entre os que “pensam” e os que “fazem”, portanto, a educação profissional, preconceituosamente, tem sido, historicamente considerada educação de segunda categoria no interior da estrutura educacional brasileira. Esta visão fica bem clara na afirmação:

Seguindo a lógica da divisão social e técnica do trabalho: educação profissional para trabalhadores, que vão desempenhar as funções instrumentais na hierarquia do trabalho coletivo, e educação humanística para os dirigentes e intelectuais (KUENZER, 2002, p. 34).

Essa dualidade estrutural caracteriza o sistema educacional brasileiro, a função dirigente e a função técnica – trabalhador; uma educação que, para Kuenzer (2002), deveria primar pela união da capacidade instrumental às capacidades de se pensar, estudar e criar. Portanto, desde a sua idealização, a educação profissional no Brasil tem sido vista como prioritária para atender à demanda do mercado de trabalho, o qual se tornou a força motriz

dessa modalidade de educação, que alimenta a idéia de possibilidade para os pobres, na aquisição de um emprego. Para Frigotto (1998 apud OLIVEIRA, 2000), a sociedade capitalista tem alimentado uma concepção desvirtuada que tenta atribuir à educação, em geral, e à formação profissional, em particular, o papel definidor das relações de poder no plano econômico e político, quando, segundo esses autores, na verdade ocorre o inverso.

Forja-se, portanto, uma concepção de que a estrutura educacional desenvolve competências exigidas pelo mercado de trabalho e permitem aos indivíduos a “empregabilidade”. De acordo com Oliveira (2003), para a América Latina esta visão tem uma perspectiva “salvacionista”, o setor produtivo busca um modelo de educação que contemple a nova conformação do mundo do trabalho, que se intensifica com o movimento cíclico de mudança da ordem capitalista brasileira.

É vasta a literatura que traz no seu bojo a discussão e a análise dessa concepção de ensino profissional e a sua relação com as mudanças provocadas pelas crises cíclicas do capitalismo, conseqüentemente, a degradação do trabalho, resultado desses processos. O que mais impulsiona esses estudos são as profundas contradições presente no discurso do ideário capitalista pós-moderno, entendido também como neoliberalismo.

Estudiosos como Oliveira (2000) e Manfredi (2002) destacam a presença, nos dias atuais, de um discurso quanto ao surgimento de “um novo tempo”, o tempo da globalização, da modernidade competitiva, de reestruturação produtiva. Um novo “credo” representado na figura das concepções do neoliberalismo e pós-modernismo que faz emergir, na relação trabalho e formação humana, discursos como: o fim do trabalho, sociedade pós-industrial, sociedade do conhecimento, empregabilidade, pedagogia das competências (ANTUNES, 1995).

Salientamos que vivemos, neste novo século, “contradições”, na dimensão de construção do ser humano, seja no âmbito social, educativo ou do trabalho. Exigências de competências e habilidades profissionais, partindo de uma visão da educação como “salvadora”, “impulsionadora”, ou mesmo “ponte” para o mercado de trabalho, quando na realidade não existe trabalho para todos. Ser capaz neste universo de trabalho capitalista não assegura uma vaga. É pertinente salientar que os discursos capitalistas, no que tange a formação educacional tem causado uma profunda “insegurança” no indivíduo.

A força de trabalho tem se tornado mercadoria que pode ser negociada, fragilizando o trabalhador pela insegurança quanto às garantias de emprego e de direitos, “conscientemente” negligenciados ou esquecidos pelo neoliberalismo. De acordo com Santos (1999a, p. 54-55), a insegurança fragiliza o trabalhador,

grupos sociais vulnerabilizados pela precariedade do trabalho que manifesta elevados níveis de ansiedade e insegurança quanto ao presente e ao futuro, de modo a fazer baixar o horizonte de expectativas e a criar a disponibilidade para suportar grandes encargos, de modo a obter reduções mínimas dos riscos e da insegurança.

Para este autor, o discurso da empregabilidade e das “ilusões de segurança” através da qualificação gera ansiedade nos trabalhadores adultos e jovens, visto que as responsabilidades coletivas e públicas, quanto ao trato com o desemprego, passam para o plano individual. É o trabalhador o responsável pelo seu emprego, subemprego ou desemprego. Segundo Manfredi (2002), a “fora de moda e esquecida”, contudo, “revisitada” e “reformulada” Teoria do Capital Humano², continua a ser difundida, nos dias atuais, pelos senhores que comandam o mercado acionário e financeiro internacionalizado.

Difundida pelos “homens de negócio”³. Segundo Frigotto (2000), os defensores da teoria do capital humano e, nos dias atuais, da qualidade total da educação, ao moldarem a educação a uma dimensão econômica, estabelecem como função daquela a preparação para o mercado de trabalho, atribuindo a ela o poder de equalização social, uma dinâmica econômica e política.

Se no âmbito da ideologia desenvolvimentista da década de 1970 a Teoria do Capital Humano surge contribuindo para afirmar a eficácia da educação como instrumento de renda e equalização social, a sua releitura, nos dias atuais, pelo capitalismo neoliberal, tem sido mais incisiva quanto ao papel do indivíduo na nova visão de distribuição do trabalho no processo produtivo.

Vista como sinal de um novo estágio na história do modo de produção vigente. A qualificação do trabalhador passou a ser requisito básico para a obtenção de um emprego qualificado e, conseqüentemente, para se galgar uma melhor posição na pirâmide social. Portanto, o investimento no capital humano por meio da formação educacional “possibilitará” ao indivíduo obter um “emprego”, ou seja, ser empregável em uma sociedade do desemprego. A capacitação para a produção é a ênfase da teoria do capital humano que se concretiza em torno dos processos educativos.

Frigotto (1995, p. 36),

² A Teoria do Capital Humano advoga uma maior escolarização que contribua diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, em função de um aumento de renda que decorre, diretamente, da sua melhor qualificação, para o desempenho no mercado de trabalho (OLIVEIRA D., 2001, p. 32).

³ Homens de Negócios: termo atribuído por Frigotto (1995) aos empresários da indústria brasileira.

[...] a idéia de capital humano é uma “qualidade” ou um grau de educação e qualificação, tornando como indicativo de um determinado volume de conhecimento, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção.

Podemos inferir, através dessa citação que, no pensamento neoliberal, o investimento na formação humana se tornou o melhor negócio quando a questão é o desenvolvimento das nações por meio da maior e melhor capacitação da força de trabalho e da mobilidade individual. É pertinente salientarmos que, na atualidade, a educação básica tem sido reconhecida como princípio básico para a ampliação das possibilidades de inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

Portanto, a lei da empregabilidade, atrelada à capacitação humana, busca indivíduos a serviço dos meios de produção capazes de se adequarem as exigências dos padrões profissionais exigidos.

Oliveira R. (2003), ao analisar o conceito de empregabilidade, nos fala ser este um mecanismo que retira do capital e do Estado a responsabilidade pela implementação de medidas capazes de garantir um mínimo de condições de sobrevivência para a população, repassando ao indivíduo a responsabilidade pela sua preparação para se conformar às exigências do mundo do trabalho.

Oliveira R. (2003, p. 8) registra que

o Estado utiliza-se de novos conceitos como o da empregabilidade e competências, articuladas a um referencial pedagógico de qualidade na educação nos moldes do interesse da elite empresarial para a produção flexível, na busca de atingir um maior potencial de competitividade e produtividade.

A referida autora ainda salienta que, apesar de ser minimizada a função de mantenedora das ações sociais pelo Estado, isso não se designa às suas funções de controle para o capital. Para Gentili (2001), a busca é apenas por um Estado minimizado, a aposta é na capacidade do próprio indivíduo.

Esta é uma das características do neoliberalismo, que propõe a retirada da responsabilidade para com o financiamento da educação do âmbito estatal e repassada à sociedade. Não há políticas de emprego, carreiras, apenas indivíduos “empregáveis” ou “não”. Portanto, o indivíduo torna-se “vítima”, sem contestar, trazendo para si toda uma responsabilidade que deveria ser dividida com o Estado e a sociedade, regras impostas no interior das forças produtivas.

A educação nesse contexto tem sido vista como a oportunidade que o indivíduo tem para se adequar ao padrão exigido pelo universo produtivo, uma relação que articula o sistema produtivo à educação, resultando na capacidade de mão de obra para o trabalho produtivo.

No que tange à relação entre o setor produtivo e a educação, esta tem requerido da área educacional um modelo de educação que esteja alinhado à nova conformação do mundo do trabalho. O setor produtivo tem pressionado a educação para a formação de profissionais capazes de atuar em sintonia com o novo padrão produtivo (FRIGOTTO, 1996), uma educação que possa responder aos interesses e necessidades nos momentos de redefinição do padrão produtivo, nos dias atuais, o mundo da tecnologia, da globalização e da qualidade total.

Segundo Frigotto (1995), o progresso tecnológico, o avanço do conhecimento, os processos educativos e de qualificação fazem parte da história da humanidade, todavia, a preocupação não deveria ser na supervalorização da competitividade, eficiência, qualidade, mas sim da solidariedade, igualdade e democracia. Ao analisarmos as palavras do autor, a solidariedade nos traz a convicção da inclusão do indivíduo, no seu sentido literal.

Sendo, portanto, parte desse contexto educativo, a educação profissional, formadora da mão de obra que se insere no mundo do trabalho, seguindo o mesmo pensamento da empregabilidade, tem apenas tornado o indivíduo empregável ou disponível ao mercado de trabalho, mas não lhe garante o direito a um emprego, de acordo com Oliveira (2000), uma forma de alívio da pobreza e manutenção da ordem social.

A educação vista como condição indispensável na capacitação do indivíduo para enfrentar o processo produtivo, uma concepção capitalista de produção, repassa para o trabalhador a responsabilidade de estar ou não empregado, ou seja, estar ou não alinhado aos padrões de capacitação exigidos pelo mercado de trabalho e, indo um pouco mais longe, repassa ao indivíduo as vagas de trabalho que deve ser papel do Estado.

Todavia, não deveriam vê-la como a solução para a inclusão de todos no mercado de trabalho por meio da qualificação. Primeiro porque é uma utopia falarmos de emprego para todos os qualificados, quando existe um desemprego estrutural, e, segundo, a educação que se tem configurado no Brasil tem acirrado as desigualdades sociais.

A educação profissional nesse contexto de contradições é pensada e organizada, prioritariamente, em uma lógica econômica e como preparação para o mercado de trabalho.

Partindo deste pressuposto de que a educação surge como elemento importante no processo de produção capitalista, e a industrialização é a personificação deste processo, segundo Rodrigues (1997), o papel dos empresários, por intermédio de seus organismos de classe, tem disputado a hegemonia do pensamento educacional brasileiro, não só no âmbito da formação e qualificação profissional, mas também no contexto da educação básica escolar e do ensino superior Universidade da Indústria – UNINDUS. No tocante ao pensamento educacional dos empresários, este tem sofrido mudanças na busca de ajustar a formação escolar às mudanças organizacionais e a base técnico-científica do mundo pós-moderno, juntamente com a nova divisão internacional do trabalho. Todavia, segundo o autor, este intento nem mesmo no período da ditadura civil-militar foi atingido.

Para Rodrigues (1997), a postura do empresariado industrial, no que tange à educação, sempre foi de aproximação das resoluções políticas, na busca de uma formação da mão de obra adequada para atender ao mercado de trabalho. Tal postura se manifestou com mais clareza a partir da década de 1980, quando surgiu a articulação do binômio modernização/qualificação profissional, na defesa de uma formação profissional mais moderna, pertinente ao novo momento econômico do Brasil. Uma preocupação com uma formação melhor qualificada dentro dos padrões do mundo moderno, que fez surgir a concepção da sociedade do conhecimento e da tecnologia.

Os estudiosos em educação, entre eles, Frigotto (1977 e 1983), Bryan (1983), Bittencour (1991), vêm buscando entender as posições do empresariado no que tange às relações trabalho/educação, a partir de estudos sobre as entidades que compõem o núcleo de educação desse setor, entre os quais destacamos a Confederação Nacional da Indústria (CNI), na figura do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Um envolvimento direto com a formação profissional pensada, idealizada e concretizada para atender à demanda da indústria e do comércio.

Nas últimas décadas (1990-2000), temos presenciado um forte debate sobre a iniciativa empresarial para com a educação básica, um discurso que ecoa a necessidade de investimento em uma base educacional para os trabalhadores. No documento “Competitividade Industrial” da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 1988), o empresariado chamou a atenção para o fato de que a fragilidade do sistema educacional constrangia a formação de recursos humanos para o setor produtivo, uma distância entre o sistema educacional e as exigências do sistema produtivo. Neste sentido, o Documento explicita:

O sistema de ensino está afastado das verdadeiras necessidades geradas nas atividades econômicas. Em um ambiente marcado pela introdução das novas técnicas de produção, este distanciamento poderá se agravar, na medida em que a demanda por trabalhadores mais qualificados aptos para as funções complexas deverá aumentar (CNI, 1988, p. 19).

O empresariado nacional, de diversas formas, buscou demonstrar ao governo e à sociedade como um todo que havia a necessidade de o sistema educacional sofrer alterações de forma a se tornar “parceiro do desenvolvimento” estando articulado aos interesses industriais. Essa insatisfação foi revelada em alguns documentos formulados pelo empresariado.

Tais documentos apresentam uma convergência direta com as diretrizes do Banco Mundial e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (OLIVEIRA, 2008). Uma orientação para os projetos de Educação Profissional patrocinados pelas agências multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Para Frigotto (2001), a subordinação às orientações ideológicas do Banco Mundial tem como meta a formação do trabalhador a partir das novas bases materiais, tecnológicas e organizacionais da produção. “Podemos observar que a reforma da educação profissional incorporou perfeitamente as sugestões de seletividade de clientela e de duração dos cursos profissionalizantes feitas pelas agências multilaterais” (OLIVEIRA, 2008, p. 127). Corroborando com Frigotto (2001), Oliveira (2008) afirma que a aproximação entre o proposto pelas agências multilaterais e o proposto pelos empresariados resulta em uma educação profissional que é a expressão da correlação de forças entre capital e trabalho em nível nacional e internacional.

Diante de tais elementos, a perspectiva político-pedagógica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), representada pelo sistema S⁴, passa a ser referência fundamental para a educação profissional no Brasil. Segundo Rodrigues (1997), desde a sua criação, a CNI apresenta-se como necessária para manter afastado da sociedade brasileira o caos⁵ de uma educação profissional não eficiente e incapaz de atender às necessidades do mercado de trabalho.

⁴ O Sistema S configura-se como uma rede de Educação Profissional paraestatal, organizada e gerenciada pelos órgão sindicais (confederações e federações) de representação empresarial (MANFREDI, 2002).

⁵ Para o melhor entendimento do significado da palavra “caos” usado por Rodrigues (1997), indicamos a leitura: RODRIGUES, José dos Santos. **O Moderno Príncipe Industrial**: o pensamento pedagógico da confederação nacional da indústria. 1997. 289f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Ainda, segundo o autor, o discurso remonta à recomposição da hegemonia industrial representada por *télos*⁶ particulares, metas a serem seguidas pela sociedade. O autor identifica três momentos que se configuram no plano discursivo ideológico como *télos* constitutivos do discurso ideológico da burguesia industrial desde o final dos anos 1930: da nação industrializada, do país desenvolvido e da economia competitiva.

Dos *télos* apresentados pelo autor, o que se constituiu hegemonicamente na orientação pedagógica do sistema educacional foi o da competitividade, centrada nas competências e habilidades, uma perspectiva pedagógica atual do governo em termos de educação básica e técnico-profissional.

O empresariado requereu do poder público maior investimento na educação básica pela necessidade de trabalhadores com maior nível de escolarização de forma a desenvolverem novas aprendizagens e, por conseguinte, ocuparem os postos de trabalho que venham a surgir dentro da leitura da “flexibilização” (RODRIGUES, 1997).

Resgatando uma citação de Nascimento O. (2007, p. 92), sempre foi atribuída à industrialização

a condição de responsável pelo progresso, pela emancipação econômica, pela independência política e pela democracia. Era sinônimo de civilização, portanto, tinha a incumbência de promover um tal desenvolvimento que nos colocasse em situação de igualdade com as consideradas nações prósperas e civilizadas, como os países da Europa e também os Estados Unidos da América.

Portanto, o desenvolvimento industrial de determinada região traz na sua concepção transformações significativas, uma mudança tanto econômica como social.

O trabalho está dividido em três capítulos: 1º: A industrialização paranaense: o Paraná, período de 1970-1990 do século XX; 2º: A educação profissional – sua configuração e a sua relação com a industrialização do Paraná; 3º: O pensamento educacional dos empresários do Paraná na voz da entidade patronal SENAI – análise e considerações dos documentos.

⁶ Na sua tese: O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da confederação nacional da indústria, Rodrigues (1997) caracteriza a palavra **télos** como os pensamentos ideológicos da burguesia industrial no processo histórico.

1 A INDUSTRIALIZAÇÃO PARANAENSE

1.1 DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO OU NÃO

Nas décadas de 1940-1950 deu-se no Brasil a expansão do desenvolvimento regional, decorrente do desenvolvimento capitalista. Nesse período, a máquina industrial produtiva do Brasil concentrava-se intensamente no Sudeste, entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, sendo este último a liderança desse movimento industrial e o responsável por mais de 50% da receita industrial do país. Portanto, a idéia de estado “periférico”¹ moldava-se bem ao estado do Paraná, que se caracterizava como grande importador de produtos manufaturados paulistas e fornecedor para este Estado de produtos primários e alimentos.

No contexto produtivo brasileiro das décadas acima citadas, o estado do Paraná, que estava próximo ao estado de São Paulo se inseria em uma relação desigual com esse estado, ou seja, de centro-periferia. Na verdade era uma relação comercial que provocava a evasão da renda do Estado do Paraná, advinda da agricultura do café, por ser este um estado não industrializado, portanto, necessitava comprar produtos manufaturados paulistas. Estas décadas antecederam o início da industrialização do estado (TRINTIN, 2006).

A inserção e participação da economia paranaense em nível de contribuição para a economia nacional deram-se por vários estágios no seu processo de formação; podemos citar o ciclo da erva-mate, o ciclo da madeira, o ciclo do café, que fizeram parte da formação econômica do Estado na representação de seus municípios (OLIVEIRA D., 2001). Todavia, a incessante busca por um Estado industrial se deu a partir da década de 1960 com ações do governo que visavam à concretização deste ideal.

Portanto, conhecer as décadas, o período de criação e da implementação dos muitos planos arquitetados para economia no Paraná implica revisitar e entender historicamente a dinâmica que permeou o processo econômico deste Estado, uma política econômica que se caracterizou pela busca, inicialmente, por uma infraestrutura que viesse a garantir o processo de desenvolvimento industrial impulsionado e estruturado pelo próprio Estado.

¹ Cano (1985) analisa os desequilíbrios regionais internos no Brasil.

Mesmo estando na posição de centro-periferia em relação a São Paulo, nos anos 1950 e 1960 do século XX, a economia paranaense ganhou importância no cenário nacional, e colocou o Paraná como o maior produtor de café do Brasil. Uma nova economia que surgia e ultrapassava a economia gerada pela produção da erva mate e a da madeira, obtendo “certa” representatividade no cenário nacional (TREVISAN, 1995). Com uma taxa de produção agrícola elevada, o Paraná tornou-se um celeiro da migração, mudando o perfil da formação social do Estado.

Apesar de existir uma fomentação populacional, o setor econômico e o sistema bancário e comercial, atrelados à produção do café paranaense, se localizavam e eram ativos na capital paulista, portanto, o recurso que não era reinvestido na produção agrícola no estado do Paraná era usado no crescimento da indústria paulista. Embora tivesse o café como seu maior “produto”, a representatividade do Paraná no setor industrial era insignificante ante o desenvolvimento deste setor observado em São Paulo.

As regiões Norte Novo e Norte Novíssimo² mantinham uma aproximação com São Paulo, por meio da produção cafeeira (OLIVEIRA, 2001). A não-existência de uma ligação entre o Paraná Novo/Novíssimo e o Paraná Tradicional³ fazia com que a região Norte mantivesse uma estreita e dependente⁴ relação com São Paulo. Inicialmente, o Paraná era um importador de produtos industrializados e exportador de produtos sem valor agregado. Partindo do pressuposto de que o Paraná “sempre” foi visto como um Estado agrícola e posteriormente agroindustrial, é pertinente estabelecermos uma ordem cronológica nesse processo de desenvolvimento industrial no Estado.

A força industrial paranaense das décadas de 1950 e 1960 apresentava uma produção restrita, tanto na sua qualidade, na quantidade e na diversificação. Era estabelecida em pequenas indústrias familiares que estavam à mercê da produção restrita para atender à necessidade local. Nesse contexto é compreensível que a força industrial paranaense nessas décadas se apresentasse precária. O mercado consumidor dessa indústria era, portanto, restrito, e a sua produção sem infraestrutura e sem investimentos.

² Região que abarcava desde o município de Maringá até Paranavaí (TRINTIN, 2006).

³ Região colonizada pelos europeus, região Sul do Estado. Paraná, de tradicional-colonização europeia, caracterizou-se por uma produção agrícola de subsistência, fundamentalmente para o consumo (TRINTIN, 2006).

⁴ Essa “dependência se refere à questão da aquisição de produtos industrializados pelo Paraná e o seu papel de fornecedor de insumo para a indústria paulista” (PADIS, 1981, p. 55).

A política econômica paranaense se caracterizou pela busca, inicialmente, de uma industrialização “independente”⁵. No discurso do governador Ney Aminthas Braga para a Assembléia Legislativa do Paraná (PREFÁCIO, 1964/65, p. 10), este afirma que “de outra parte, a convicção de que qualquer ajuda externa, nacional ou estrangeira tem função apenas complementar, subordinando-se ao esforço maior do próprio Estado no financiamento de seu desenvolvimento”. Todavia, tal proposta não pode ser praticada devido à inter-relação com o centro dominante (LEÃO, 1989).

[o] atraso paranaense resulta principalmente da divisão do trabalho no espaço nacional, este se caracterizava como grande importador de produtos manufaturados paulistas e vendedor de produtos primários e alimentos, o que colaborava para acentuar as desigualdades e o seu maior empobrecimento, pois não se reproduziam no interior de sua economia os efeitos dinâmicos de uma produção tipicamente capitalista.

Para a mudança dessa realidade seria necessário um investimento intenso na infraestrutura e na abertura de fronteiras de mercado. Até o período da década de 1960 do século XX, o setor industrial do Paraná estava fortemente vinculado à limitada transformação de produtos agrícolas. Vale acrescentar que o movimento de mudança dessa “paralisia” teve a sua primeira iniciativa na gestão do primeiro mandato do governador Ney Aminthas de Barros Braga (1961-1965), por meio da sua política de incrementação da indústria paranaense.

O Governo Estadual viciou-se na educação técnica de mentalidade industrial e, juntamente com as políticas econômicas nacionais implantadas nesse período, realizou ações para a consolidação de um novo perfil econômico e social, buscando criar instrumentos para à promoção, o crescimento e a diversificação da economia, com destaque para a ampliação da malha rodoviária, no setor de energia e outras obras de infraestrutura, com o objetivo de impulsionar o setor fabril. Os investimentos foram feitos com base em estudos técnicos, e estas ações se tornaram a mola propulsora da virada da economia paranaense na década de 1970.

Segundo Rodrigues (1997, p. 75),

o período compreendido, grosso modo, entre as décadas de 1930-1970, pode ser caracterizado pelo papel vigorosamente explicitado do Estado como indutor de crescimento econômico e como reparador ou amenizador das desigualdades sociais provenientes do modo de produção capitalista.

⁵ A política dos governos da década de 1960 no Paraná defendia o desenvolvimento e crescimento industrial do Estado por meio dos próprios recursos, no investimento de infraestrutura e incentivos fiscais, sem a ajuda de outros Estados, contudo, tal postura não foi possível ser estabelecida (DINIZ, 1993).

O Projeto de Desenvolvimento Industrial do Paraná proposto nos anos 1960 tinha o intuito de integrar o Estado que se apresentava fracionado em Paraná cafeeiro-paulista e no Paraná do Oeste e de proporcionar a base estrutural para o fortalecimento e expansão dos pequenos e médios capitais locais. Este projeto visava

[p]lanejar o desenvolvimento, através de uma atuação centralizada voltada para a criação de infra-estrutura em transporte e energia, financiamento de projetos industriais privados e racionalização do aparato administrativo do Estado. Na verdade, pensava-se a ação estadual nos quadros do nacional-desenvolvimentismo, apresentando-se nesse momento como dimensão política do modelo paranaense, readequando no plano do estado uma ideologia então dominante em termos nacionais (LEÃO, 1989 apud MILWARD, 1999, p. 9).

Corroborando esta análise, Oliva (1978 apud TRINTIN, 2005, p. 5) acrescenta que esse projeto estava sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Paraná – CODEPAR⁶ e apresentou-se alicerçado por três objetivos principais:

- a) integração de todas as regiões do Estado, antes determinadas pelas limitações entre o Paraná Tradicional, o Paraná Cafeeiro-paulista e o Paraná do Oeste;
- b) integração vertical da indústria paranaense, via processo de substituição de importações, principalmente de bens de capital e intermediários; e
- c) fortalecimento e a expansão dos pequenos e médios capitais locais.

Segundo Migliorini (2006), o Estado, na década de 1960, despertou para a necessidade de moldar-se aos padrões industriais na busca de um desenvolvimento capitalista moderno. Se anteriormente o Estado apresentava-se indiferente ao seu papel, começava a partir de então a intervir no desenvolvimento econômico por meio de investimentos físicos e financeiros, para a construção da infraestrutura básica para o desenvolvimento industrial, reproduzindo, em suas ações, as determinantes do movimento capitalista, instaurado no âmago do pensamento econômico brasileiro. Estando o Paraná inserido neste contexto, podemos entender que tal pensamento também adentrou ao ideário paranaense de desenvolvimento econômico.

A gestão do governador Ney Braga, década de 1960, se desloca de uma postura administrativa de povoamento e colonização, pensamento político do governo anterior, para uma postura de investimento no desenvolvimento industrial.

⁶ Companhia de Desenvolvimento do Paraná.

[...] visando dar uma estrutura mais equilibrada à economia paranaense, o governo voltou-se para a industrialização, inaugurando no Paraná uma política de efetivo apoio e incentivo ao setor privado para que ele possa[*sic*] ampliar o parque industrial do estado, absorver excedentes de mão de obra rural (Discurso Ney Braga, 1964, p. 27).

Assim, o Paraná, com o seu projeto de desenvolvimento industrial, revela um desejo de “sozinho” se constituir industrialmente, contudo, não é o que ocorre, pois continua à margem do desenvolvimento industrial até os anos de 1970, quando ocorre o *boom* da indústria no estado.

1.2 A INDÚSTRIA PARANAENSE A PARTIR DOS ANOS 1970

Se até 1970, a concentração industrial brasileira apontava São Paulo como o grande palco do investimento industrial, com o movimento de descentralização ocorre uma mudança significativa. Segundo Cano (1985), as regiões com proximidade a São Paulo, entre elas o Paraná, foram envolvidas por “impactos positivos de integração”, na condição de economias complementares ao capitalismo delineado por aquele estado. Isso se constituiu em marco de uma fase urbano-industrial do estado do Paraná. É deste marco que buscamos identificar as singularidades da implantação da indústria de transformação que adentrou ao Paraná na década de 1970. Com a mudança na mentalidade do governo, os investimentos de infraestrutura e as indústrias com alto nível de tecnologia e com maior escala de produção vieram e se instalaram neste Estado.

Nesse mesmo período a política agrícola do estado de incentivos de crédito subsidiado voltou-se para a produção das culturas modernas, leiam-se soja e trigo. Como podemos inferir, a agricultura foi a grande incentivadora para a transformação da indústria no Paraná (TRINTIN, 1989). Os núcleos industriais que foram surgindo estavam relacionados ao processamento da produção agropecuária. No período que abrange as décadas de 1970 e 1980, a produção industrial paranaense saltou de 16,6% para 28,07%⁷.

Os seguimentos apresentados na indústria nesse período foram: o complexo industrial ligado à transformação da soja, do milho e de produtos de pecuária no intuito de abastecer o mercado interno e externo; maior grau de elaboração na produção da indústria

⁷ Dados provenientes dos Censos Agropecuário e Industrial e de Serviço do Paraná (TRINTIN, 2006).

têxtil, no caso das fiações; a indústria química com o aumento na fabricação de produtos do refino do petróleo e a expansão da produção de álcool. As instalações, no Paraná, de uma unidade da Petrobrás e da indústria do papel e papelão foram beneficiadas diretamente, ainda, pelo período do II PND⁸, cujos recursos eram direcionados e aplicados em lugares com melhores condições de matéria prima.

A gestão do governo de Parigot de Souza, no início dos anos de 1970, manteve uma continuidade do pensamento e do projeto de desenvolvimento industrial do Estado idealizado nos anos de 1960. Dentre as diretrizes podemos citar: a busca da eficiência da relação Estado e setor privado, e uma melhor participação daquele na renda do país. É pertinente acrescentarmos que a mudança na estrutura econômica do Paraná pôde ser sentida nos anos de 1980 por meio da demografia, visto que o Estado tornou-se predominantemente urbano. Por exemplo, em 1970, com 6,9 milhões de habitantes, 4,4 milhões viviam no campo; em 1980, esse número reduz-se para 3,1 milhões em uma população de 7,6 milhões (MAGALHÃES, 1993). Tal comportamento pode ser visto como resultado da modernização da agricultura, ou seja, sua mecanização.

De acordo com Migliorini (2006), a agricultura do Paraná se modernizou pela sua relação com o setor industrial de insumos modernos, máquinas e equipamentos agrícolas e fornecimento de matéria prima para a indústria. Segundo o mesmo autor, a ação do Estado possibilitou a introdução, no Paraná, de setores modernos da indústria como: a mecânica, a produção de material elétrico e de comunicação, química e materiais de transporte. Esse período significou um marco para a concretização do “sonho” de um estado industrial, com uma agricultura moderna e a sua atividade “agroindustrial”. É pertinente salientarmos que o governo de Parigot de Souza e os que se seguiram posicionaram-se na busca da industrialização paranaense.

A virada no processo de industrialização do Paraná dos anos de 1970, mesmo que paulatinamente, revelou uma nova fase da indústria paranaense que foi resultado do movimento da desconcentração da indústria brasileira e estava sujeita ao condicionante do movimento da economia brasileira, no que tange à sua configuração espacial, proposto pelo Governo Federal.

Segundo Cano (1997), a desconcentração espacial da economia brasileira se deu em dois momentos: inicialmente ocorreu uma desconcentração produtiva, a partir de São Paulo, no período de 1970 a 1985, e a inflexão do desenvolvimento, entre 1985-1995 e,

⁸ Plano Nacional de Desenvolvimento.

posteriormente, uma queda da velocidade da perda de participação do Estado de São Paulo na economia nacional. Conforme o autor, entre 1970 e 1985 todos os estados brasileiros se beneficiaram do processo, principalmente a região Centro-Sul com os estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e os localizados no Centro-Oeste. Todavia, as cidades do interior de São Paulo e os estados mais próximos de São Paulo, como Minas Gerais e Paraná, foram os maiores beneficiados com a despolarização da indústria paulista.

De acordo com Diniz (1993, p. 35), que discorda da idéia de desconcentração como um movimento que buscava alimentar economicamente todas as regiões, ocorreu um desenvolvimento econômico “poligonal”⁹, que Pacheco (1999) denomina de Ilhas de produtividade, já citadas anteriormente:

é mais apropriado considerar o Brasil como um caso de desenvolvimento poligonal, onde um limitado número de novos pólos de crescimento ou regiões tem capturado a maior parte das novas atividades econômicas. O resultado está longe de ser uma verdadeira desconcentração, especialmente porque os novos centros estão no próprio Estado de São Paulo ou relativamente próximo dele.

O autor salienta ainda que o desenvolvimento poligonal ocorreu como resultado de um conjunto de forças, em que

[a] primeira resulta das deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e da criação de economias de aglomeração em vários outros centros e regiões. A segunda da política econômica ou ação do Estado com investimentos na infra-estrutura e incentivos fiscais. Uma terceira decorre da busca de recursos naturais que estimulou a abertura de novas regiões para o desenvolvimento. A quarta razão, a grande concentração social e espacial da renda e o conseqüente poder de compra e de pesquisa que retém o crescimento com maior base econômica. A quinta é a unificação do mercado, através da infra-estrutura de transporte e comunicações e o conseqüente aumento da competição inter-empresarial, que contribuíra para a desconcentração geográfica da produção (DINIZ 1993, p. 35).

Cano (1985) acrescenta que essa força de desconcentração pode ser percebida por três vieses: estímulo, inibição ou destruição da base comercial e produtiva existente nas regiões que estavam iniciando a industrialização. O mesmo autor acrescenta que o Paraná, mesmo estando no início do seu desenvolvimento industrial “dependente” de São Paulo, recebeu o impacto de integração e estímulo.

⁹ Desenvolvimento econômico poligonal – é resultado do surgimento de polígonos (cidades) que centralizam polos industriais, econômicos, de serviço e populacional. Para melhor conhecimento, indicamos a leitura de Diniz (1993) e Lemos (2003).

Alguns polígonos industriais surgiram no período de 1970-1990, uns mais expressivos, outros menos, de acordo com a distribuição regional das aglomerações industriais. Destacamos um polígono dinâmico entre Belo Horizonte, Uberlândia, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis, São José dos Campos e Belo Horizonte (DINIZ, 1993). Diniz ainda destaca, como um polígono especial por ter crescido acima da média nacional, São José dos Campos, Blumenau, Sorocaba, Campinas, Belo Horizonte, Curitiba, Joinville e Caxias do Sul.

Refletindo, Diniz (1993) afirma que o surto econômico dos anos de 1970 no Paraná englobou a modernização agrícola e agroindustrial, o avanço da indústria de papel e celulose, a constituição de um parque cimenteiro de Ponta Grossa e a implantação de uma refinaria de petróleo na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), bem como a instalação e consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

De acordo com esse mesmo autor (1993), o desenvolvimento regional brasileiro pode ser dimensionado em três estágios. O primeiro estágio se estabeleceu até os anos de 1960, quando ocorreram a concentração industrial em São Paulo e o aumento do desequilíbrio regional, sendo que apenas as regiões próximas de São Paulo foram beneficiadas (Minas Gerais e a região Sul), enquanto as mais distantes (Norte e Nordeste) perdiam posição relativa. O segundo ocorreu nos anos de 1970, quando claramente percebemos uma reversão da polarização da Área Metropolitana de São Paulo para o interior. O terceiro estágio é quando ocorre o alastramento industrial no país, impulsionado pelos projetos estatais, subsídios e incentivos fiscais.

Segundo Goularti Filho (2006, p. 16), a desconcentração econômica regional no Brasil se deu de forma mais clara a partir de 1970 com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), o II PND e as políticas de incentivo às exportações dos anos de 1970 e de 1980. Pacheco (1999), por sua vez, acrescenta que a década de 1970 foi o período de crescimento significativo da indústria brasileira, resultando na ampliação da sua capacidade produtiva.

Este impulso no desenvolvimento e crescimento das oportunidades industriais nos anos de 1970, que patrocinaram uma desconcentração espacial da indústria no Brasil, nos conduz a desvendar esse processo no Paraná.

Na década de 1980, o modelo produtivo que se estabelece neste estado alimenta a produção pelo desenvolvimento e o emprego de tecnologias, agregados à produção, tornando-a mais simplificada, todavia requereu um maior conhecimento do trabalhador, e a prestação de serviços. A base eletromecânica é substituída pela base

microeletrônica. O período que podemos denominá-lo de “pós-fordismo” (DEL PINO, 2000) abre as fronteiras internacionais, mesmo que em um ritmo tímido, para as relações econômicas.

Nos anos de 1990, o estado do Paraná dinamizou e diversificou a sua base produtiva e, conseqüentemente, a sua base de exportação, atraindo novos investimentos para o setor industrial e agroindustrial. A estrutura industrial do Estado do Paraná sofreu acentuada transformação. Novas incorporações, com novos seguimentos na indústria metal-mecânica surgem na região de Curitiba, eram as montadoras estrangeiras que se estabeleceram nesta região e fizeram o seguimento expandir (ROLIM, 1995).

Os últimos anos do século XX e início do século XXI revelam uma nova fase na industrialização e na economia do Paraná. Segundo Lourenço (1999) é alicerçada por seis bases: a transformação no seguimento da indústria metal-mecânica; o agronegócio, alicerçado pela composição cooperativista de produção; a expansão do ramo da indústria não-tradicional e dinâmicas, como a indústria de celulose e papel; a inserção da produção paranaense no mercado internacional, por meio da exportação; o desenvolvimento e a diversificação de novas atividades produtivas nas microrregiões e a ampliação do investimento na infra-estrutura do estado.

O crescimento da indústria paranaense foi marcado pela decisão de localização de investimentos públicos no território do Estado e pela ativa política de atração de investimentos privados levada a cabo pelo governo estadual. A instalação da Cidade Industrial de Curitiba(CIC) teve um papel de enorme importância tanto no crescimento do parque industrial do Paraná quanto na determinação de sua concentração no entorno de Curitiba (TRINTIN, 2006, p. 94).

Os investimentos do Governo se atinham com mais intensidade à região metropolitana da capital, no investimento para a indústria metal-mecânica; com menos intensidade de investimento a indústria do interior atraía a agroindústria por ter acesso fácil à matéria prima. Segundo Trintin (2006), as regiões que foram participativas no seguimento industrial, desenvolvido na capital metropolitana, foram os municípios de Londrina e Ponta Grossa que puderam desfrutar de uma participação quanto ao tipo de polo industrial desenvolvido em Curitiba. Portanto, abarcam o mesmo tipo de indústria implantado na capital do Estado.

Sob este enfoque de descentralização/desconcentração industrial brasileira, antes centrada em São Paulo, o Paraná buscou se desvincular de uma economia agrária,

esforçando-se por obter condições para a produção secundária e terciária. A agricultura teve papel importante na dinâmica econômica do Estado e tornou-se base para as transformações estruturais na economia paranaense. De um Estado estritamente agropecuário, caminhava-se para o setor de agroindústria. É pertinente acrescentar que o Estado mantém, nos dias atuais, a sua vocação para o setor produtivo da agroindústria.

A história da industrialização do Paraná revela que o Estado investiu em infraestrutura como transporte, energia e meios de comunicação na busca de um novo modelo de desenvolvimento na sua economia. A partir da segunda metade da década de 1970 e na década de 1980, observamos uma interiorização da indústria no Paraná, a modernização e o desenvolvimento da vida urbana no interior do estado, com suas transformações significativas das relações econômicas e sociais, tendo na agroindústria seu maior expoente.

Sintetizando, o Paraná ganhou destaque no descolamento da indústria nacional devido à diferenciação de salários, à guerra fiscal e à implantação do desenvolvimento local. Retornando um pouco na história da industrialização regional do Brasil, num impulso industrial que se estabeleceu a partir dos anos de 1960 do século XX, o destaque do Paraná se deu pela diversificação e modernização da sua agropecuária, passando a influenciar as relações de trabalho. A modernização da agricultura, para Trintin (2006, p. 76), “se confunde com expansão da soja”. O ciclo expansivo da economia brasileira, no intuito de promover o crescimento industrial em “algumas” regiões, que se deu no período estudado, advém do pensamento de desconcentração da estrutura produtiva a partir do núcleo São Paulo, resultando em uma configuração diferenciada para cada região do Brasil.

Cabe observarmos que a economia do Paraná tornou-se relevante ao aproveitar as oportunidades que as políticas de desenvolvimento regional ofereceram, juntamente com a expansão capitalista e a inserção da economia estadual no mercado nacional tanto na produção agrícola como industrial (TRINTIN, 2006).

O Estado assumiu um papel de centralizador do capital, para financiar a ampliação da indústria de bens de capital. O Governo do Paraná despertou ao realizar os investimentos em infraestrutura básica de transporte e energia elétrica (RISCHIBIETER, 1972). O investimento do Estado não apenas esteve presente na infraestrutura como no financiamento de pequenas e médias empresas (AUGUSTO, 1978 apud TRINTIN, 2006), todavia, o Estado sempre ficou à mercê da manipulação e do interesse do capital estrangeiro que exigiam do Estado uma postura de dependência, com um parque industrial dependente do investimento exterior e não-autônomo (AURELIANO, 1981 apud TRINTIN, 2006).

A partir da década de 1970, o Paraná investe em uma mudança qualitativa na atividade agrícola por meio da integração da agricultura e da indústria, no interior, e na indústria de seguimento metal-mecânico na região metropolitana de Curitiba.

Portanto, duas dinâmicas diferentes:

Uma determinada pelo comportamento dos complexos agroindustriais, que dependem fortemente do mercado internacional,... e outra que está atrelada aos centros urbanos do país, uma vez que nesta, entenda-se região metropolitana de Curitiba, se desenvolvem as indústrias mais modernas e mais dependentes do mercado interno brasileiro...um Paraná *agrobusiness* e um Paraná central, uma vez que a região metropolitana de Curitiba passou a ser a extensão de São Paulo (ROLIM, 1995 apud TRINTIN, 2006, p. 103).

O autor ressalta a idéia de centro/periferia proposto por Diniz (1993), para interpretar o desenvolvimento da economia paranaense no seu espaço geográfico, no período do II Plano Nacional de Desenvolvimento, meados da década de 1970.

1.3 A MARCA DA INDÚSTRIA PARANAENSE

O pensamento inicial do desenvolvimento indústria do estado do Paraná vislumbrava um desenvolvimento industrial autônomo. A história da industrialização do Paraná mostra a sua diversificação e modernização na agropecuária, que, para Trintin (2006, p. 76), “se confunde com expansão da soja”. Segundo Pereira (1992 apud FAJARDO, 2008), na década de 1970, o Paraná recebeu 20% do total de investimentos destinados para o Brasil, pois representava a maior área de cultivo e produção de soja e trigo.

Os seguimentos industriais presentes nesse período eram: o complexo industrial ligado à transformação da soja, do milho e de produtos de pecuária para abastecer o mercado interno e externo; a indústria têxtil, a qual passou a produzir com maior grau de elaboração, no caso das fiações; a indústria química com o aumento na fabricação de produtos do refino do petróleo e a expansão da produção de álcool; e a indústria do papel e papelão. O que tornou a composição industrial paranaense singular foi a sua relação estreita e direta com a sua gênese: a agricultura.

A característica que marcou a base da economia paranaense desse período diz respeito a uma integração entre os setores indústria/agricultura/comércio e serviços. Se até

a década de 1960 a economia paranaense estava atrelada ao ciclo de exploração e beneficiamento de produtos naturais, a partir da década de 1970, com a oferta de infraestrutura básica, incentivos governamentais e fiscais, juntamente com a modernização da agricultura e pecuária, a economia diversificou profundamente. Podemos presenciar um salto quantitativo e qualitativo no parque industrial do estado, todavia, a concentração espacial desse desenvolvimento industrial paranaense apresentou-se em apenas algumas regiões do estado conforme observado, com ênfase, na região de Curitiba.

O crescimento econômico de Curitiba foi lento, inicialmente se apresentou atrelado ao ciclo de exploração e beneficiamento de produtos naturais, mostrando-se “alheio” e desconectado do mercado nacional e do surto de desenvolvimento agrícola cafeeiro do Norte do Paraná. É pertinente salientarmos que esta condição advinha da constituição de um Estado sem infraestrutura (transportes e energia) que possibilitasse a integração efetiva entre as regiões do Estado e deste com outros centros produtivos (TRINTIN, 1989).

No processo de desenvolvimento industrial, a cidade de Curitiba foi a grande beneficiada com a criação de empresas estatais destinadas a atuar nos setores da economia, finanças, energia elétrica, etc.; estas surgiram como alicerce para o projeto da industrialização paranaense idealizado nos anos finais da década de 1960. É relevante citarmos entre tais empresas: o Banco do Estado do Paraná e a Companhia de Desenvolvimento do Paraná – CODEPAR, que posteriormente se tornou o Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP; a Companhia Paranaense de Silos e Armazéns – COPASA; a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico – CAFÉ DO PARANÁ; COPEL – Companhia de energia elétrica do Paraná; e SANEPAR – Serviço de água e esgoto do Paraná, entre outros.

A capital tornou-se o centro de investimento do governo, por estar estrategicamente bem localizada no que tange à infraestrutura para a acomodação das indústrias de grande porte, devido à sua localização estratégica, perto de São Paulo e dos estados do Sul.

A região metropolitana e a cidade de Curitiba tornaram-se, na década de 1970, um pólo industrial de relevância e prosperidade do Estado por estarem aptas a receber o movimento de descentralização da indústria de grande porte, como a automotiva, ramo mais modernos da economia, provenientes de investimentos multinacionais.

A maioria das indústrias instaladas eram oriundas de outros Estados ou resultado do investimento de capital estrangeiro, contava com grande capacidade financeira e padrão tecnológico, de características oligopolísticas, indústria automobilística e de componentes eletrônicos (IPARDES, 1981a, p. 44).

Segundo este mesmo documento, Curitiba cresceu 52% do valor agregado da indústria e tornou-se responsável por 42,1% do emprego diretamente gerado pela indústria.

Lourenço (1999) afirma que a economia paranaense investiu, na década de 1970, em ramos com maior capacidade de agregação de valor na busca de uma projeção econômica. O ponto inicial foi a formação de um polo automotivo, na região de Curitiba, uma região próxima de São Paulo e em posição estratégica de ligação com os Estados da região sul.

Nos anos de 1980, ocorre um processo de reconstrução das “ilhas de produtividade” (PACHECO, 1999) formadas no Estado pelo processo de desconcentração espacial das atividades econômicas tomando-se o Estado em relação ao centro representado por São Paulo e a região Sudeste.

Apesar de os anos de 1980 terem sido caracterizados como os anos de crise econômica no Brasil, a dinâmica econômica do Paraná nesse período expandiu, se diversificou e se modernizou. A década de 1980 tendeu a se basear cada vez mais na expansão da indústria metal-mecânica e nos serviços atrelados a esta indústria, em especial na Região Metropolitana de Curitiba, com novos investimentos no setor industrial e de serviços, a produção agroindustrial, resultante da modernização na agricultura e, conseqüentemente, a diversificação de novos produtos. Ao final dos anos 1980, a economia do estado atingiu um patamar relativamente distinto das demais regiões do Brasil, apresentando condições para um bom desempenho nos anos 1990.

No decorrer dos anos 1990, o estado do Paraná dinamizou e diversificou a sua base de exportação, atraindo novos investimentos, tanto para o setor industrial metal-mecânica como para o setor da agroindústria, tendo capacidade em absorver parcela relevante tanto da desconcentração da indústria nacional quanto das novas inversões.

Nos anos de 1990 a economia paranaense foi marcada pela crescente e significativa participação na economia brasileira e na economia internacional. Assim, o estado atraiu grandes investimentos para o setor industrial. Até o final desse período o Paraná atraiu R\$ 14 bilhões de novos investimentos, consolidando seu parque industrial.

No final do século XX, início do século XXI, surge uma nova fase que marcará a economia paranaense. Os elementos norteadores desta mudança, segundo Lourenço (2002) são: a transformação metal-mecânica; o agronegócio comandado pelo movimento cooperativo; a expansão do ramo das indústrias não-tradicionais e dinâmicas de celulose e papel; a presença do Paraná no mercado internacional, através da expansão da sua base de exportação; o desenvolvimento e a diversificação de novas atividades produtivas nas microrregiões não-metropolitanas; e a ampliação da infraestrutura – transporte, comunicação e telecomunicação.

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Conhecer e interpretar a formação das classes sociais que se foi delineando no Brasil, no decorrer do seu processo histórico, a partir de uma estrutura colonial e escravista, nos permitem compreender o dessas classes na configuração da estrutura social, econômica e educacional brasileira. Um importante subsídio para a interpretação da atual formação sócio/educacional do contexto escolar no Brasil.

Este capítulo tem o objetivo de resgatar algumas considerações a respeito da educação profissional no Brasil, partindo da reflexão de autores que têm analisado essa modalidade de ensino e sua adequação à esfera do capitalismo brasileiro.

Segundo Gentili (1998), o período áureo do capitalismo apresenta-se ao mundo, durante o pós-II Guerra. A dimensão da relação de proximidade entre educação e sociedade impulsiona a escola a assumir a sua função econômica, fazendo surgir a economia da educação como campo disciplinar, associando e criando uma relação de cumplicidade entre o desenvolvimento econômico e a educação, o emprego, a mobilidade e a ascensão social. Surge, portanto, a educação como um elemento das relações de produção capitalista, formulada a partir do ponto de vista da ordem capitalista (SAVIANI, 1986).

Todavia, a educação deveria ser compreendida como processo de formação e aprendizagem, com sua função maior de promover a informação para que o indivíduo produza conhecimento, obtendo o *status* de “sujeito”, que, ao ser alimentado pela escola, transforma e é transformado (FRIGOTTO, 1996).

É mister acrescentar que a educação, por meio da formação escolar, tem vivenciado muitos desafios diante da configuração do processo social que tem se delineado a partir das novas relações de trabalho. A educação, envolvida pelas exigências de um mundo globalizado, da valorização da tecnologia e do conhecimento, se encontra desafiada a mudar a realidade do desemprego e do subemprego, agravadores da exclusão social.

Em uma sociedade com características atuais, a cidadania se acopla às exigências da qualidade no sentido político, ético, técnico, relacional, individual, organizacional, prestação de serviço entre eles o educacional.

Segundo Frigotto (1996), a educação com fins econômicos tornou-se mercadoria com valor de troca e venda, provocando “alienação” e “tormentos” ao indivíduo. Podemos presenciar a luta incessante do trabalhador brasileiro na disputa por uma oportunidade de trabalho.

A realidade revela a deficiência do Estado na promoção de uma sociedade estruturada por oportunidades reais de emprego e sustento.

A crise capitalista que se estabeleceu a partir dos anos 1970, com o esgotamento das formas de acumulação fordista, juntamente ao fracasso do Estado assistencialista, é substituída por um novo paradigma produtivo, o qual surge atrelado a uma produção técnico-produtiva. Segundo Frigotto (1995, p. 66), “o Estado sempre se constituiu num ator político na consecução dos interesses da classe burguesa”. Tomando esse pressuposto, as políticas que norteiam a educação básica e profissional estão sujeitas aos determinantes políticos do Estado.

Fiori (1995, p. 168) entende que “em sentido restrito não há uma mudança nas funções fundamentais do Estado nacional. Este mantém as suas macro funções, ou seja, a sua responsabilidade pela moeda, pelos contratos e pela ordem, pela proteção social, pelo crescimento do investimento e do emprego; as mudanças se estabelecem no cumprimento das “velhas funções” dentro das novas condições econômicas e políticas internacionais”. Portanto ocorreram reformas e não uma revolução.

É pertinente salientarmos que as exigências das agências multilaterais de desenvolvimento estabeleceram metas de controle sob a égide do neoliberalismo, portanto, um Estado Mínimo¹.

Com a nova redefinição da política e da economia mundial, e consequentemente do Brasil, a partir dos anos 1980 surge a exigência de um novo perfil de trabalhador, com mais capacitação para ocupar posições de direção no mundo do trabalho. Este novo modelo de produtividade apresenta-se com características inversas às do modelo anterior. Se o modelo fordista/taylorista que norteou o período inicial da industrialização no Brasil estava alicerçado em tarefas restritas que exigiam pouca qualificação do indivíduo, é substituído por uma forma de produção flexibilizada, que se adequa às necessidades de produção em pequenas quantidades e diversificação de acordo com a exigência do mercado consumidor, atrelado a um conjunto de técnicas de organização e produção do trabalho industrial, práticas administrativas e gestão de empresa, com ganhos de produtividade, centrada no controle de qualidade (NASCIMENTO V., 2007).

¹ A idéia de Estado Mínimo pressupõe um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade. Preconiza-se a não intervenção, e este afastamento em prol da liberdade individual e da competição entre os agentes econômicos. Para o seu estudo é fundamental a consultar MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005. 128 p.

Segundo Pochamann (1998), um profissional polivalente, reconhecido pelas suas competências, com produtividade, com espírito competitivo e eficaz são elementos considerados por essa nova política produtiva como importantes na “possível” obtenção de uma oportunidade no mercado de trabalho e de neste permanecer.

A educação como parte do processo da formação da mão de obra deste contexto neoliberal tende a se integrar ao mecanismo da lógica de mercado, o mais importante é “produzir” a qualificação humana para atender às reformulações do padrão produtivo.

A relação entre escolaridade, profissionalização e trabalho deve ser situada historicamente, pois é resultado de um movimento de construção global da sociedade capitalista e os seus sujeitos. Trata-se da estreita relação entre educação e trabalho que tem sido construída ao longo da história do capitalismo brasileiro.

As profissões e sua relação com a escolarização são variadas, contudo, percebe-se uma associação direta entre o termo trabalho e a idéia de emprego e a preconização de uma formação profissional por meio da escola.

Neste ambiente de transformações, novo perfil da economia, mudanças, a educação apresenta relativa autonomia como alicerce neste processo, todavia tem sido reconhecida por desempenhar uma função instrumental em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas estabelece uma divisão social e técnica do trabalho.

Estando a educação profissional atrelada ao processo produtivo da sociedade e da relação educação-trabalho, faz-se necessário o resgate do processo histórico que delineou historicamente o processo do pensamento educacional profissional brasileiro.

O surgimento do ensino profissionalizante no Brasil traz como marca a marginalização, por ter sido imposto pelo Estado e por uma sociedade elitista e preconceituosa para com os indivíduos excluídos, e o trabalho visto como instrumento de controle sob essa parcela da sociedade. Tornou-se “um mito” na sociedade brasileira a idéia de que o ensino profissional estava associado à formação de mão de obra, pois, desde a sua idealização, estava reservada às camadas pobres da população (NASCIMENTO V., 2007).

É importante evidenciarmos que o resgate histórico do ensino profissional se faz necessário neste trabalho, para que possamos entender melhor o processo de desenvolvimento gradual e progressivo que se deu no interior do contexto educativo profissional brasileiro e paranaense. Um processo, cujas mudanças decorrem das exigências dos movimentos de acumulação e, portanto, exigindo novos rumos para a instrução. Os efeitos gerados pelo desenvolvimento capitalista brasileiro resultaram no surgimento da

diversificação da força de trabalho para atender às suas novas necessidades, instigando o surgimento de novas concepções a respeito das funções do ensino.

A discussão proposta neste tópico pretende analisar a educação profissional paranaense: como essa educação se comportou durante o período de mudança no contexto industrial e econômico do Paraná, em que, como citamos anteriormente, foi considerado o “boom” da consolidação da indústria no Paraná, o período de 1970-1990.

A educação profissional no Brasil na sua origem se apresentou de caráter assistencialista para com os que não eram “possuidores de sorte”. Inicialmente apresentaremos, sucintamente, os processos de evolução e transformação ocorridos nessa modalidade de ensino no Brasil, para que seja possível uma melhor compreensão do recorte da educação profissional nos períodos estudados.

O percurso histórico da discussão a respeito da educação profissional no Brasil tem o seu pensamento pedagógico configurado diretamente à concepção de formação para trabalho, em especial a educação como possibilidade de resgate da dignidade do indivíduo por meio do emprego e da mobilidade social. Cada momento histórico educacional está impregnado de elementos da constituição histórica, seja esta política, social e econômica, assim, nos é pertinente acrescentar que a educação básica ou profissional sempre esteve atrelada a fatores acima citados.

2.1 BREVE RESGATE DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A articulação entre trabalho e educação tem sido alicerçada pelo princípio de desenvolvimento capitalista decorrente das transformações ocorridas na forma de produzir visando atender as necessidades do processo de acumulação flexível. O trabalho como princípio educativo defendido por Marx (1982). Segundo Lukács (1978 apud FRIGOTTO, 2001), o trabalho sendo uma ação consciente transforma a existência do ser humano. Podemos entender que o trabalho é inerente, útil e indispensável para manter a vida humana com significado.

Com base em Marx (1982), Frigotto (2001) elenca que o trabalho como princípio educativo move e modula a oportunidade de criar, recriar, construir, reinventar, na produção e reprodução da sua existência; envolvendo todas as áreas que constrói a identidade do indivíduo, a área física, cultural, social e afetiva.

Marx (1992) elenca duas dimensões independentes, todavia articuladas: trabalho como canal de suprir a necessidades vitais (físicas e psicológicas) e o trabalho como canal para o mundo da liberdade na criação, no recriar, no construir e no existir como ser humano que tem o seu direito à existência.

Os primeiros passos na profissionalização de tarefas deram-se no movimento de profissionalização de aprendizes no início na Idade Média, através das atividades artesanais, ministradas pelos “mestres de ofício”² e necessárias à comunidade, os aprendizes tornavam-se indivíduos que serviam a sociedade com suas habilidades técnicas. Por meio da observação e ajuda ao mestre na oficina de trabalhos, os aprendizes adquiriam as técnicas, os segredos e as habilidades do ofício. Quando o trabalho se tornava mais complexo e exigia mais do aprendiz, este obtinha a experiência e a capacidade para atingir a posição de “mestre de ofício”, tornando-se detentor de um conhecimento que lhe possibilitava orientar um grupo de aprendizes.

Este modelo de ensino, que já tinha certa importância, permaneceu vigente até o início da industrialização no século XIX, quando o sistema de produção se transformou, impondo um novo perfil de trabalhador. Portanto, a nova era do ensino profissional é recente, se comparado com o tempo de percurso da mudança no sistema de produção e na exigência da capacidade do trabalho humano.

Desde o período colonial o Estado apresentava uma política de reestruturação da formação profissional quando esta não conseguia atender à demanda necessária. Nesse período, o Estado voltava-se para a formação compulsória da força de trabalho manufatureira, objetivando atender às necessidades de mão de obra exigidas pelo mercado de trabalho. Tal ação era direcionada e imposta àqueles que social, econômica e politicamente não possuíam poder para contrariar as decisões impostas e para a “classe” de indivíduos tida como sem sorte ou desfavorecida: os menores órfãos, abandonados e desvalidos. Ao interpretar a ação do Estado, podemos inferir que o trabalho nessa época era uma atividade designada para aqueles que viviam à margem da sociedade. Neste contexto, a educação profissional era ministrada por associações civis – religiosas ou filantrópicas e pela esfera estatal.

De acordo com Manfredi (2002, p. 76), “a educação profissional, como preparação para os ofícios manufatureiros, era ministrada nas academias militares (Exército e

² Mestre de Ofício: pessoa detentora do conhecimento e orientador dos aprendizes que desejavam obter o conhecimento de um determinado ofício artesanal no período da Idade Média (NASCIMENTO O., 2007).

Marinha), em entidades filantrópicas e nos liceus de artes e ofício. Tinham a função de formar operários livres em diferentes ofícios”.

Por sua vez, as casas de ofícios eram criadas, mantidas e administradas pelo Governo. O método de ensino aplicado para a aprendizagem de ofícios se alicerçava no trabalho do aprendiz junto a um mestre de ofícios. Além de tomar como parâmetro a disciplina e o comportamento militar, a casa fazia o papel de família na busca de uma educação familiar ao indivíduo. Produzia uma formação compulsória da força de trabalho nacional.

A aprendizagem era direcionada para a tipografia, a encadernação, a alfaiataria, a carpintaria, a marcenaria, a tornearia, ao entalhe, a funilaria, a ferraria, a serralheria, a trabalhos em couro e sapataria. Segundo Nascimento O. (2007, p. 70), “mesmo fora do âmbito militar, todas essas casas de educandos artífices adotaram como modelo de ensino a aprendizagem de ofícios vigentes nas forças armadas, inclusive a hierarquia e a disciplina”.

Enquanto o Estado se encarregava de manter estas casas de ofícios, as iniciativas particulares da sociedade civil direcionavam a sua ajuda a sociedades, irmandades ou confrarias que se dedicavam ao ensino de aperfeiçoamento dos trabalhadores livres, que se dispusessem a receber instrução. Essas instituições se organizavam por um sistema de “cotas”³.

As práticas educacionais desse período em nível estatal ou privado refletiam duas concepções distintas, contudo complementares – uma assistencialista e compensatória e a outra de formação para o trabalho. Poderemos inferir que ideológica e politicamente, a educação tornou-se um meio de disciplinar a classe popular da sociedade.

O ensino de ofícios manufatureiros no Brasil está historicamente condicionado às determinantes sociais, políticas e econômicas do período imperial. Os Liceus de Artes e Ofícios foram instituições criadas e mantidas por sociedades particulares e tinham o objetivo de ensinar alguns ofícios. O primeiro data de 1858, no Rio de Janeiro, intitulado de Liceu de Artes e Ofícios, criado pela Sociedade Propagadora de Belas Artes. O Governo se interessou pela proposta e criou oito instituições, todavia, a educação que almejava o ensino manufatureiro, apenas se limitou a oferecer a educação básica e o desenho, em decorrência da ausência de recursos financeiros. Salientamos que alguns Liceus mantidos pela sociedade privada prosperaram e contribuíram para o ensino profissional, em destaque no ensino de

³ Eram parcelas pagas pelos sócios que sustentavam as sociedades, as irmandades ou as confrarias, que se dedicavam ao ensino de aperfeiçoamento dos trabalhadores livres (MANFREDI, 2002).

desenho (NASCIMENTO, 2007). Destacamos o Liceu de Artes de São Paulo, o qual contou com o apoio da forte classe dirigente paulista do período republicano e obteve uma posição de importância no preparo da mão de obra para industrialização.

A primeira Constituição republicana, promulgada em 1891, resultou dos interesses e idéias dos liberais e positivistas, e fez prevalecer o federalismo⁴. A primeira manifestação do ensino profissional do período, repleto de idéias e conflitos ideológicos, foi dos positivistas, o desenvolvimento do ofício manufatureiro. Podemos destacar desse período o manifesto positivista: Memorial do Rio de Janeiro, o qual propõe medidas e reivindicações de caráter social bem avançadas para época dos direitos do trabalhador, entre as quais podemos destacar: o estabelecimento do salário-mínimo; as remunerações adicionais, proporcionais à produtividade; o descanso semanal; as férias remuneradas; a aposentadoria; a redução da jornada de trabalho para sete horas diárias; a licença para tratamento de saúde; e a aprendizagem de ofícios entre outras (NASCIMENTO, 2007).

Este memorial revelava a necessidade de mão de obra minimamente qualificada, face à crescente demanda da incipiente indústria. É mister salientar que a primeira república se caracterizou por um período de grandes transformações e ebulições sociais, resultando em novas práticas e concepções para a educação profissional. Segundo Manfredi (2002, p. 94), “juntamente à concepção assistencialista e compensatória, surge a concepção católico-humanista que estabelece o trabalho como forma de combate à preguiça, à vadiagem e às idéias revolucionárias”. Nesse período, as práticas artesanais de aprendizagem vão adquirindo perfil da racionalidade técnica.

É pertinente acrescentar algumas considerações a respeito da Reforma Francisco Campos, devido a sua importância para o contexto educacional desse período (Estado Novo). A Reforma foi uma das mais importantes tentativas de se organizar o sistema educacional brasileiro. No final de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que sinalizava a tonificação do Estado educador, e Francisco Campos foi indicado como o seu primeiro titular. Na primeira metade de 1931, ele implementou uma significativa reforma na educação nacional, com destaque para a criação do Conselho Nacional de Educação e a reorganização do ensino secundário e superior, que passaria a ser identificada com o seu nome – Francisco Campos. A reforma do ensino secundário foi oficializada pelo Decreto 18.890, de

⁴ Cada província tornou-se um Estado e era responsável por eleger os seus governantes e responder por suas forças policiais, contrair empréstimos externos e legislar. O regime federativo também reservou parcela de poder aos setores economicamente decadentes das classes dominantes, assegurado pelo senado. Uma representação política segundo o número de habitantes que estava apto a votarem, ou seja, os alfabetizados. Por isso que quanto mais populoso o Estado, mais forte politicamente e economicamente (MANFREDI, 2002).

18 de abril de 1931, sendo ajustada e consolidada pelo Decreto 21.2141, de 4 de abril de 1932. Estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autônomos e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930. Ela rompe com estruturas seculares nesse nível de escolarização, estabeleceu oficialmente procedimentos didático-pedagógicos e administrativos para todos os ginásios no Brasil (DALLABRIDA, 2009).

O período do Estado Novo foi aquele em que a educação profissional começou a ser percebida como instrumento de formação para o desenvolvimento. Este período legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, estabelecendo uma estrutura educacional que buscava estabelecer uma relação de equilíbrio entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar. Portanto, o ensino secundário apresentou-se destinado às elites condutoras, enquanto os ramos profissionais de ensino médio, destinados à classe menos favorecida. Segundo Manfredi (2002), neste período o Estado estava revestido do papel de agente de desenvolvimento econômico. A relação ambígua entre o Estado e os setores privados caracteriza as disputas observadas no campo da legislação e da política educacional deste período.

No campo da educação profissional surge um sistema de educação profissional paralelo ao sistema público – estadual e federal, gerido pelos organismos sindicais patronais representados pelo sistema S de ensino profissional. É pertinente salientar que é deste período a promulgação das Leis Orgânicas do Ensino Profissional em 1942.

Este pressuposto permite interpretar que o Estado, no seu papel de criador das políticas públicas para educação, mas não concretizador das mesmas, repassa à sociedade o papel que lhe era designado. O surgimento do SENAI foi o início do repasse da responsabilidade do Estado para com a educação profissional. Todavia, esta instituição patronal obteve o apoio financeiro dos recursos públicos.

As reformas educacionais implementadas e desenvolvidas no Brasil no período das décadas de 1960 e 1970 tinham como meta a educação tecnicista, estabelecendo, no contexto educacional, o modelo empresarial, educação atrelada aos interesses e exigências do modelo econômico. Neste período o Brasil recebeu cooperação financeira dos Estados

Unidos da América por meio das agências multilaterais (MANFREDI, 2002). Estas agências estabeleceram regras para o empréstimo de recursos financeiros ao Brasil e exigindo uma reforma no sistema educacional para uma adequação da educação ao novo perfil e demanda social. Desta imposição surgiu a Lei 5.692/71, a qual reformulou o 1º e 2º graus, atuais Ensino Fundamental e Ensino Médio, tornando o ensino médio e profissional únicas vias de formação profissional.

Nos anos 1980 a Lei 7.044/82 desobriga a profissionalização no 2º grau, ocasionando o retorno da dualidade educacional, o ensino propedêutico separado do ensino profissionalizante. No entanto, havia críticas à qualidade da educação profissionalizante ministrada juntamente com ensino propedêutico, visto que, em algumas instituições, o efeito real e os resultados na formação do aprendiz não eram concretos, ou seja, o ensino ministrado não capacitava o indivíduo na habilidade profissional pretendida (KUENZER, 2000).

No âmbito do pensamento educacional, deste período, estão presentes: a ideologia do capital humano, a sociedade do conhecimento e a pedagogia das competências. No capital humano a idéia de educação como forma de integração, ascensão e mobilidade social. Na sociedade do conhecimento, a ciência e a tecnologia torna-se parte das forças produtivas e, se amplia o desemprego estrutural e um número significativo de trabalhadores sem lugar no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2000).

Sociedade do conhecimento, qualidade total, cidadão produtivo, competências e empregabilidade passam a fazer parte do dicionário do setor produtivo. Assim, o direito coletivo se resume ao direito individual (FRIGOTTO, 2002).

Diante de tais elementos, a nova linguagem hegemônica nos anos 1990 revela o financiamento internacional da educação e a intervenção das agências multilaterais na estruturação e investimento dos sistemas de ensino, entre eles, o profissional (SANFELICE, 2000). As políticas públicas para educação deste período contemplam a Lei 9.394/96, a qual direcionou o ensino médio na formação que estimulasse a aprendizagem continuada e a adaptação flexível do indivíduo aprendiz às novas propostas de ocupação no mercado de trabalho.

Assistiu-se, portanto, em 1993, ser aprovado na Câmara dos Deputados o primeiro projeto de LDB; o qual ingressou no Senado Federal como PLC 101/93. Existia uma preocupação parlamentar em manter a participação popular na elaboração da lei maior da Educação Nacional, chegando a votação final com legitimidade e amparo democrático. Todavia, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso assume o processo modificando o projeto na sua concepção e estrutura. Ao invés da LDB ser votada, surge em

seu lugar o projeto de Lei do Senador Darcy Ribeiro, sendo vitoriosa a atuação do governo. A Lei 9.394, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi promulgada em 1996 e novamente se fez presente a força do governo, a sua imposição em detrimento as designações populares.

Brito (1997) evidencia que essa Lei está alicerçada pelo ideário de educação defendido pelo Banco Mundial, um modelo que traz no seu bojo a exclusão social, a dualização educacional de descompromisso do Estado com a manutenção de uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade social. E é neste contexto que a educação profissional em nível médio é, também, reformada.

Diferente da proposta apresentada pela sociedade civil à câmara dos deputados, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996 teve o início da sua construção após a promulgação da constituição da República de 1988. Setores da sociedade se dispuseram a rever e estabelecer uma proposta coerente e coesa para a educação nacional que abarcasse as reais necessidades de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país.

No Art. 2º - § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), que trata da educação em geral, vemos que “[a] educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. E depois, em relação ao Ensino Médio, coloca como uma de suas finalidades, no Art. 35º - II “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 1996).

Na LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), a educação profissional é apresentada como modalidade educacional (Título VI, Capítulo III) voltada para o “desenvolvimento de aptidões para vida produtiva” (art.39). A LDB indica algumas possibilidades de organização: integração com as diferentes formas de educação (parágrafo único do art. 39) e “articulação com o ensino regular ou por [meio de] diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (art. 40) (BRASIL, 1996).

A revogação do Decreto 2.208/97 (BRASIL, 1997) instituiu um novo decreto que possibilitou a retomada oficial na oferta do ensino médio integrado à formação para o trabalho, tanto no sistema federal como estadual, conforme já mencionado na LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) e confirmado no Decreto 5.154/2004 (BRASIL, 2004).

2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ

A análise da história da educação profissional no Brasil foi marcada por políticas educacionais com características segregadoras:

um ensino público, gratuito, de 2º e 3º graus que beneficiava apenas uma parcela da população que possuía uma ‘herança’ cultural, discriminando as camadas sociais compostas pelos trabalhadores das cidades e do campo (IPARDES, 1984a, p. 1).

Quanto à educação profissional, Kuenzer (1997, p. 124) afirma que

a dualidade estrutural configura-se como a grande categoria explicativa da construção do ensino profissional no Brasil, legitimando a existência de dois caminhos bem diferenciados a partir das funções essenciais do mundo de produção econômica: um para os que serão preparados pela escola para exercer a função de dirigentes; outro para os que, com poucos anos de escolaridade, serão preparados para o mundo do trabalho em cursos de formação profissional.

O ensino profissional, no processo histórico, confirma que diferentes períodos da História requereram oferta de mão de obra específica, fazendo-se necessárias a criação e “ampliação” da oferta do ensino profissionalizante que correspondesse às necessidades das constantes mudanças no processo produtivo.

É importante, inicialmente, salientar que a educação, no seu significado genuíno, é um processo contínuo que se realiza e evolui à medida que as condições sociais e econômicas do país evoluem, fazendo surgir novas propostas pedagógicas e ideológicas para alicerçar a educação a cada novo período.

Esta revisão bibliográfica, no que tange à questão da educação profissional – período dos anos de 1970-1990 no Paraná – tem o objetivo de desvelar como se processou o desenvolvimento da educação profissional, que estava atrelada à questão do desenvolvimento industrial do Paraná nesse período. Pretendemos contribuir para a reflexão do processo histórico da “constituição” da educação profissional de então, e sua relação com o processo econômico capitalista do século XX.

Tendo em vista que educação e trabalho são dois tópicos inter-relacionados que têm sido discutidos por uma vasta literatura, por meio de críticos do processo de formação de mão de obra para atender ao mercado de trabalho, que se caracterizou por uma

postura capitalista, uma visão de educação sempre apreciada, discutida e avaliada por ser parte da formação do ser humano.

Mesmo que a centralidade dos esforços estivesse na Educação Básica, no contexto da era da industrialização brasileira, a configuração do ensino profissional no Brasil começou a tomar forma e se delinear historicamente, tornando-se “imprescindível” para o desenvolvimento econômico do país, a partir do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), período alicerçado pelo pensamento econômico taylorista⁵, ideais políticos e ideológicos expressos na Constituição de 1937.

A política educacional do Estado Novo concentrou-se na reformulação do ensino regular; neste contexto a modalidade da educação profissional obteve iniciativas públicas e privadas, a partir das Leis Orgânicas instituídas com a reforma da educação, promulgada em 1943, juntamente com a criação do Sistema Nacional de Ensino Industrial pelo então ministro da educação, Gustavo Capanema. As leis orgânicas instituídas redefiniram o currículo e a articulação entre cursos, ramos, ciclos e graus (MANFREDI, 2002).

A reforma Capanema realimenta a proposta dualista de formação educacional, o ensino secundário destinado a formar intelectuais e os cursos técnico-profissionalizantes para os trabalhadores. Alimenta a concepção de que o alvo do ensino profissionalizante era a formação de mão de obra para o trabalho manual.

A reforma acima citada também fez surgir um sistema paralelo de educação profissional, o sistema S, inicialmente representado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Uma iniciativa “negociada” pelo Governo Federal e a classe industrial, a qual assumiu a capacitação dos seus trabalhadores. A responsabilidade do Governo Federal na formação profissional restringia a formação profissional proporcionada pelas escolas técnicas. Tal postura do Governo é um aspecto de valor na história do ensino profissional, visto que, a partir da criação do sistema S, a indústria engajou-se na qualificação de seu trabalhador e tem se envolvido nas decisões políticas para as políticas públicas para educação profissional e básica, tendo voz política através da Confederação Nacional da Indústria (CNI), órgão maior da confederação da indústria brasileira. Entendemos que essa “parceria” beneficiou ambas as partes – o Estado e os empresários.

⁵ Taylorismo: conjunto de teorias para o aumento da produtividade do trabalho fabril. Seu criador foi Frederick W. Taylor, e era um sistema de normas direcionadas para o controle da produção do homem e da máquina no processo produtivo (SANDRONI, 1985).

No Decreto 4.073, Art. 180, o governo conferiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial⁶, na secção VI, artigos 14 e 15, e estabeleceu a função ao Estado, às empresas industriais e aos sindicatos da responsabilidade da formação profissional da classe tida como “desfavorecida”. Esta Lei deslocou o ensino profissionalizante para a formação de nível médio, visto que a mudança no contexto industrial do Brasil requeria uma mão de obra adaptada às mudanças tecnológicas. Segundo Nascimento V. (2007), percebemos duas vertentes da formação da força de trabalho nacional: um ensino sob o comando e diretrizes do Ministério da Educação; e outra, os cursos de aprendizagem industrial, alicerçados e comandados pela classe empresarial. A formação vinculada aos ramos técnico-profissionalizantes era uma formação mais completa e destinada aos alunos que não trabalhavam, e as escolas de aprendizes ligadas ao recém-criado SENAI, destinadas aos alunos trabalhadores, possuíam uma educação profissional mais pontual na busca de maior rendimento produtivo.

A valorização do ensino profissional como requisito para a formação da classe trabalhadora para o desenvolvimento do Brasil foi se configurando e crescendo; segundo Nascimento V. (2007, p. 226), “o processo de mudança que se iniciou com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961 trouxe uma conquista para o ensino técnico industrial no país”; as escolas industriais, a partir desse período, passaram a oferecer cursos técnicos em nível de segundo grau, com a obtenção da formação de “técnico de nível médio” – quatro anos, sendo o último o estágio o que elevava o Ensino Técnico à condição de modelo. As escolas industriais foram transformadas em escolas técnicas e as escolas agrícolas em agrotécnicas federais. Eram mantidas pelo Estado e seguiam as recomendações ao sistema federal de ensino.

Faz-se pertinente acrescentarmos que a educação do período da década de 1960 sofreu com o centralismo do poder militar. Confirmando a influência da política e do poder sob a educação, Aranha afirma que “a educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvido na política” (ARANHA, 2006, p. 24). É interessante observar que as décadas de 1970 e 1980 se localizam em um período intermediário de 20 anos de regime militar, marcado pelo forte autoritarismo, repressão, perseguição, censura e concentração de renda, inseridos em todos os setores nacionais, principalmente no setor das políticas educacionais, impostas por uma sucessão de governos militares.

⁶ Esta Lei de 1942 foi proposta pelo então ministro da educação, Gustavo Capanema, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas (MANFREDI, 2002).

Na década de 1970, as políticas econômicas que permeavam o Brasil eram a busca “desenfreada” pela implantação da industrialização e o seu sucesso, motivada pela despolarização do centro industrial de São Paulo e resultando no surgimento de novo “pólos” industriais em outras regiões do Brasil. A formação profissional se traduzia no treinamento para a produção em série e padronizada representada pelo taylorismo.

A formação profissional se traduzia no treinamento para a produção em série e padronizada. O resultado desse tipo de formação era a incorporação ao mercado de trabalho de operadores semiqualeificados, desempenhando tarefas simples, rotineiras e, previamente, delimitadas (NASCIMENTO, 2007).

A crise do modelo fordista⁷ de organização e gestão do trabalho, provocou uma reorganização mundial da economia e do processo produtivo, resultando em modificações no contexto educativo e na qualificação da força de trabalho. Aumento do desemprego, exclusão dos desamparados, a formação profissional adquire “visibilidade” e relevância. O período fordista caracterizou-se por uma mão de obra não especializada, a existência da separação entre concepção e execução, e o princípio da utilização do conhecimento sobre o processo de trabalho Produção em massa padronizada (BRAVERMAN, 1987 apud RODRIGUES, 1997).

O trabalhador era especializado a desempenhar uma única e simples tarefa de montagem, o objetivo era o desempenho de tarefas simples na busca do aumento da produtividade. A qualificação do operário restringia-se a alguns minutos de treinamento na linha de montagem. Segundo Rodrigues (1997) o padrão fordista adentrou outros setores da sociedade, ultrapassando os limites do setor produtivo. Portanto, o setor educacional apresentou-se inserido neste contexto e, portanto, buscou adequar a sua estrutura organizacional e de conteúdos. O Estado foi o grande autor com o papel mais importante, o de divulgador e financiador.

As políticas educacionais que surgiram nas décadas de 1970-1980 revelaram a influência do pensamento empresarial da nova ordem de desenvolvimento industrial na educação brasileira (NEVES, 1994). Na década de 1970, com a introdução da industrialização de transformação nos Estados brasileiros, através da despolarização do comando industrial de São Paulo, a educação apresentou-se ancorada na educação tecnicista, que seguia o padrão de

⁷ Fordismo: conjunto de métodos de racionalização da produção, elaborados pelo industrial norte-americano, Henry Ford. A produção deveria ser em massa e de um único produto, com tecnologia e diminuição do custo, buscando a máxima produtividade por operário (SANDRONI, 2000).

produção fordista/taylorista, presente na esfera do sistema produtivo da época, uma produção em série, que não exigia conhecimento vasto ou habilidades superiores; eram atividades simples e delimitadas, visto que o conhecimento técnico estava sob a responsabilidade dos gerenciadores.

A partir da década de 70 ocorreu uma intensa influência dos organismos multilaterais, exigindo do Estado uma posição de coadjuvante no desenvolvimento das políticas públicas

Em 1971 o pensamento de uma educação profissional culminou com a fusão dos ramos profissionais do primeiro ciclo do ensino médio ao secundário e destes todos ao curso primário; uma profissionalização compulsória do Ensino Médio – anteriormente segundo grau e a educação geral no ensino fundamental – anteriormente denominado de primeiro grau.

Portanto, na década de 1970, mais exatamente em 1971, o Decreto Lei 5.692 institui a profissionalização compulsória e o Parecer 853/71 do Conselho Federal de Educação definiu que o 2º grau deveria ser profissionalizante. Segundo alguns estudiosos, isso representou um autoritarismo e uma imposição, sem estrutura física e humana para abarcar a união das duas modalidades de ensino, ou seja, o ensino profissional compulsório no ensino médio. A união do ensino de 1º e 2º graus tinha por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorealização, qualificação para o trabalho e preparo consciente da cidadania (Lei 5.692/71) (BRASIL, 1971).

A Lei 5.692/71 estabeleceu que os cursos primário e ginásial fossem aglutinados, formando o ensino de 1º grau direcionado para crianças de sete a 14 anos, aumentando sua obrigatoriedade para oito anos. No seu art.4º: os currículos de 1º e 2º graus tornam-se um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos, como podemos confirmar abaixo:

DBE/71 - Lei nº 5.692 de 11 de Agosto de 1971

Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Do Ensino de 1º e 2º graus

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição dos conteúdos curriculares:

I - O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.

II - Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.

III - Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de materiais relacionadas de acordo com o inciso anterior.

2º No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.

3º Para o ensino de 2º grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins.

4º Mediante aprovação do Conselho Federal de Educação, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículo previamente estabelecidos por aquele órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos. (Lei 5.692/71) (BRASIL, 1971).

Na visão de Romanelli (1984, p. 235), o Governo tinha como intenção “selecionar apenas os mais capazes para a universidade, dar ocupação aos menos capazes e, ao mesmo tempo, conter a demanda de educação superior em limites mais estreitos”. Para esta autora, a “reorganização do ensino médio visava a desviar a demanda social de educação superior e lançar na força de trabalho boa parcela do contingente que procurava esse nível de ensino”.

A Lei, aparentemente, apresentava-se correta na sua gênese e objetivo, mas a formação qualificada do ensino profissionalizante apenas foi possível nas instituições que mantinham o seu ensino no ramo profissional, os integrantes da Rede Federal de Educação Tecnológica.

No período de 1973 e 1974, o Governo do Paraná estabeleceu os esforços para a implantação e prática dessa Lei, todavia, o êxito desta proposta não ocorreu, por não haver estrutura física e humana para sua implementação imediata (NASCIMENTO, 2007).

Foi idealizado e implantado o Plano de educação do Paraná de 1973 a 1976, que, segundo Hoff (1991), tinha como metas:

- a implantação de um sistema educacional eficiente e a correção de suas deficiências;
- a aceleração de sua produtividade;
- a reordenação da rede escolar e a reconstrução do currículo, adequando-o às novas imposições sócio,econômica e cultural e;
- o incremento da produtividade do sistema.

Se na década de 1970, o trabalhador possuía pouca margem de autonomia, em meados da década de 1980 surge um novo discurso no mundo do trabalho, o cenário estava diferente: final da ditadura militar e início da democratização; novas formas de organização e gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho e as empresas passaram a exigir um perfil de trabalhador mais qualificado.

Juntamente à habilidade manual, passou-se a se requerer do trabalhador criatividade, capacidade para o trabalho em equipe, inovação e autonomia na tomada de decisões. Neste contexto, a Secretaria de Educação do Estado do Paraná tinha como alvo a melhoria de ensino do 2º grau para melhor atender à sociedade no que tangia a uma preparação profissional adequada, uma formação integral do aprendiz, sua qualificação para o trabalho e uma possibilidade para o prosseguimento dos estudos. Em 1982 a meta educacional do Estado era formar profissionais qualificados para atender a necessidade do mercado de trabalho e impulsionar o desenvolvimento com todas as modalidades de qualificação da mão de obra (NASCIMENTO, 2007).

No âmbito do pensamento educacional, deste período, estão presentes: a ideologia do capital humano, a sociedade do conhecimento e a pedagogia das competências. No capital humano a idéia de educação como forma de integração, ascensão e mobilidade social. Na sociedade do conhecimento, a ciência e a tecnologia tornam-se parte das forças produtivas e, se amplia o desemprego estrutural e um número significativo de trabalhadores sem lugar no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2003). Uma contradição no discurso de “qualificação” que se desmistifica pela ausência de trabalho.

Sociedade do conhecimento, qualidade total, cidadão produtivo, competências e empregabilidade passam a fazer parte do dicionário do setor produtivo. Assim, o direito coletivo se resume ao direito individual (FRIGOTTO, 2002).

O que temos presenciado no processo produtivo mundial é uma rendição a revolução tecnológica e a monetária, a valorização da produtividade com a fusão de grandes empresas. Entendemos que a produtividade está acima da criação de empregos. Uma dominação do capitalismo sobre a força de trabalho. A identidade deste período é marcado pela lógica de mercado (DEL PINO, 2000).

A Lei 7.044, de 1982, revogou os dispositivos de profissionalização compulsória instituídos em 1971. As propostas desse período espelhavam o caráter antidemocrático do governo, período que se refere à ditadura. As políticas educacionais dos anos de 1980 se voltaram para a expansão das universidades e o combate ao analfabetismo.

Apesar de atender às reivindicações da comunidade educacional e à valorização para com a educação profissional – ensino industrial e as Escolas Técnicas Federais, por permitir o ingresso dos egressos no ensino superior, as configurações desse ensino não conseguiam obter bons resultados na formação profissional, devido à ausência de condições para formar grandes contingentes de alunos com uma formação que resultasse na sua real profissionalização, o que era apresentado era apenas uma “pseudoprofissionalização” (NASCIMENTO, 2007), gerador de uma (de)formação do ensino profissionalizante. O impacto ruim resultou no retorno da política educacional anterior, ou seja, a dual. As escolas não possuíam profissionais capazes de formar os alunos para as especialidades profissionais.

O surto de expansão industrial no Brasil no período que abrange os anos 1970 aos anos 1990 trouxe vigor para os cursos técnicos industriais. O governo, na voz do Ministério da Educação, investiu na expansão das escolas técnicas, com o auxílio do capital internacional⁸ e, como pudemos ver no capítulo anterior, o investimento também foi canalizado para infraestrutura necessária para a expansão da indústria no país.

O resultado desse tipo de formação foi à incorporação ao mercado de trabalho de operadores semiquualificados, desempenhando tarefas simples, rotineiras e previamente delimitadas. Como bem observa Frigotto (2001), as reformas educacionais da década de 1970 tiveram inspiração na teoria do capital humano, uma educação capaz de “produzir” o desenvolvimento da nação e a ascensão social aos indivíduos.

Segundo Frigotto (1996), uma educação controlada para responder às demandas do capital deveria vir alicerçada pela idéia de que o aumento da escolaridade resultaria em redução das desigualdades sociais e no crescimento da economia brasileira. É por isso que a “melhoria” da educação esteve sempre vinculada ao poder político e

⁸ Podemos citar o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) (NASCIMENTO, 2007).

econômico, portanto, é pertinente dizermos que a educação profissional esteve, neste período, “em favor” do processo produtivo.

Os princípios mercadológicos de produtividade e rentabilidade foram sendo introduzidos ao processo de ensino na busca de se atingir patamares satisfatórios quanto à produção de profissionais. Em outras palavras, quanto mais ações do pensamento produtivo fossem aplicados à educação, mais rentável ela poderia tornar-se (GENTILI, 1994).

Por estar atrelado ao movimento econômico e à industrialização, é conveniente mencionarmos que o ensino profissional/industrial tem sido esquecido no campo de estudo da historiografia econômica, como se a educação não estivesse atrelada ou fazendo parte direta do movimento da produção econômica pela capacitação da mão de obra.

Sendo assim, a nossa abordagem sobre a educação profissional no contexto do Paraná, atrelada ao desenvolvimento industrial do período de transformação da indústria paranaense, faz-se pertinente no que diz respeito à sua concepção nos anos de 1970-1990.

No que concerne à educação do Paraná dessas décadas, ela seguia padrões estabelecidos para a educação nacional, fosse profissionalizante ou para a formação do cognitiva. Buscava atender ao capital e ao trabalho, e uma gestão educacional articulada ao movimento produtivo. “Uma das finalidades da qualificação é de tomar a força de trabalho mais eficiente e eficaz [...], é preciso que se aprenda para converter aptidões e talentos em capacidade produtiva” (TREVIZAN, 1982, p. 138).

Ao nos depararmos com as políticas educacionais brasileiras que têm sido implementadas, as quais estão conduzindo a educação no seu âmbito geral, estas se apresentam conformadas aos objetivos de reestruturação produtiva e de flexibilização das relações de trabalho. Assistimos, portanto, segundo Frigotto (1995), o currículo escolar ser programado a partir das necessidades do mercado e interesses dos empresários, no que tange o ensino básico, o técnico e o tecnológico.

É importante salientar que as políticas educacionais presentes nos documentos revelam quais eram as tendências políticas sociais e educacionais propostas pela parceria entre o Brasil/MEC e os organismos internacionais ligados à educação como a United States Agency for International Development (USAID) (NASCIMENTO V., 2007).

os acordos MEC-Usaid visavam dar assistência técnica, assessorar pedagogicamente a educação e, principalmente, promover a doutrinação ideológica, cimentada na idéia de que a educação seria capaz de integrar o país, no campo de capitalismo central (OLIVEIRA, 2003, p. 36).

Os acordos MEC-Usaid⁹ resultaram na implementação de muitos programas relacionados ao ensino médio, entre eles destacamos a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná em Centros Federais e Centros Federais Tecnológicos (CEFETs) que foram criados em 1978 e tiveram a sua regulamentação definitivamente estabelecida em 1997.

O Decreto n.2.406 autorizou a implantação de cursos técnicos de segundo grau, cursos de engenharia industrial e cursos superiores de tecnologia (BRASIL, 1997b). Ministrando um ensino de qualidade, na busca da construção de uma dimensão de cidadania e de formação do sujeito ético-histórico na eficiência de uma educação profissional era e é o objetivo dos CEFETs (Centros de Educação Tecnológica em Universidades). Neste sentido, a formação de trabalhadores eficientes, preparados para enfrentar os novos desafios tecnológicos e as mudanças cíclicas do setor produtivo e do mercado passou a ser uma meta. Em suma, a educação tecnológica era vista como uma força capaz de conduzir o Brasil à modernidade, à competitividade, a um lugar no contexto mundial da economia.

Ao mencionarmos a formação profissional continuada, tomamos como referência no estado a formação proporcionada pelo CEFET destinada ao Paraná na região metropolitana de Curitiba sempre esteve em concordância com o tipo de desenvolvimento industrial que cercava esta área industrial, portanto, uma formação direcionada para a mão de obra necessária para preencher as lacunas da indústria. Manfredi (2002) acrescenta que a política educacional adotada para os CEFETs estava atrelada às orientações dos Organismos Internacionais para a educação no Brasil.

É pertinente salientarmos que em 2005 o Governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou uma lei que transformou os Centros de Educação Tecnológica em Universidades, é o caso da Universidade Federal Tecnológica do Paraná..

O investimento na educação profissional almejava a capacitação do trabalhador por meio de um ensino capaz de alavancar o desenvolvimento do país.

2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O EMPRESARIADO PARANAENSE

⁹ O Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), juntamente com o Banco Mundial, alicerçavam ideologicamente os acordos entre o MEC e a Usaid (OLIVEIRA, 2003).

O caminho trilhado pelo empresariado paranaense, no que tange à sua postura no investimento da educação, é um assunto que não foi, ainda, suficientemente estudado pelas ciências humanas/sociais, em especial o envolvimento daquele no campo educacional no Paraná. Por esse motivo desejamos acrescentar algumas considerações da ação dos empresários na área educacional, tendo como foco as entidades ligadas ao empresariado e seu campo de formação da educação profissional – SENAI/SESI.

Rodrigues (1997, p. 6), no seu texto sobre o pensamento pedagógico empresarial, afirma que

os pesquisadores em educação vêm buscando entender criticamente as posições do empresariado no que se refere às relações de trabalho-educação, a partir do estudo sobre as entidades como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A forte presença dos empresários no debate educacional brasileiro revela o envolvimento direto das instituições patronais com a educação básica, profissional e ensino superior (Universidade da Indústria – UNINDUS). A rede de ensino básico Colégio SESI – Paraná, envolvida com a formação em nível médio do ensino básico, revela uma preocupação dos empresários paranaenses com a formação educacional completa do aprendiz, uma melhor formação para o perfil exigido pela sociedade produtiva. Rodrigues (1997), na sua dissertação, já alertava para essa postura do empresariado, um pensamento de colocar sob a educação a responsabilidade por um melhor trabalho, por uma ascensão social, enfim, o pensamento pedagógico do empresariado¹⁰. Uma formação capaz de proporcionar ao indivíduo a oportunidade de desenvolver a criticidade, da consciência do seu papel na sociedade e do mundo do trabalho.

Rodrigues (1997) salienta que a função primordial estabelecida pelo SENAI no período estudado visava à formação industrial e foi assumida, pelos empresários, uma formação para a indústria em larga escala para atender às necessidades imediatas da indústria.

Com a ampliação das suas atividades, no contexto de então, o SENAI “abarcou para si tarefas de alto grau de sofisticação científica e tecnológica, constituindo-se na maior rede latino-americana de formação profissional” (RODRIGUES, 1997, p. 3). O SENAI se ampliou e alargou a sua fronteira de ensino, ensino superior UNINDUS e pós-graduação.

¹⁰ Para o aprofundamento do assunto sobre o pensamento pedagógico da classe empresarial recomendamos a leitura de Rodrigues (1997).

Se na década de 1970 o trabalhador possuía pouca margem de autonomia, a partir da década de 1980 surge um novo discurso no mundo do trabalho; novas formas de organização e gestão modificam estruturalmente o mundo do trabalho e as empresas passam a exigir um perfil de trabalhador mais qualificado.

Nos anos 1980, o processo produtivo, como citamos anteriormente, requeria mais do que a habilidade manual. Passou a requerer, do trabalhador, criatividade, capacidade para o trabalho em equipe, inovação e autonomia na tomada de decisões.

3 GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E EDUCAÇÃO

A globalização da economia aliada às inovações tecnológicas tem alterado o processo produtivo, gerando mudanças técnicas e organizacionais na execução do trabalho, as quais requerem de seus trabalhadores um novo perfil produtivo tanto no que tange à qualidade quanto à quantidade do trabalho produzido, para satisfazer as demandas produtivas. O processo educacional apresenta-se como o caminho que conduz o indivíduo ao patamar da empregabilidade nesse espaço de trabalho, uma educação que tem adequado a sua organização estrutural e curricular aos padrões de formação exigidos pela moderna força produtiva.

A modernidade que se apresenta nesse momento de início do século XXI, apesar de valorizar formalmente as nacionalidades, culturas, sexo, etnia ou idade, se reveste de indivíduos sem identidade. Portanto, na internacionalização das relações econômicas, os indivíduos perdem a sua identidade que os transformam em seres únicos.

Entendemos que em um mundo produtivo sem “identidade”; a formação a educação tem perdido a essência da sua formação humanista. Em uma sociedade na qual tudo pode ser vendido e comprado, ou seja, tudo tem o seu preço. Desta forma, até a educação é produto vendável por estar inserida no processo social dessa modernidade.

Nos dias atuais nos depararmos com uma formação que possibilita o indivíduo a “optar” por uma outra profissão, no momento em que decidir mudar. Isso nos leva a entender a política de formação que se configura nos dias atuais, que lança a idéia de que as diferentes modalidades de educação profissional darão maiores oportunidades ao individuo de tornar-se empregável.

Ao sentenciarmos tal crença como verdade, omitimos que as diferenças existem e que ocorre uma luta permanente contra um sistema que manipula e exige, para sobrevivência do indivíduo nesse contexto, que este abarque o que o mundo produtivo prega como verdade.

Del Pino (2000, p. 18) acrescenta, ainda, o surgimento da “cultura da ausência: ausência de direitos sociais, de participação na vida política, ausência pela privatização do emprego.

O que podemos acrescentar quanto ao nosso foco de pesquisa, ou seja, a educação profissional proposta pelos empresários da indústria do Paraná – SENAI, é que esse

tem buscado a adequação ao ofertar cursos que resultem na formação de um contingente de trabalhadores que atendam às expectativas das vagas no mercado de trabalho, sempre na busca da qualidade e competitividade.

Ao refletirmos a (des)construção e (re)construção de um novo perfil de trabalhador no mundo globalizado, Arrighi (1998) corrobora ao mencionar ser esse um processo provocado pela internacionalização das relações sócio-capitalistas que se difundem e se revelam por meio das dimensões econômicas, políticas, ideológicas e educativas.

Ao nos depararmos com a configuração da educação no contexto do trabalho, essa torna-se o passaporte para o mundo competitivo, envolvendo o indivíduo de tal forma que este se torna um capital humano, construído como “fantoche” do sistema (FRIGOTTO, 2000). Entendemos que ao se almejar a produção dos trabalhadores e, em larga escala, os coloca a disposição de um mercado que não tem trabalho para todos. Estes, por sua vez, vivenciam a condição de excluídos do mercado de trabalho e dos direitos sociais, portanto, dos olhares do Estado.

Assim, a proposta educacional promulgada pelas políticas públicas para educação não muda e mantêm-se na continuidade, ficando evidente que a educação não tem sido tratada como prioridade pelo Governo, “como ação relevante na transformação da realidade econômica e social do povo brasileiro” (FRIGOTTO, 2000, p. 164). A educação necessita atender a um público que deseja se inserir em um mundo do trabalho, no qual não existem fronteiras de atuação.

Portanto, a educação adquiriu o valor de impulsora do desenvolvimento nacional, da empregabilidade, da mobilidade social e, conseqüentemente, da força de trabalho, tornando-se mercadoria qualificada para gerar valor e valorizar o capital. Um mercado de trabalho que surge com outras modalidades de profissão e amplas perspectivas que exigem competências, habilidades psíquicas e motoras. Corroborando Frigotto (2000) acrescenta que a educação como prioridade não consegue transpassar o discurso e atingir o contexto real.

Ao nos depararmos com a configuração histórica da educação, concordamos com a reflexão de Libâneo (2008, p. 169), o qual afirma a não neutralidade da educação brasileira, configurada entre “a opressão e a democracia, a intolerância e a paciência, o autoritarismo e respeito, o conservadorismo e as transformações”.

É pertinente salientarmos que algumas manifestações da sociedade civil têm sido importantes para gerar ações concretas contra a globalização e a exclusão social que tem sufocado a sociedade. Buscando um meio mais efetivo para a promoção da igualdade e do

bem estar social. Todavia, as diretivas que envolvem a educação no Brasil, como citadas anteriormente, estão impregnadas de ações políticas que favorecem a política do bom relacionamento entre o Estado e os homens de negócios.

Enfim, interpretar essa postura que vem se configurando no processo da formação profissional é entender uma condição de domínio entre a produção e a sua mão de obra.

O Estado no que tange à questão da reestruturação produtiva profere um discurso da formação profissional como meio de conferir ao indivíduo a empregabilidade. Segundo o MEC (BRASIL, 1995), empregabilidade advém da capacidade que o indivíduo tem de adquirir conhecimento para obter um emprego e, acima de tudo, se manter no mercado de trabalho, que se apresenta em constantes transformações. O que podemos observar é que o trabalhador passou a ser o responsável pela sua qualificação e pelo emprego. Se este tem os atributos necessários para o processo produtivo, terá chance no mar do desemprego.

O novo perfil de trabalhador surge em meio aos limites entre os diferentes processos de trabalho. Segundo Del Pino (2000, p. 15)

os limites entre os diferentes processos de trabalho ficam cada vez mais indefinidos. O indivíduo se reveste da sua individualidade e apresenta-se inserido em contexto de trabalho terceirizado, associados, presente no trabalho apenas pelo salário, não tendo identificação real com o seu trabalho. Como se estivessem só de passagem fazendo uma parte do trabalho que outro continuaria.

Concordamos com Del Pino (2000) quando esse autor afirma que no neoliberalismo as relações modernas adquirem transitoriedade, em especial entre o emprego e o trabalhador.

É pertinente acrescentamos que neste contexto de mudanças, a responsabilidade pela oferta da educação profissional no Brasil tem sido repassada pelo Estado para a iniciativa privada. “Essa concepção de desobrigação do Estado na área da educação deve-se à política neoliberal, que prega o Estado mínimo, incluindo até mesmo a privatização ou a minimização da oferta de serviços sociais” (LIBANEO, 2008, p. 149). O Estado, seguindo a orientação das agências internacionais de desenvolvimento, tem atendido o ensino básico público por ser esta modalidade essencial na organização do trabalho. Segundo o mesmo autor, o Estado tem, apenas, gerenciado o processo educacional profissional.

Sabemos que a educação básica e a profissional não foram, não são e não serão resultado do processo produtivo; mas, afirmamos que a educação resulta da interação e

justaposição de múltiplas áreas: a política, a econômica, a social e a cultural. Todavia, o que temos presenciado é um forte e convicto discurso dos “donos e manipuladores” do meio de produção, alimentando a ideologia da educação como meio de mudanças para melhor a vida social e financeira dos indivíduos.

O discurso dos empresários quanto à educação básica apresenta-se alinhado a vertente neoliberal, revestindo-se de um tom “quase” socialista de universalização da educação geral básica. Segundo Rodrigues (1997), os empresários industriais brasileiros mostram “uma face humana”, defendendo uma educação integral que resulte em qualificação profissional de caráter polivalente.

Todavia, observamos que essa “face humana” nos discursos dos empresariados se desmistifica nos documentos lidos e analisados do Sistema S. Os interesses são individualistas visando “unicamente” o interesse e necessidades dessa ala social.

4 EDUCAÇÃO E O EMPRESARIADO PARANAENSE

Ao longo dos capítulos anteriores buscamos resgatar e analisar o processo histórico de desenvolvimento da educação profissional no Brasil e no estado do Paraná e a relação desta com o meio de produção que se configurou no período estudado, ou seja, da década de 1970 à de 1990 do século XX. Tivemos o objetivo de contextualizar a educação profissional no âmbito da sua relação com o contexto social, econômico e político. Buscamos nos capítulos terceiro e quarto entender criticamente as ações do empresariado por meio do ensino do SENAI no que se refere à relação formação profissional e trabalho no Estado do Paraná.

Os capítulos anteriores nos proporcionaram o conhecimento do processo industrial e educacional do Brasil e mais diretamente o do Estado do Paraná, para que pudéssemos compreender a relação entre educação, trabalho, indústria e produção. Tratamos da educação profissional a partir de uma preocupação com a educação como propulsora do progresso técnico, dentro das exigências do modelo industrial.

Entendemos que o processo educacional básico e profissional apresenta-se configurado por conceitos, valores, e objetivos que lhe atribuem sentido. Compreender a relação entre educação e a ação dos empresariados no setor educativo possibilita o melhor entendimento do papel da educação profissional oferecida por essa parcela da sociedade ao longo das últimas décadas, no contexto brasileiro.

A educação, segundo reflete Saviani (1986), se configurou, de um modo geral, por três tendências político-filosóficas:

A primeira é vista como fonte de redenção, uma tendência que vê a educação como instrumento para evitar a desagregação e prover a construção de uma sociedade igualitária.

A segunda tendência vê a educação como reprodução, ou seja, elemento da própria sociedade e condicionada pelos agentes sociais, políticos e econômicos, como se aquela estivesse subjugada a reproduzir a sociedade de classes e o modo de produção. Nas palavras de Althusser (2001), a escola e outras instituições do Estado ensinam o *know-how*, mas sob formas que asseguram a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua “prática”. O mesmo autor salienta que existe uma “dominação” inerente a esta prática, ou seja, a reprodução da qualificação da força de trabalho induzindo também a submissão dos futuros trabalhadores à ideologia da classe dominante. Sendo assim, a afirmação do autor

acima citado nos permite inferir que o envolvimento do empresariado na educação vai além de uma formação completa para o futuro operário, é um meio da classe empresarial manter a sua hegemonia sob a classe proletária.

A terceira revela a educação como transformação da sociedade e concede a ideologia de uma educação planejada e implementada a partir de uma visão ampla da classe dominada.

Partindo do pressuposto proposto pela segunda tendência, ou seja, de que a educação está condicionada pelos agentes sociais, políticos e econômicos, e sob estes últimos tem sido relacionada com melhores condições de vida e mobilidade social. A educação tornou-se um “empreendimento” político e econômico. Portanto, ela tem buscado, na formação de indivíduos, solução das questões de “produtividade” econômica e social. A educação tem sido, no decorrer da sua história, tem sido reelaborada, revelando-se um empreendimento do Estado e das forças patronais.

No que se refere à educação proporcionada pelo empresariado brasileiro, alguns estudos têm abordado o tema, todavia poucos têm feito de forma mais ampla, em relação ao pensamento pedagógico do empresariado do Estado do Paraná, assim como de que forma a classe patronal tem pensado a educação para a indústria paranaense nas últimas décadas. Com essa construção pedagógica de ensino profissional que foi se configurando a partir das condições estabelecidas pelo processo produtivo brasileiro e paranaense, propomos, neste capítulo, promover o resgate da história educacional profissional promovida pelo empresariado paranaense no período da década de 1970 a década de 1990 através da voz do SENAI, exercendo influência como parte integrante da sociedade. A escolha deste recorte advém da significativa mudança econômica que se estabeleceu no Paraná a partir das transformações ocorridas nos meios de produção com a modernização do campo e do setor industrial.

Esta análise será baseada em leituras das fontes primárias: informativos, relatórios e cartas: documentos que contam a trajetória histórica da educação profissional proposta pela instituição FIEP, na voz do SENAI – Paraná.

Nesta direção, entender as transformações desse pensamento educacional patronal é nos necessário por meio dos seus documentos oficiais das Entidades SENAI/SESI - Paraná. Um modelo de gestão da educação profissional que foi tomando a sua própria configuração e influenciando todo o contexto da educação profissional no Brasil e no Paraná; uma educação tida, pelos neoliberais, como modelo a ser copiado pela sua organização e

eficácia, na capacitação da mão de obra para o mercado produtivo, uma formação profissional que atinge o nível de capacitação dentro do padrão exigido pelo mercado de trabalho.

No que se refere à educação profissional proposta inicialmente pelo empresariado, foram desenvolvidas um conjunto de críticas ao sistema educacional brasileiro apontando a precariedade da educação promovida pelo Estado; uma educação que produz uma formação inadequada as exigências da nova demanda do mercado de trabalho. Rodrigues (1997) ressalta que o discurso do empresariado elegeu a educação, na década de 1990, como uma das prioridades nacionais, revelando uma mudança de intenção desse sujeito – os empresários que buscam incessantemente concretizar os seus interesses em uma economia competitiva.

O discurso de valorização da educação básica, ou pela universalização da mesma pela ala industrial revela como a educação rápida e de menor investimento resulta em custo benefício. Ao refletir Gentili (1998) afirma que o empresariado tem interesse e valoriza uma educação básica que não requeira grandes investimentos e que apresente resultados satisfatórios, uma educação de qualidade com o enxugamento dos gastos na gestão em nível de estrutura física (a escola) e humana (professores, coordenadores, diretores e funcionários). Ou seja, mais acessível e que resulte em uma formação educacional básica de pouco investimento que juntamente com um curso profissionalizante torna o indivíduo apto para o mercado de trabalho da indústria.

Tal posicionamento nos remete a uma visão administrativa de educação e de escola por vias semelhantes realizados na indústria. Pouco investimento, mas com resultados. É o enxugamento, o controle dos gastos.

Segundo Neves (1994), as propostas educacionais dos empresários brasileiros a partir do final da década de 1980, início de 1990, revelam insatisfação quanto à educação que o Estado tem proporcionado. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), órgão máximo da representatividade do empresariado industrial do Brasil aposta na reestruturação organizacional do sistema S para moldá-lo às mudanças no processo produtivo internacional; tanto na sua estrutura organizacional como nos cursos e processos de formação profissional, sempre com o lema produtividade e competitividade.

Neves (1994) acrescenta que, a partir da década de 90, os empresários revelam acentuado interesse e envolvimento para com as questões educacionais, atreladas com as relações de trabalho e desenvolvimento social do trabalhador – recurso humano da indústria. Apresentam “preocupação” com a educação geral, sendo, portanto, importante a educação básica como alicerce de uma formação profissional mais completa e de resultados

concretos; Gentilli (1994) corrobora com Neves (1994), ao afirmar que se percebem uma (re)valorização da formação geral, um discurso impregnado de uma visão da educação homogênea que resiste aos interesses de uma com(formação) dos trabalhadores no padrão de exigência do momento produtivo.

Podemos interpretar essa política educacional, proposta pelos empresários, como receita semelhante ao processo produtivo, uma visão economicista de educação, ou seja, uma educação para enfrentar os desafios da competitividade.

O discurso dos empresários quanto às políticas educacionais se assemelha com as propostas das agências multilaterais, um pensamento alinhado ao aumento da competitividade econômica e as reformas políticas, a menor intervenção do Estado na política econômica e social.

Para a CNI, no documento Competitividade Industrial (1993), o interesse do empresariado quanto à questão da educação básica é poder ter a educação a serviço dos interesses imediatos da produção:

o que é necessário defender é um sistema educacional que forme o homem auto-realizado, com uma instrução tão completa e geral que o torne capaz de se recambiar nas diversas tarefas e qualificações que a nova empresa exigirá e, portanto, capaz de se mover no interior da organização social do trabalho; um sistema que tenha uma política de formação para os possíveis “excluídos” da sociedade do trabalho, aqueles que precisam com urgência desenvolver habilidades que está nova situação imporá (CNI, 1993, p. 8).

Essa citação nos revela que “aparentemente” o discurso do empresariado deseja proferir uma visão “democrática” de educação, quando no seu bojo e prática, a educação apresenta-se atrelada aos interesses imediatos do processo produtivo e, prima por uma configuração neoliberal. A aparente visão democrática de educação revela uma intenção de integração. O empresariado defende uma visão neoliberal de educação, a formação de um trabalhador polivalente “capaz de se recambiar nas diversas tarefas e qualificações que a nova empresa exige” (CNI, 1993, p. 8). O foco é solucionar a necessidade da mão de obra.

É importante salientarmos que até os dias atuais é imputada à educação o papel da formação do capital humano, considerando-se o conhecimento como fator decisivo para o sucesso econômico. É o caso do discurso proferido com o lema a “era do conhecimento”. A educação, como propiciadora do conhecimento, fonte de competitividade, empregabilidade, ou seja, uma educação movida pelas ações do mundo econômico. Além de que o processo produtivo necessita de indivíduos em níveis diferenciados de conhecimentos e

capacidades. Observamos esse processo requer a desigualdade e a desproporção dos seus recursos humanos para que possa gozar de competitividade e valor produtivo.

Portanto, apesar de serem criticados, o empresariado mantém a teoria do capital humano como alicerce da sua política para educação e sugestões para as políticas educacionais brasileiras (RODRIGUES, 1997).

Segundo Gentili (1998), a visão do empresariado quanto à realidade social brasileira apresenta-se fragmentada, os verdadeiros fatores geradores dos níveis de desigualdade social e pobreza vão além da questão educacional e, portanto, a educação não deveria ser responsabilizada pelos males da desigualdade social.

Gentili (1998) reflete que, nos dias atuais, a importância que o empresariado tem atribuído à educação é de competitividade em um mundo social e economicamente globalizado, mas que se apresenta longe da realidade de uma economia não tão competitiva. O autor acrescenta que as transformações que vêm ocorrendo no setor educativo refletem os interesses industriais no afã do controle do mercado mundial por meio da produtividade e qualidade.

Segundo Rodrigues (1997), o pensamento dos empresários, na voz da Confederação Nacional da Indústria (CNI), nas últimas décadas, sempre esteve alicerçado por uma ideologia de nação industrializada, país desenvolvido e economia competitiva. Para que possamos entender esse pensamento pedagógico do empresariado, em especial o do empresariado paranaense, faz-se necessário visitarmos documentos que revelam as ações que colocaram em prática as propostas pedagógicas que permearam o processo histórico da FIEP na voz da sua instituição maior: SENAI.

A preocupação com a formação quantitativa e qualitativa (a partir da década de 1980) da mão de obra para a indústria sempre esteve em pauta nos documentos da instituição central industrial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com Neves (1994), a proposta educacional dos empresários, no período da década de 1980, princípio de 1990, revela pensamento e postura na sua estrutura organizacional na busca de se adequar aos novos padrões de produtividade, após a crise capitalista promovida pela desconstrução do modelo fordista de organização e gestão do trabalho que resultou na reorganização mundial da economia e do processo produtivo, e, em especial a política educacional para o ensino técnico-profissionalizante.

No documento “Competitividade Industrial” (CNI, 1988), o empresariado chamou a atenção para o fato de que a fragilidade do sistema educacional constrangia a formação de recursos humanos para o setor produtivo. Segundo este Documento, a quantidade

elevada de analfabetos, em decorrência das falhas do sistema educacional, impunha limites à capacidade da força de trabalho a ser aproveitada no desenvolvimento de um novo modelo econômico. Podemos inferir que o setor industrial tem canalizado suas expectativas de melhores condições de produtividade para a formação educacional do indivíduo.

A educação profissional, no âmbito empresarial brasileiro, está alicerçada na difusão de incremento do conhecimento e da tecnologia: “Estimular e apoiar o desenvolvimento contínuo dos talentos humanos. Promover a melhoria contínua dos processos de prestação de serviço com o foco voltado para o cliente” (SENAI, 2001). Complementando, o Documento (SENAI, 2001) acrescenta a importância do acompanhamento contínuo das transformações e o perfil de competências profissionais que são exigidas do trabalhador nas demandas para a educação profissional.

Evidenciamos, portanto, que a qualificação e requalificação da força de trabalho têm sido o discurso constante dos empresários, “homens de negócios” que buscam uma demanda de trabalhadores com uma qualificação que os tornem competitivos no mundo capitalista.

4.1 EMPRESÁRIOS PARANAENSES – PENSAMENTO EDUCACIONAL

4.1.1 SENAI/SESI: o Pensamento Educacional Patronal Paranaense

As ações que podemos presenciar nos dias atuais quanto às entidades acima mencionadas é a busca e a aproximação incessante dos empresários quanto ao seu envolvimento e intervenção na formação educacional da sociedade brasileira, a busca por apresentar-se uma relação de proximidade no que tange à formação humana no ensino básico e no profissional. O pensamento do mundo da tecnologia associada à era do conhecimento tem levado certa inquietação quanto à mão de obra que tem sido formada no Brasil. A “qualificação” tem sido “alvo” do empresariado brasileiro, e até podemos citar do empresariado paranaense se configura em exigência de formação “ampla” e “completa” que alicerce o profissional dentro dos padrões flexíveis de produção de trabalho. O discurso do empresariado paranaense está impregnado pelo pensamento de ensino de “qualidade”, tema discutido com ênfase neste trabalho (SENAI, 2001).

O SENAI, desde a década de 1970 (RELATÓRIO ANUAL, 1977, p. 1), revela ser a sua ideologia “transmitir conhecimento aos que carecem”, e busca, na pesquisa e no planejamento junto às indústrias, a formação que atenda às reais necessidades da indústria, tanto na mão de obra quanto na organização.

O SENAI surge com o objetivo de formar profissionais para a indústria nacional no período desenvolvimentista, uma formação alicerçada pela base taylorista de produção. Todavia, as mudanças que têm ocorrido no interior do setor produtivo mundial e o discurso de que o “conhecimento” e a tecnologia são fontes de desempenho econômico têm provocado reflexões da instituição SENAI quanto ao seu papel. Reflexões que buscam conciliar o desenvolvimento da tecnologia e a formação de qualidade dos trabalhadores desse setor. De acordo com Manfredi (2002), os documentos que retratam a história da entidade SENAI/SESI revelam um processo de “metamorfose” institucional no âmago dessas instituições no processo de formação profissional, que é o nosso objeto de estudo.

O final da década de 1980 e início da década de 1990 apresentam um novo perfil de trabalhador. As exigências de produção (re)alimentam a ideologia de que o conhecimento é o principal recurso para o acesso ao trabalho, e que o mesmo está ao alcance de todos através da educação de qualidade. Essa crença manipula e conduz à defesa do trabalhador polivalente e flexível, capaz de atender às mudanças no trabalho, com aptidão nas habilidades cognitivas e competências sociais e pessoais, envolvendo a análise, síntese e criatividade diante de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, trabalho em equipe, gerência de processos, estudo contínuo (OLIVEIRA, 2000).

Partindo desse pressuposto, é pertinente salientarmos que a educação e o conhecimento “novamente” adquirem posição de valor, quando o “alvo” é o investimento no capital humano no cenário produtivo, e assunto não apenas do Estado, mas também de homens de negócios. Entretanto, observamos que, apesar desta busca por qualificação do trabalhador, que o coloca no *hall* da “empregabilidade”, a incerteza do emprego em uma sociedade com crescente desemprego e subempregos é concreta. Segundo Antunes (1995), é contraditório o discurso segundo o qual o conhecimento gera diretamente o trabalho, se este é escasso e de baixa qualidade. Saviani (2007, p. 4) afirma que:

num contexto como o atual, no qual o indivíduo não pode esperar, das oportunidades escolares, acesso ao emprego, mas apenas a conquista do *Status* de empregabilidade, a educação passa a ser entendida como investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis.

Saviani (2007, p. 4) critica esta perspectiva educacional ao dizer que para o setor produtivo, “o importante não é estar empregado, mas ser empregável. Ser empregável significa ter flexibilidade e capacidade de adaptação”.

Segundo Oliveira (2000, p. 173), “existe um discurso articulado entre os setores do empresariado brasileiro sobre a necessidade de se investir em uma maior base educacional dos trabalhadores”. Continuando, a autora acrescenta:

a demanda por um perfil que tem como referência o novo paradigma tecnológico sugere um trabalhador mais adaptativo, com maiores conhecimentos gerais, com menos especialização e habilidades específicas, com maior atenção às atitudes e com capacidades de iniciativa e decisão (OLIVEIRA, 2000, p. 174).

A indústria brasileira, por meio das suas instituições patronais, no século XXI, se apoia na busca por uma indústria que agrega valores e inovação na tecnologia, fomentando o empreendedorismo e a criatividade em uma indústria competitiva. No Documento Educação para a Nova Indústria – uma ação para o desenvolvimento sustentável, o empresariado da indústria brasileira revela uma proposta do sistema industrial em consonância com o mapa estratégico produtivo da indústria nacional, uma educação adequada à nova indústria, para ser desenvolvida e executada pelo SESI e SENAI, com abrangência nacional com oferta de formação de recursos humanos com alta qualidade para fortalecer a indústria na sua amplitude brasileira e na sua mobilidade para novos pólos industriais regionais. O lema da proposta educacional é investir na identificação das competências dos “perfis profissionais desenhados para atender às novas demandas da indústria” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2007, p. 41).

Criticamos a postura do empresariado que revela na prática a preocupação para a formação com fins para o setor produtivo, não visando em momento algum a formação para a cidadania, para o desenvolvimento da autonomia e da criticidade do indivíduo. Apesar de pregarem uma proposta de educação “democrática”.

É pertinente lembrarmos que o discurso do empresariado está alicerçado pela dualidade, prega a qualidade da educação básica e sua importância, mas ao mesmo tempo dá relevância a uma formação profissional que atenda em primeiro lugar, à necessidade da produção industrial, expansão e diversificação da oferta de educação básica, continuada e profissional ajustada às necessidades atuais e futuras da indústria. As chamadas competências básicas, formadas pela educação básica e a continuada, são condições para o desenvolvimento

das demais competências, inclusive as profissionais, na medida em que possibilitam continuar aprendendo e aperfeiçoando-se durante toda a vida.

Tais aspectos têm adquirido crescente importância nas ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualificação do perfil dos trabalhadores da indústria. A indústria competitiva depende de força de trabalho capacitada, o que implica melhorar os índices de escolaridade do trabalhador (CNI, 2007).

No texto de apresentação, o Presidente da CNI Armando de Queiroz Monteiro Neto (2007), define o papel da educação na concepção da indústria como “um pilar para o desenvolvimento sustentável do Brasil, fonte de crescimento e uma das bases da elevação da produtividade” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2007, p. 15). Há a busca por uma indústria brasileira capaz de se inserir nos padrões competitivos do mercado global por meio da tecnologia de produção e, inseridos nesse processo, se encontram o trabalhador e a sua força de produção. Percebemos, assim, um setor produtivo que requer trabalhadores mais capacitados e qualificados.

Para o Mapa Estratégico da Indústria, documento (CNI, 2007, p. 1),

[a] educação é uma das vertentes fundamentais para o crescimento da economia, seja pelo efeito direto sobre a melhoria da produtividade do trabalho – formação dos trabalhadores mais eficientes, capital humano – seja pelo aumento da capacidade do país de absorção e geração de novas tecnologias.

Para o pensamento da indústria o baixo nível de escolaridade do trabalhador brasileiro continua a ser um dos principais limitadores do crescimento no país. As ações propostas neste documento (CNI, 2007), visam à elevação da escolaridade básica, da educação continuada e da capacidade profissional para os trabalhadores da indústria. De acordo com a proposta pelo Documento acima citado (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2007, p. 3), “nova territorialidade da indústria + novos conteúdos + atualização tecnológica + modernização + aprendizagem flexível + inovação = indústria competitiva”.

Os dois eixos da proposta contemplam: educação básica e continuada, sob a responsabilidade do SESI, e educação profissional, sob a condução do SENAI. De acordo com o pensamento pedagógico dos “homens de negócios”, a educação básica é condição para o desenvolvimento das demais competências, entre elas, a educação profissional. Evidenciamos, portanto, que o pensamento pedagógico dos empresários no atual século concebe a união inter-relação de “dependência” entre a educação básica e profissional para uma formação de qualidade. De acordo com o pensamento pedagógico dos empresários, a

educação básica é condição para o desenvolvimento das demais competências, entre elas a profissional.

É neste contexto de pensamento educacional que a partir da idealização surge em 2005 o Colégio SESI-Paraná, com a proposta de uma formação da educação básica, inicialmente, dos dependentes dos empregados da indústria, mas que, nos dias atuais, está aberta à sociedade e atualmente se ramificou pelas principais sedes da Instituição no Estado. Uma proposta de colégio voltado para a formação de qualidade do ensino básico em nível de Ensino Médio atrelado ao ensino profissionalizante do SENAI no Estado do Paraná que tem um discurso de preparação para a vida com cidadania e trabalho. (PROPOSTA PEDAGÓGICA COLÉGIO SESI-PARANÁ. FIEP/Paraná, 2005). “Aprender para a vida” tem sido a filosofia norteadora das reformas que vêm sendo implementadas no Ensino Médio pelo Ministério da Educação no Brasil, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, 1996.

Este discurso do Colégio SESI, aparentemente “novo” e voltado para a formação e cidadania, reflete a velha ideologia do capitalismo de formação de indivíduos completos, produtivos e conectados aos processos de mudanças, Capazes de adequarem-se às novas situações do mercado de trabalho através da suplementação dos limites da empregabilidade e do empreendedorismo.

O projeto do Colégio SESI, no contexto do investimento dos empresários, é inovador por atender o Ensino Básico em nível de Ensino Médio e apresentar-se atrelado à formação profissional oferecida pelo SENAI, uma parceria que proporciona ao aluno do Colégio uma formação profissional juntamente como o Ensino Médio e sem custo para o aprendiz. O aluno SESI do 3º ano é instigado a inserir-se em um curso profissionalizante oferecido pelo SENAI no contraturno e tal postura evidencia a intenção da junção da educação formal e profissionalizante na formação de indivíduos, para atender ao mercado de trabalho da indústria.

Portanto, após o final do Ensino Médio, o aprendiz deve ser um cidadão preparado para participar do mundo do trabalho, conhecendo suas potencialidades: “[...] deve ser um indivíduo integrado ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho” (PROPOSTA PEDAGÓGICA COLÉGIO SESI-PARANÁ, 2005, p. 1).

O Colégio SESI (2005), vinculado à formação profissionalizante do SENAI, propõe formar um trabalhador com uma educação básica sólida, capacitando-o a se moldar a

um mercado de trabalho em constante transformação. De acordo com a proposta, a metodologia promove a formação de novos indivíduos empreendedores.

O Colégio SESI-Paraná atenderá um currículo como instrumento de compreensão de mundo, de transformação social e de cunho político, com transversalidade dos conteúdos, concretos, indissociáveis das realidades sociais e permeados pelo empreendedorismo e a cidadania (PROPOSTA PEDAGÓGICA COLÉGIO SESI-PARANÁ, 2005, p. 4).

De acordo com essa proposta pedagógica, os conteúdos ministrados no Colégio envolvem gestão e novos conceitos empresariais (empreendedorismo), habilidade e capacidades cívicas tais como: respeito pelos outros e por si próprio, honestidade e integridade, compreensão multicultural, resolução de conflitos e negociação. Observamos, portanto, que os objetivos e metas do Colégio SESI estão alinhados às políticas públicas para educação no contexto internacional e revelam a intenção do empresariado industrial para a educação no Brasil, seguindo os padrões do capitalismo contemporâneo. Exigem do profissional, além do saber ler e escrever, se expressar, trabalhar em equipe e participar das tomadas de decisões.

Como podemos observar, se antes o SESI era uma instituição atrelada ao SENAI para proporcionar o bem estar dos trabalhadores da indústria e possuía o caráter assistencialista, nos dias atuais ele se tornou instrumento de promoção do Ensino Médio de qualidade, com o surgimento do Colégio SESI-Paraná. (PROPOSTA PEDAGÓGICA COLÉGIO SESI-PARANÁ, 2005)

O SESI-Paraná e a sua educação em nível médio propõem preparar os indivíduos com o conhecimento geral, para enfrentar as novas exigências do processo de reestruturação produtiva e organizacional impostas pelo “tempo” da globalização.

O conceito de “ponte” que a sociedade capitalista tem estabelecido entre escolaridade e oportunidade de inserção no mundo do trabalho não garante ao indivíduo um trabalho formal, tornando aquele um desempregado escolarizado.

Uma formação para atender a uma indústria tecnológica e com um pensamento empreendedor e flexível na formação do indivíduo pode ser observada no Ensino Superior com a implantação da Universidade da Indústria – UNINDUS, na busca da formação de indivíduos no nível superior em áreas de formação para atender à demanda de uma indústria tecnológica – SENAI e SESI – parceiros em uma mesma ideologia.

Este pensamento pedagógico que permeia a instituição SENAI-Paraná, nos dias atuais, deve ser entendido a partir de uma análise da sua progressiva estruturação.

Segundo Molli (1983, p. 84), o SENAI-Paraná “não se restringe à pura e simples formação de mão de obra, o verdadeiro objetivo da casa: educar para o trabalho”.

Como já citado anteriormente, se inicialmente o projeto SENAI de educação profissional era “parte da estratégia da classe industrial paulista” (MANFREDI, 2002, p. 4), nos dias atuais ele apresenta uma releitura da formação do trabalhador, uma formação com “qualidade”.

4.2 SENAI/SESI

As razões básicas apresentadas para a criação do SENAI abarcaram o atendimento ao surto da industrialização do País, em decorrência do segundo conflito mundial – os cursos industriais básicos que atendessem às necessidades da indústria com quantidade e qualidade às necessidades da indústria, mutação tecnológica/flexibilização na qualidade. (SENAI, 1991)

Evidenciamos que o SENAI – Brasil foi a primeira instituição comandada pelo empresariado brasileiro. Uma instituição que surge e se institucionaliza no final do Estado Novo, na década de 1940, na gestão de Eurico Gaspar Dutra; nasce como produto de necessidade “de emergência” para atender ao novo setor da economia: a indústria, em especial na capital paulista. Segundo Weinstein (2000 apud MANFREDI, 2002, p. 180), “[...] a emergência era a carência cada vez maior de operários especializados causada pelo aumento da produção industrial e pela redução da imigração no período de guerra”.

O mesmo autor acrescenta que o SENAI, juntamente com o Serviço Social da Indústria – SESI (criado posteriormente), conduziu a indústria do Brasil à liderança e à autonomia no estabelecimento de programas e atividades visando à racionalização do ambiente industrial. Faz-se necessário acrescentar que a idealização do SESI estava articulada com os planos internacionais e com a proposta do *Welfare state* – Estado de Bem Estar Social¹.

Os dois órgãos, historicamente, nasceram juntos e mantêm a sua estrutura organizacional semelhante e complementar desde a sua gênese. Enquanto o SENAI surgiu

¹ O Estado de Bem-Estar vai desenvolver políticas sociais que visam à estabilidade no emprego, políticas de rendas com ganhos de produtividade e de previdência social, incluindo seguro desemprego, bem como direito à educação, subsídio no transporte, etc. (FRIGOTTO, 1995, p. 70-71).

para atender aos interesses industriais na formação da força de trabalho para a indústria, o SESI veio com o alvo de conformar “moral e civicamente a força de trabalho, funcionando como indutor da “solidariedade de classe” (RODRIGUES, 1997, p. 37).

Segundo Figueiredo (1991 apud RODRIGUES, 1997, p. 38-39) o SESI foi criado nos moldes do SENAI e tornou-se o seu prolongamento.

A montagem do aparelho SENAI-SESI busca abarcar todas as facetas da formação humana da classe trabalhadora; da formação profissional à formação moral e cívica, da higiene à cultura, da defesa do salário real ao lazer, da educação pré-escolar à resolução dos problemas domésticos.

Quanto a sua organização e gestão, essa entidade é de natureza privada, mantida com recursos públicos, gerida por entidades sindicais empresariais.

O SENAI Paraná² surgiu em 12 de março de 1943, como Delegacia Regional do SENAI do Paraná. Inicialmente atendia aos estados do Paraná e Santa Catarina, com o objetivo de formar mão de obra qualificada para a indústria, uma iniciativa do setor industrial que se aliou as políticas de desenvolvimento do Estado. A primeira Escola de Aprendizagem do SENAI/PR surgiu em 1944 e estava, segundo Trevisan (1995), empenhada em ofertar cursos na área da mecânica geral, solda, marcenaria e eletricidade.

As primeiras “filiais” ou sedes foram estabelecidas em regiões “específicas”; em Londrina surge em 1950; em Ponta Grossa, em 1965; 1970 é a vez de Maringá, Araucária 1976, Cascavel em 1977 e, assim, sucessivamente. Segundo o autor acima citado, uma sede do SENAI foi instalada em São José dos Pinhais para atender à indústria da madeira/móveis, em Campo Largo, e também à indústria de cerâmica, louça, azulejos, etc. Por meio destas informações, é pertinente considerarmos o movimento dessa Instituição no Paraná, cujo intuito foi e é o de atender às necessidades de cada região, no que tange à formação da mão de obra para o setor industrial, ou seja, as singularidades de cada região na sua produção industrial.

O SENAI, como podemos observar, na sua trajetória, revela envolvimento no ensino profissional para atender às necessidades da demanda de mão de obra, para a indústria que cada região e que cada período histórico requereram. Portanto, a oferta de cursos profissionalizante dessa Instituição tem estado articulada às mudanças e às exigências econômicas de cada período e lugar.

² Para saber melhor sobre a configuração do SENAI no Paraná faz-se necessário a leitura. DOMINSCHEK, Desirê Luciane. **O escudo: a alma do SENAI-PR 1949-1962**. 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

A importância do SENAI, na formação profissional do cidadão paranaense, é indiscutível, apesar de sabermos que tal formação possuía o alvo na “produção” de mão de obra para atender à demanda da indústria. Segundo Dominschek (2008), o SENAI desenvolveu projetos de cunho tecnológico, gestão de recursos humanos, reconfiguração dos espaços físicos, gestão de qualidade e redefinição da filosofia da educação profissional.

Vale acrescentar que outra instituição do sistema S, no caso o Serviço Social do Comércio – SESC, tem ofertado cursos profissionalizantes para atender ao comércio e à área de serviço. De acordo com Cunha (2000), o pensamento dessa instituição, seus valores e organização são passados por meio da sua atuação no contexto da educação, em especial a educação profissionalizante. Todavia, não nos cabe, neste estudo, adentrar a história do SESC, visto que a proposta deste trabalho é a indústria e sua relação como o ensino profissional no estado do Paraná.

4.3 A CONFIGURAÇÃO DA VISÃO EDUCACIONAL DO EMPRESARIADO PARANAENSE NAS DÉCADAS DE 1970 -1990

Em consonância com os capítulos anteriores, almejamos, neste capítulo estabelecer as conexões entre o processo histórico da configuração da educação profissional no período estudado e o movimento educacional promovido pelo empresariado paranaense por meio nome do sistema S – com a entidade SENAI.

Para isso fez-se necessária a análise de alguns documentos:

1. Relatórios Anuais entre as décadas de 70 – 2000;
2. Educação para a Nova Indústria. **Uma ação para o desenvolvimento sustentável**. Proposta de ação do Sistema da Indústria, em consonância com as diretrizes do Mapa Estratégico da Indústria. CNI – SESI (Confederação Nacional da Indústria).
3. Competitividade Industrial: uma visão estratégica para o Brasil. Rio de Janeiro, 1988. SENAI. **Introdução aos fundamentos do ensino industrial**. SENAI, 1969.
4. Editorial Geronimo de Macedo. **Relatório**. Curitiba: SENAI, 1977.
5. **A entidade SENAI**. Departamento Nacional, 1991.

6. SENAI: **educando para o trabalho e a cidadania**. Rio de Janeiro, 1995.

SENAI.

7. **Relatório de atividades I**. Departamento regional do Paraná. Curitiba,

1998 B. Acervo: Centro de memória do sistema FIEP.

Esses documentos revelam o pensamento educacional do empresariado paranaense no período estudado, para melhor interpretarmos o processo da educação profissional oferecido nas décadas de 1970 à 1990 pelos empresários da indústria no Paraná. Desta forma buscamos elementos que testemunhem esse pensamento educacional.

Buscamos apresentar a configuração do pensamento educacional dos empresários da indústria paranaense, no período proposto pelo trabalho e descobrir quais foram os requisitos que “provocaram” a mudança de conceitos e estratégias quanto à formação profissional oferecida pela entidade SENAI.

Realizamos uma pesquisa em documentos dessa Entidade (SENAI) e, posteriormente, leituras e análise desses documentos que confirmam o movimento de mudança no pensamento educacional do empresariado paranaense na sua evolução histórica.

Evidenciamos, inicialmente, que a importância da presença do SENAI no Paraná advém da sua ação no ensino profissional, visto que a educação promovida pela rede federal não correspondia em qualificação e oferta de cursos aos anseios da classe empresarial paranaense. Na verdade, todos os cursos básicos industriais nas décadas de 1940, 1950 e 1960 possuíam um currículo padronizado, não permitindo, ao ensino profissional, a sua adaptação na década de 1970, ao movimento de transformações da economia brasileira que implementou novos setores produtivos como o automobilístico, o de eletrodoméstico, o siderúrgico e o de energia elétrica.

Nesse período vigorava no meio produtivo brasileiro, o modelo de desenvolvimento que estava alicerçado em um sistema de acumulação moldado pelas diretrizes fordistas e tayloristas de organização do trabalho. Uma acumulação intensiva de capital juntamente ao consumo em massa, tendo como alicerce um Estado assistencialista que se tornou propagador de uma política de compensação social. Segundo Lins (1993) o padrão industrial estava moldado à mecanização e à divisão técnica do trabalho.

Partindo desse pressuposto de configuração do trabalho industrial nos anos de 1970, a formação profissional requerida pelos empresários deveria estar dentro dos padrões exigidos pelo campo de trabalho. Portanto, a educação promovida pelo SENAI deveria estar moldada aos padrões de formação da mão de obra que atendesse às necessidades requeridas

pela indústria. Dos objetivos que constam em documentos da entidade SENAI/Paraná na década de 1970 (SENAI, 1969) elencamos:

- 1) proporcionar formação, aperfeiçoamento e treinamento da mão de obra para o parque manufatureiro nacional;
- 2) orientar e assistir o industrial nos trabalhos de preparação de seus aprendizes e operários no próprio posto de trabalho ou no centro de formação profissional.

Entendemos, portanto, que a motivação maior do trabalho de formação profissional, do SENAI, nesse período, era atender à necessidade de uma formação específica direcionada para a formação de mão de obra exigida e necessária aos postos de trabalho da indústria. Nesse período, o Estado mantinha programas e projetos de investimento em infraestrutura que possibilitasse o maior desenvolvimento industrial, dando o suporte estrutural requerido pelos empresários, para implantação de indústrias no estado do Paraná.

Na análise de Alves (1997), a educação profissional ofertada neste período restringia-se ao treinamento e à obtenção de informações importantes a um ofício específico, um ensino voltado para o projeto de desenvolvimento industrial do país.

Até o início da década de 1970, a educação para o trabalho era atribuição específica de um sistema federal de ensino, como falamos anteriormente, pouco eficiente, sendo, portanto, completado pelo sistema privado de formação profissional mantido e administrado pela indústria e pelo comércio (SENAI e SENAC – Serviço Nacional do Comércio), entidades que se desenvolveram e se envolveram no sistema regular de ensino. No que se refere ao ensino profissionalizante ministrado pela rede SENAI nacional e, portanto, o Departamento Regional do SENAI do estado do Paraná, percebemos que este preservou, na sua configuração de ensino profissionalizante, as diretrizes estabelecidas pela Lei 5.692/71.

Foram priorizados os cursos para adolescentes, aperfeiçoamento e cursos rápidos para adultos, e treinamento do próprio Departamento, que mantiveram o atendimento voltado para a formação de operários qualificados, através dos cursos de aprendizagem (SENAI, 1970).

Três programas eram os pilares de investimento do SENAI na formação profissional: 1) preparação sistemática do menor – 14 a 18 anos, nas modalidades de qualificação profissional, cursos supletivos de 1º grau, cursos de aprendizagem para alunos que já haviam concluído no mínimo a 4ª série do Ensino de 1º. grau; 2) formação profissional – cursos de aperfeiçoamento e especialização de adultos; 3) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal das empresas.

Esses programas buscavam o aumento da eficiência profissional e a melhoria da produtividade do pessoal das empresas industriais. Como citado a seguir

PROGRAMAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Programa 01 – Aprendizagem

Objetiva a preparação sistemática do menor (de 14 a 18 anos) para o trabalho e foi desenvolvido nas seguintes modalidades:

- a) Cursos de Aprendizagem-Formação, para qualificação profissional;
- b) Cursos Supletivos de 1º Grau (quatro últimas séries) – educação Geral, mediante Convênio firmado com a secretaria da Educação e Cultura do estado do Paraná;
- c) Cursos de aprendizagem para os alunos que tendo concluído no mínimo a 4ª série do Ensino de 1º grau, já vinham cursando a aprendizagem com aulas de Educação Geral, sem equivalência ao ensino Regular de 1º grau.

Programa 02 – Formação Profissional

Visa a qualificação profissional, através de cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização de adultos, ministrados nos Centros de Formação Profissional do SENAI.

Programa 03 – Treinamento e Aperfeiçoamento de pessoal de Empresas

Este programa tem por objetivo o aumento da eficiência profissional e a melhoria da produtividade do pessoal das empresas industriais, através de trabalho ou no posto de trabalho, através do treinamento de adultos e do pessoal de supervisão e gerência (SENAI, 1972).

A educação profissional – cursos e treinamentos propiciados pelo SENAI – Paraná, em especial a entidade da capital do estado, estava direcionado para a aprendizagem industrial:

a formação profissional de menores, treinamento, formação, aperfeiçoamento e especialização de adultos, treinamento pessoal de supervisão, treinamento de docentes e técnicos, estágio de complementação educacional de estudantes universitários (SENAI 1972).

No período da década de 1970 estava em vigor a Lei 5.692/71; o Departamento Regional do SENAI Paraná ficou autorizado a desenvolver cursos supletivos de aprendizagem com equivalência ao ensino de 1º grau, por meio da “Resolução n.8, de 1/12/71, do Conselho Federal de Educação, acrescida do prescrito no artigo 7 da Lei n.5.692, de 22-08-71” (SENAI, 1972, p. 10) – um investimento no Ensino Fundamental, seguindo as diretrizes das agências multilaterais de desenvolvimento, uma educação de pouco investimento e com uma demanda maior de formação para atender à mão de obra requerida pela indústria.

A postura educacional que o SENAI – Paraná assumiu na década de 1970 revelou a preocupação em promover uma educação profissional atrelada à necessidade do mercado de trabalho desse período, de um Estado que começava a se pronunciar como Estado em desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, um promotor da modernização de outros setores, como a agricultura, que requereu uma mão de obra diferenciada da existente, para um mercado de trabalho mais dinâmico. Como podemos constatar:

A qualidade da formação profissional, sempre de acordo com as exigências do crescimento industrial de Estado do Paraná e a demanda do mercado de trabalho visando dar um atendimento cada vez maior às necessidades de qualificação, aperfeiçoamento, treinamento e especialização da mão-de-obra requerida pelas indústrias paranaenses (SENAI, 1979, p. 6).

O SENAI – Paraná buscou uma unidade estrutural, organizacional e curricular em todas as suas unidades, mas não perdeu a visão de uma formação profissional para atender à indústria local, visto que o Paraná apresentava no período estudado, mercados produtivos diferenciados.

A Entidade apresentou uma posição de controle e independência na sua ação de formação educacional, na defesa intransigente dos seus bens morais e materiais. Notamos um SENAI em luta com o próprio controle do governo na disputa pela sua autonomia, ou seja, pela não intervenção do Estado nas políticas educacionais da própria entidade. Um SENAI que se apresentava poderoso de si. Como podemos observar, havia “a firmeza das posições políticas e administrativas, a defesa intransigente, mas serena dos bens morais e materiais do SENAI” (Discurso do Diretor Regional do SENAI – Paraná, SENAI, 1975, p. 7).

Havia, no discurso de seus dirigentes, uma forte convicção de poder e de importância da Entidade no desenvolvimento do país:

Há muita coisa por fazer e modernizar e tudo é urgente. Para isso é preciso ajuda desinteressada e honesta. Que venham os ventos renovadores da

Indústria, do Governo, da Comunidade. A janela está aberta para eles. Mas que sejam ventos limpos de preconceitos, isentos da poluição imediatista, respeitadores para serem respeitados, fortes o suficiente para mostrar a fragilidade ou a inutilidade de certos posicionamentos, mas delicados como a brisa que não derruba a casa (SENAI, 1975, p. 6).

A citação acima promove a crítica, por parte dos dirigentes do SENAI, para com o Governo e a comunidade, como se quisessem dizer que a aristocracia não entende a realidade que se apresenta no contexto da formação da educação profissional.

A entidade SENAI tinha como meta a dinâmica, o espírito de corpo para benefício e aumento da produção, a melhoria da qualidade, a maior versatilidade, a necessária produtividade desta grande fábrica de homens que é o SENAI (SENAI, 1975).

Por meio da leitura e análise dos documentos, observamos que os relatos atribuíam duas importantes funções do SENAI. No que tange a sua política da prestação de serviço para com a indústria: o “assistir” as empresas não apenas na questão da formação educacional, mas também na assistência de ir até a empresa. Entendemos que a formação profissional e a assistência às indústrias permearam o trabalho dessa Entidade no Paraná e no Brasil. O “orientar as empresas que lhes estão vinculadas, tinham como fim tornar efetiva a formação profissional”.

“Essa atribuição lhe foi confiada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” (Portaria n.127, de 18/12/56, apud SENAI, 1956, p. 5). No Paraná, o Departamento Regional manteve uma política de atendimento direto com as empresas, resultando em cumplicidade e trabalho de via dupla. Tornaram-se protagonistas com a formação e com os formadores.

A partir de 1976, a visão educacional do SENAI optou pela diversificação na formação, posição para atender à rapidez, flexibilidade, versatilidade e acentuado grau de ousadia financeira, administrativa e didática, dando ênfase ao treinamento orientado, sempre tendo como foco a vocação empresarial e privada do SENAI. Observamos uma mudança significativa da proposta do início dos anos 1970 e, seis anos depois, convicção de uma direção, mesmo que não tão firme, de que as mudanças nas estruturas curriculares, organizacionais, e da diversidade da oferta da educação profissional faziam-se necessárias, para atender a um novo contexto da indústria no Paraná (SENAI, 1976).

Os anos 1980 marcam uma nova fase no contexto produtivo brasileiro: “a especialização flexível” (FRIGOTTO, 2003) resultante da crise do paradigma fordista. O esgotamento da produção em massa de produtos padronizados faz surgir um modelo alternativo, o de especialização flexível do trabalhador, que o molda para “estar em

condições” de responder mais facilmente às incessantes mudanças no contexto produtivo. A produção industrial, antes empenhada na produção em série e em grandes escala, torna-se pequena e em lotes médios. Qualidade e a diferenciação de produtos marcam um período no qual o importante não era simplesmente o preço, mas a qualidade e o atendimento ao mercado diferenciado.

Nesse contexto, empresas diversificaram os seus fornecedores e descentralizaram suas atividades através de subcontratação, ou seja, a terceirização. Paralelamente a essa tendência no setor produtivo, a educação profissional deveria formar um trabalhador apto a desempenhar uma multiplicidade de tarefas. Ao invés da especialização e do conhecimento profundo do ofício presentes na década anterior, a qualificação deveria ter o foco na multiquificação, raciocínio lógico, conhecimento de microeletrônica, capacidade de julgamento para ser capaz de intervir no processo produtivo. Evidenciava-se, portanto, a maior qualificação do trabalhador, ou pelo menos a multiquificação.

percebendo a necessidade de rever os valores exigidos pelo momento de transição do país que levavam a formação de um novo trabalhador, podendo atuar frente as novas mudanças. Um profissional completo, com iniciativa, dinamismo, criatividade, com condições de agir como gerente de si mesmo... capacidade de raciocínio lógico, de maior nível de instrução geral (SENAI, Ano:1986 -1995, p. 1).

A mudança da base técnica, ou seja, a substituição da base rígida pela base flexível, tendo a sua base na eletromecânica para a micromecânica, a substituição da concepção de competência da filosofia taylorista/fordista pela filosofia de base flexível e a formação do trabalhador passam a se vincular à capacidade de enfrentar situações não-previstas, exigindo competências comunicativas, raciocínio lógico-formal, trato da transdisciplinaridade, capacidade de tomar decisões, a capacidade de transferir aprendizagens anteriores para situações novas. (DEL PINO, 2000)

À medida que transformações foram ocorrendo na estruturação do setor produtivo, novas demandas para a educação dos trabalhadores foram surgindo em decorrência das mudanças no mundo do trabalho: a educação profissional requereu uma nova demanda na busca de formação adequada às exigências do mundo do trabalho.

O SENAI – Paraná dos anos 1980 deu início à formação de um trabalhador de acordo com a nova proposta do meio produtivo. Uma formação que atendesse ao mercado de trabalho da indústria e que visasse a uma formação “flexível”. Tal postura formativa

adentrou os anos 1990 e, nesse período se consolidou como formação “própria” para atender ao mercado de trabalho da indústria do período pós-moderno.

As reformas estruturais implementadas pelo Brasil a partir de 1990, resultado da inserção na economia globalizada, reconfiguraram a base industrial, fazendo surgir novas formas de divisão técnica e social do trabalho. A indústria surgia com novos padrões de competitividade e na composição do emprego, transformando o perfil de qualificação do trabalhador e passava a exigir a demanda de um novo paradigma de formação e de educação profissional. Trabalhar passou a ser sinônimo de “aprender, transmitir saberes e produzir conhecimentos” (SENAI, 1996, p. 30) Segundo o mesmo Documento, a formação continuada era o desafio para os educadores e para a sociedade. Paralelamente, a educação profissional moldava-se para atender às novas exigências para o “novo” trabalhador.

O grande desafio do SENAI/Paraná no período da década de 1990 era adequar sua ação de formação profissional aos novos perfis requeridos pelo mercado de trabalho. O Relatório – SENAI (1996) revela que o planejamento estratégico do SENAI iria além da educação profissional propriamente dita, havia preocupação e esforço para coordenar, direcionar e avaliar ações estratégicas fundamentadas em projetos indicados nos planos estratégicos das unidades educacionais; implementação das competências mercadológicas como alternativas de fomento; modernização da infra-estrutura física, da gestão dos processos e dos recursos humanos como podemos confirmar na citação a seguir, “coordenar, direcionar e avaliar ações estratégicas fundamentadas em projetos indicados nos planos Estratégicos das Unidades Educacionais. Implantar e implementar competências mercadológicas como alternativas de fomento” (SENAI, 1999, p. 14).

De acordo com o Documento (SENAI, 1996), o reflexo na economia brasileira e, conseqüentemente, na paranaense, advindo das transformações ocorridas na economia mundial, demarca mudança radical na postura do SENAI: “antes seguia o processo de industrialização e desenvolvimento do país, agora é preciso antecipar-se às mudanças e até mesmo ser indutor de muitas delas” (SENAI, 1996, p. 18).

A instituição SENAI se mobilizou em direção a uma ação e posição de investigação, pesquisando, revendo e mensurando as possíveis mudanças no contexto produtivo, para se antecipar às mudanças e ações do capitalismo que pudessem ocorrer. Assim, diante da postura propositiva assumida, a Instituição ultrapassou as fronteiras da formação profissional. É importante lembrarmos que, desde o seu início, como entidade de sustentação da indústria, o SENAI não apenas manteve o seu foco na formação profissional, mas também na pesquisa no interior das indústrias e da própria Instituição, na busca de

melhorias na capacitação dos trabalhadores e do melhor desempenho da indústria no contexto produtivo brasileiro e, portanto, paranaense.

Diante das mudanças decorrentes da globalização, do novo parâmetro de produção e profissionalização provenientes do conceito de empregabilidade, de flexibilização da década de 1990, o SENAI mudou seus modelos de organização e de gestão da mão de obra, bem como a forma de encarar a competitividade. Essa mudança foi direcionada por quatro vertentes fundamentais: a estratégica de abordagem educacional, a estrutural, a pessoal e tecnológica, coordenadas e articuladas por políticas, programas, projetos e ações (SENAI, 1996).

Com esse movimento de mudança, o SENAI para manter-se na formação profissional, acelerou mudanças com modelos mais atualizados de gestão, identificando melhor as demandas de produtos e serviços exigidos pela sua clientela, ou seja, “conceito de fazer mais e melhor com custo adequado e resultados que apresentassem inovação e confiabilidade” (SENAI, 1996).

Percebemos que as mudanças significativas na estrutura educacional e de auxílio técnico à indústria se processaram com mais intensidade e foram mais significativas para impulsionar a indústria no final dos anos 1980 e por todo o período da década de 1990. Esta década marcou a busca do SENAI por um novo perfil, modelos que destacassem a flexibilidade, a criatividade e a agilidade, para responder com velocidade às exigências incorporadas pelo contexto de mudanças, mantendo a flexibilidade necessária para a adaptação tecnológica, econômica e social de um ambiente em que a educação para o trabalho estivesse voltada para a educação permanente. Como podemos constatar no Relatório de Atividades do ano de 1998.

Nas diferentes modalidades da Educação Profissional, privilegia-se a capacitação gradativa para o mercado de trabalho. Além disso, a educação como estratégia de atualização está embasada na atividade de pesquisa, de modo que o trabalhador possa buscar continuamente seu aprimoramento profissional.

A entidade SENAI buscou um padrão de excelência, destacando a polivalência do trabalhador, a descentralização hierárquica, a ênfase nos aspectos qualitativos dos serviços oferecidos e o aperfeiçoamento da qualidade. Nesta direção, os relatórios anuais da Instituição revelaram que ela esteve, nos final dos anos 1980 e anos 1990, preocupada em se adequar e propor ações que possibilitassem a superação dos obstáculos presentes nas mudanças do processo produtivo - ações no campo da educação profissional, do suporte na organização do corpo de trabalhadores e administrativos das indústrias, como uma

modernização na própria Instituição, primando por um discurso da qualidade e pela inovação e bons resultados. Em suma, “buscou-se um padrão de excelência destacando a polivalência do trabalho, a descentralização hierárquica, a ênfase nos aspectos qualitativos dos serviços oferecidos e o aperfeiçoamento da qualidade” (SENAI, 1996, p. 19).

Entendemos que o SENAI se renovou no seu interior, na proposta de uma educação que possibilitasse o acesso ao emprego, com a renovação da oferta de cursos que viessem ao encontro com a nova realidade do mercado de trabalho e a sua própria estrutura organizacional, no interior da Entidade. O discurso do empresariado paranaense da década de 1990 paira sobre “[...] uma educação para o trabalho, para a cidadania, para a prestação de assistência técnica e tecnológica na produção e na disseminação da informação e na adequação, geração e difusão de tecnologia” (SENAI, 1996, p. 19).

De maneira geral, o sistema de formação profissional da Instituição propôs uma formação de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, um “escutar” o mercado, antecipando-se às modificações que nele iriam ocorrer.

A mudança de mentalidade, ou o discurso no que tange à formação profissional para domínio com características educacionais, tendo como enfoque a formação integral do homem, para ajustar-se aos requerimentos da sociedade, mais que isso, influir sobre esta, como potencial propulsor das mudanças e do progresso (SENAI, 1991, p. 19).

Nessa direção, a análise de Rodrigues (1997), revelou que a CNI tem trabalhado em níveis simbólicos e ideológicos em uma perspectiva de “télós”, como citamos no capítulo anterior, uma “cartilha” para evitar a desorganização da sociedade em uma nação industrializada. O autor cita que o “telo” dos anos 1990, que tem se propagado até os dias atuais, está centrado na competitividade, alimentada pelos conceitos de competências e habilidades. No que se refere à perspectiva pedagógica, o empresariado segue a proposta do governo de uma educação básica e técnico-profissional. De acordo com a reflexão de Frigotto (1995), esse tipo de educação profissional apresenta-se como “adestradora” que “apenas habilita o cidadão a um mero empregável, um indivíduo disponível no mercado de trabalho sob os desígnios do capital” (FRIGOTTO, 1995, p. 80).

Nesse contexto, e atento ao movimento de mudança, o SENAI-Paraná adequou os seus processos de educação e formação profissional na perspectiva da LDB de 1996. Ampliou as práticas educacionais e a flexibilidade dos modelos de ensino e aprendizagem, com oferta de cursos técnicos. Tinha a visão de futuro de “ser referência

nacional em educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico nas diversas áreas do conhecimento” (SENAI, 1999, p. 7).

De acordo com o SENAI- Paraná, e, portanto, a voz e o pensamento educacional do empresariado paranaense, a formação profissional proposta na década de 1990 buscou uma educação com ênfase na reconversão profissional e empregabilidade:

[...] o SENAI do Paraná objetiva a qualidade através do incremento e difusão de conhecimento e tecnologia, aplicados à comunidade empresarial e fundamentados nos seguintes princípios: estimular e proporcionar o desenvolvimento contínuo dos talentos humanos, melhorar continuamente os processos de prestação de serviço com foco voltado ao cliente (SENAI, 1999, p. 12).

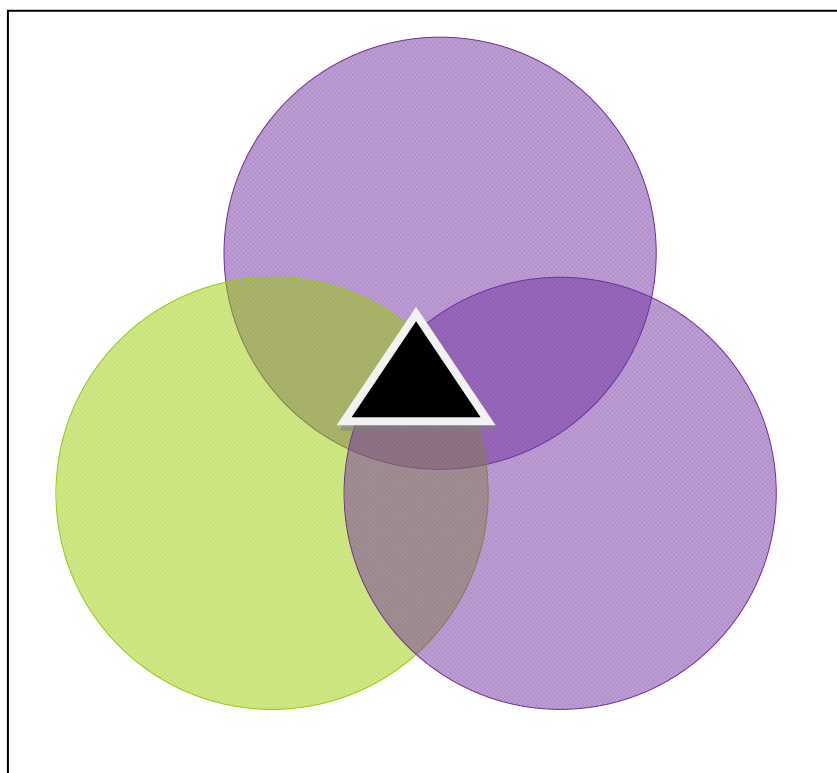
Diante das mudanças ocorridas no contexto produtivo e, conseqüentemente, a divisão do trabalho, com a necessidade de um trabalhador melhor qualificado, ou seja, melhor “estruturado” e trabalhado por uma formação completa, a educação básica começou a ser vista como currículo para o trabalho e, incontestavelmente, pelos “homens de negócios”, como meio capaz de melhorar a formação do cidadão para o mundo do trabalho globalizado e da tecnologia.

No que tange aos objetivos diretivos da Instituição, esta privilegiou, nos anos 1990, sobretudo, o reemprego no setor formal, mas em um segundo plano, mais modesto e a geração de renda no mercado informal. As linhas de ação presentes nos documentos da entidade SENAI/Brasil – Paraná, na década de 1990, abarcaram:

1. preparação de mão de obra industrial: aprendizagem;
2. treinamento e aperfeiçoamento e especialização de adultos;
3. formação de técnicos e auxiliares técnicos;
4. aperfeiçoamento e especialização de pessoal de supervisão e gerência;
5. desenvolvimento de métodos e de pessoal do próprio SENAI;
6. cooperação técnica no âmbito nacional e internacional (SENAI, 1996).

Estava, assim, estabelecida, a educação do SENAI na década de 1990: “as principais atividades comprometidas com ação educacionais dividem-se em: aprendizagem, qualificação, habilitação, formação de tecnólogos e suprimento” (SENAI, 1995, p. 5).

A figura a seguir representa bem a instituição SENAI/Paraná da década de 1990.



Pesquisa aplicada – “promover e sustentar o desenvolvimento de ações ligadas à assessoria técnica e tecnológica, através de ensaios laboratoriais”.



Educação profissional – “promover e sustentar o desenvolvimento de negócios ligados à educação profissional, tendo como finalidade preparar o homem para o exercício pleno da cidadania e sua qualificação para o trabalho, visando ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, integrando as diferentes formas de educação e incorporando processos que desenvolvem o raciocínio crítico e criativo que ocorrem no SENAI ou no próprio local de trabalho” (SENAI, 1999, p. 13).



Assessoria técnica – “promover e sustentar o desenvolvimento de negócios ligados à assessoria técnica e tecnológica, através de atividades que abrangem trabalhos de diagnóstico e recomendações no campo da gestão industrial, na colaboração e consultoria a empresas nas questões relativas ao processo produtivo, bem como orientar na solução de problemas técnicos na administração ou produção de bens e serviços” (SENAI, 1999, p. 13).



Informação tecnológica – “promover e sustentar o desenvolvimento de negócios ligados à informação tecnológica, através de serviços oferecidos aos clientes internos e externos do SENAI, disponibilizando informações sobre método, processos de trabalho, desenvolvimento de materiais e produtos, estudo de viabilidade, melhoria de qualidade e produtividade, adaptação ou apropriação de novas tecnologias e equipamentos” (SENAI, 1999, p. 13).

Essa aprendizagem fazia o atendimento de menores empregados, encaminhados pelas empresas, e menores candidatos a emprego, ambos na faixa etária de 14 a 18 anos, e com escolaridade mínima de 4ª série. A qualificação era responsável pela formação para atender às necessidades específicas de mão de obra. Os níveis poderiam ser de 1º e 2º graus, de acordo com a escolaridade exigida e o perfil ocupacional visado. A habilitação profissional respondia pela formação profissional em nível de 2º grau, cursos que habilitavam para o desempenho da função de técnico industrial. Quanto à formação de tecnólogos, o SENAI oferecia profissionalização em nível de terceiro grau aos portadores de diploma de 2º grau. As ações de suprimento, por sua vez, ampliavam o conhecimento dos trabalhadores já qualificados; estavam inclusos nessa categoria os cursos de aperfeiçoamento, os de especialização e o treinamento de curta duração. Finalmente, preparava a mão de obra para as empresas vinculadas à Instituição, treinamento de supervisores e gerentes.

4.4 SENAI/SESI – AS AÇÕES NO PARANÁ

As razões básicas apresentadas para criação do SENAI (SENAI, 1991) abarcou o atendimento ao surto da industrialização do País, em decorrência do segundo conflito mundial; os cursos industriais básicos que atendessem às necessidades da indústria com quantidade e qualidade às necessidades da indústria, mutação tecnológica/flexibilização na qualidade.

Os dois órgãos, historicamente, nasceram juntos e mantêm a sua estrutura organizacional de semelhante e complementar desde sua gênese. Enquanto o SENAI surgiu para atender aos interesses industriais na formação da força de trabalho para a indústria, o SESI surge com o alvo de conformar “moral e civicamente a força de trabalho, funcionando como indutor da “solidariedade de classe” (RODRIGUES, 1997, p. 37). Segundo Figueiredo (1991 apud RODRIGUES, 1997) o SESI foi criado nos moldes do SENAI e tornou-se o seu prolongamento.

A montagem do aparelho SENAI/SESI busca abarcar todas as facetas da formação humana da classe trabalhadora; “da formação profissional à formação moral e cívica, da higiene à cultura, da defesa do salário real ao lazer, da educação pré-escolar à resolução dos problemas domésticos” (RODRIGUES, 1997, p. 39).

Quanto a sua organização e gestão, essas Entidades são de natureza privada, mantida com recursos públicos, gerida por entidades sindicais empresariais.

As ações que podemos presenciar nos dias atuais quanto às entidades acima mencionadas é a busca e a aproximação incessante dos empresários quanto do seu envolvimento e intervenção na formação educacional da sociedade brasileira, a busca por apresentar-se uma relação de proximidade no que tange à formação humana no ensino básico e no profissional. O pensamento do mundo da tecnologia associada à era do conhecimento tem levado certa inquietação quanto à mão de obra que tem sido formada no Brasil. A “qualificação” tem sido “alvo” do empresariado brasileiro, e até podemos citar do empresariado paranaense. Configura-se em uma exigência de uma formação “ampla” e “completa” que alicerce um profissional dentro dos padrões flexíveis de produção de trabalho.

O discurso do empresariado Paranaense está impregnado pelo pensamento de ensino de “qualidade”, tema discutido com ênfase neste trabalho (Informativo SENAI, 2001).

A intervenção do empresariado paranaense pode ser vista no real contexto do investimento da indústria na formação do profissional a partir de uma educação básica eficaz. Como podemos observar pela idealização e concretização do ensino médio por meio do Colégio SESI. Um ensino básico em nível médio atrelado ao ensino profissionalizante do SENAI.

E por isso o carvalho foi obrigado a crescer célere, adubado pela imaginação criadora dos homens do SENAI, regado pela capacidade dessa gente cujo valor reside, primordialmente, em transmitir conhecimentos aos que deles carecem. Essa filosofia, feita de inspiração, mas muito mais de transpiração, é o estado-de-espírito (SENAI, 1977, p. 1).

E, também, busca, na pesquisa e no planejamento junto às indústrias, a formação que atenda as reais necessidades da indústria, tanto na mão-de-obra quanto na sua organização.

4.5 O SENAI – PARANÁ

A FIEP teve seu início oficialmente em 18 de agosto de 1944 em Curitiba. A entidade com forte representação da indústria foi criada por um grupo de empreendedores com ideais e visão do futuro. O sistema FIEP é formado pelo Serviço Social da Indústria (SESI/PR), Instituto Euvaldo Lodi (IEL/PR), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/PR) e a Universidade da Indústria (UNINDUS).

As primeiras “filiais” ou sedes foram estabelecidas em regiões “específicas”; em Londrina surge em 1950; em Ponta Grossa, 1965; 1970 é a vez de Maringá, Araucária, 1976, Cascavel em 1977 e, assim, sucessivamente. Segundo o autor citado uma sede do SENAI/PR foi instalada em São José dos Pinhais para atender a indústria da madeira/móveis, em Campo Largo para atender a indústria de cerâmica, louça, azulejos, etc.

Por meio destas informações, é pertinente considerar o movimento desta instituição no Paraná, no intuito de atender as necessidades de cada região, no que tange a formação da mão de obra para o setor industrial, ou seja, as singularidades de cada região na sua produção industrial.

O SENAI/PR como podemos observar na sua trajetória, revela um envolvimento no ensino profissional para atender as necessidades da demanda de mão de obra, para a indústria que cada região e que cada período histórico requereu. Portanto, a oferta de cursos profissionalizante desta instituição tem estado articulada as mudanças e as exigências econômicas de cada período e lugar.

Desejamos acrescentar que outra instituição do sistema S, no caso o SESC tem ofertado cursos profissionalizantes para atender o comércio e a área de serviço. Todavia, não nos cabe, neste estudo, adentrar a história desta instituição, visto que a proposta deste trabalho é a indústria e sua relação como o ensino profissional no estado do Paraná.

De acordo com Cunha (2000), o pensamento desta instituição, seus valores e organização são passados por meio da sua atuação no contexto da educação, em especial a educação profissionalizante.

No discurso industrial, o Brasil rural, agrário, atrasado, com suas classes parasitárias, precisa ser heroicamente derrotado. O futuro a ser perseguido é plasmado na imagem da nação industrializada (LODI, 1954; RODRIGUES, 1997).

A importância do SENAI, na formação profissional do cidadão paranaense, é indiscutível, apesar de saber-se que tal formação possuía o alvo na “produção” de mão de obra para atender a demanda da indústria. Segundo Dominschek (2008), o SENAI desenvolveu projetos de cunho tecnológico, gestão de recursos humanos, reconfiguração dos espaços físicos, gestão de qualidade e redefinição da filosofia da educação profissional.

Nos final dos anos 1990, o SENAI-PR apresenta-se mais descentralizado, com grau crescente de renovação tecnológica e de recursos humanos, caracterizada por uma gestão profissional e altamente flexibilizada para o atendimento de ambientes tecnológicos diferenciados. Nesse período, a educação profissional estava direcionada para a formação técnica para a indústria de alimentos e para a tecnologia da indústria automotiva. Os objetivos extra educação da Entidade estavam conformados a orientação para uma indústria forte para estar ativa no MERCOSUL, juntamente com a modernização e melhoria da gestão de recursos humanos (SENAI, 1998).

Vale salientarmos que o ano de 1998, espelha, de forma bastante nítida, o contraste e a diversidade das iniciativas do SENAI/PR no campo da educação para o trabalho. Entre algumas iniciativas, destacamos, de acordo com o documento SENAI (1998), o envolvimento da Instituição com o ensino a distância/telecurso 2000; adequação do perfil da educação profissional aos perfis de competências demandados pelo mercado de trabalho; cursos para gestão de ensino técnico via internet; padrão de qualidade no Ensino com o certificado ISO; novas opções setoriais para o ensino de 2º grau e superior; e aumento da empregabilidade, para uma oportunidade dentro de uma nova realidade. Percebemos que essas ações propostas pelo SENAI-PR vêm, diretamente, ao encontro das propostas estabelecidas pelas agências multilaterais para a década de 1990, sempre visando ao bem estar do mundo produtivo, e sua reestruturação pós crise cíclica.

As mudanças ocorridas no SENAI objetivaram o aumento da produtividade, a qualidade e a eficiência do seu trabalho diante do cenário previsto pelo Terceiro Milênio. “[...] o SENAI, tem a determinação de acoplar as mudanças da nova ordem mundial” (SENAI, 1996).

O SENAI se vê hoje, diante da necessidade de ampliar e diversificar suas linhas de atuação em face as exigências de reestruturação porque passam a indústria e a sociedade brasileira...no campo da educação profissional novas e inovadoras configurações de conteúdo do trabalho, ações dirigidas à minimização dos impactos da modernização da indústria (SENAI, 1998, p. 27).

A Instituição revelou preocupação em não se desvincular do movimento de mudança social, político e econômico, decorrente do processo de mudança no setor produtivo e, portanto, no setor do trabalho e da educação profissional. Uma busca incessante de estar à frente de uma formação profissional e de uma organização interna na Instituição, que respondessem pela inovação e pela qualidade do seu serviço à indústria.

Assim, diante da postura propositiva assumida pelo SENAI, entendemos que a década de 1990 foi o período de grandes transformações no pensamento estratégico do SENAI/Paraná, tanto na sua configuração enquanto instituição de alicerce da indústria, como provedora da educação profissional. Uma busca de se adequar as intensas e fortes transformações que o setor industrial e a sociedade passavam na busca de se adequarem à reestruturação produtiva

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de uma educação ampla e concreta implica a formação de um indivíduo nas suas dimensões, sociais, políticas e produtiva, neste âmbito, o trabalho torna-se parte desse processo educativo, resultando em uma participação, como categoria orientadora de projetos e práticas nas decisões das políticas educacionais. O trabalho apresentado buscou desvendar e aprofundar o foco de investigação sobre o ensino profissional no Paraná – as idéias e práticas pedagógicas que revelam a posição do empresariado da indústria do Paraná quanto à formação educacional do trabalhador.

Em um primeiro momento apresentamos a o desenvolvimento econômico no Paraná, em um segundo momento a educação profissional no Brasil/Paraná. E finalmente a educação profissional promovida pela entidade SENAI, uma educação profissional promovida pelos empresários da indústria no Paraná. Mentores que alimentaram a formação técnico-profissional nas décadas de 70 à 90 do século XX.

Diante dos objetivos acima citados, este trabalho almejou atingir dois objetivos fundamentais: em primeiro lugar, apresentar a importância da influência do desenvolvimento industrial do Paraná na configuração da educação profissional deste Estado, no período estabelecido como recorte, através da análise dos movimentos de mudança do pensamento do empresariado paranaense por meio de fontes documentais da entidade SENAI – Paraná; demonstrar que os empresários industriais no Brasil e no Paraná têm estado envolvidos no debate educacional brasileiro, apresentando uma preocupação na educação para a (com)formação da força de trabalho, como pudemos perceber por meio das ações pedagógicas efetivas, empreendidas fundamentalmente pelo SENAI e pelo SESI – Paraná.

Dada a importância e o papel influenciador da instituição SENAI-Paraná na formação do trabalhador paranaense, intencionamos resgatar e analisar os acontecimentos e concepções da “burguesia industrial” paranaense ao longo dos anos 1970 a1990, frente aos movimentos de mudanças no padrão de acumulação, a transição do padrão fordista de produção para o padrão flexível.

Com relação ao panorama apresentado, podemos destacar que a educação que se configurou no Paraná, dentro do período estudado, pode ser identificada pela sua marca de dualidade. Durante todas as etapas de mudanças nas políticas públicas para educação, a marca da dualidade esteve presente. Salientamos que a educação profissional que se configurou no estado esteve moldada para atender às necessidades do mercado produtivo.

O Paraná, no período estudado, principalmente a década de 1970, devido ao *boom* da industrialização no estado, e a década de 1990, com a forte influência da internacionalização da economia paranaense, requereu uma mão de obra diferenciada, antes inexistente.

Se na década de 1970 a mão de obra requerida deveria ser formada para o padrão fordista/taylorista de produção e organização, o final da década de 1980 e toda a década de 1990 exigiram da educação profissional a formação de um trabalhador, um perfil de trabalhador moldado no modelo das competências, juntamente às exigências de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Constatamos que na ótica empresarial, no âmbito nacional e do estado do Paraná, tem prevalecido o entendimento de que os novos perfis profissionais e os modelos de formação exigidos atualmente pelo paradigma da produção capitalista abarcam dois aspectos: a polivalência e a flexibilidade profissional. Lembramos que nesse processo educacional, que atenda às exigências da produtividade e da flexibilidade, a Teoria do Capital Humano reaparece de forma “repaginada”, portanto o investimento no capital humano tornou-se ponto fundamental para a sociedade do conhecimento e da tecnologia.

Entendemos que o SENAI/Paraná, entidade foco da nossa pesquisa, revelou-se ser portador de visão e de valores capitalistas no que tange a formação profissional para o mercado de trabalho, juntamente com um trabalho de parceria com as indústrias. Uma educação que prega a formação de um profissional completo, com maior iniciativa, dinamismo, criatividade, com condições de agir como gerente de si mesmo. Buscamos fazer a articulação entre os momentos históricos de desenvolvimento econômico e da educação profissional produzida no período pós-fordista a partir dos anos finais da década de 1970 e, início da década de 1980, dentro do recorte histórico proposto, e da educação que tem se configurado nos anos atuais.

Ao analisarmos os documentos e as propostas do SENAI, no seu movimento histórico, podemos dizer, de acordo com o nosso olhar, que a Entidade pode ser vista em dois níveis. O 1º nível abrange a formação de um trabalhador para atender a indústria nos seus níveis básicos de processo industrial, e que esses indivíduos fazem os cursos profissionalizantes para estar aptos a galgar uma vaga no mercado de trabalho, no 2º nível, o indivíduo é formado para desenvolver um número maior de capacidades, entre elas as intelectuais. Como ocorre com o investimento no Colégio SESI e na Universidade da Indústria – UNINDUS. É coerente acrescentar que cada nível é preenchido de acordo com a capacidade intelectual do indivíduo.

Denominamos o SENAI uma entidade que se pronuncia como promotora de oferta de oportunidades na formação de recursos humanos com alta qualidade, no investimento em recursos humanos e na infra-estrutura, com inovação de conteúdos, nas tecnologias da informação e da comunicação, sintonizada com os novos paradigmas educacionais na busca incessante de atender o desenvolvimento industrial nas suas diferentes facetas.

A nova relação que surge entre Estado, capital e educação, diante das mudanças no mundo do trabalho fez surgir um novo conceito educativo, que vem ao encontro das novas exigências da qualificação profissional que exige formação direcionada a novos conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais e que tornando o trabalhador apto no domínio de alguns conhecimentos científicos e tecnológicos. Quanto ao trato com a prática social e produtiva, este aprende a lidar com as incertezas e a substituir a rigidez pela flexibilidade e rapidez para atender à demanda do atual mundo do trabalho.

Nessa direção, a educação profissional que se configurou no Paraná na década de 1990 ficou marcada pela renovação da educação oferecida pela classe empresarial industrial, a qual primava por um discurso em defesa da educação básica, como alicerce primordial para a educação profissional, privilegiando o conhecimento básico como fonte de composição da formação educacional para uma sociedade alicerçada pela tecnologia, novas formas de gestão, com o novo padrão de acumulação. Os homens de negócios da indústria ingressaram no debate educacional.

Entendemos que o mundo empresarial paranaense teve e tem interesse na educação profissional e básica porque almeja uma força de trabalho qualificada, com condições de competir no mercado nacional e internacional, por meio do envolvimento dos empresários da indústria do Paraná com a educação básica – geral, como apresentamos anteriormente, o Colégio SESI de Ensino Médio uma vocacionalização para a educação básica no intuito de uma formação completa e de um indivíduo polivalente e produtivo.

É importante salientamos que as diretrizes do SENAI-Paraná, no período estudado, seguiram as exigências e orientações de adequação para o ensino profissional, impostas pelas agências multilaterais de desenvolvimento, como observamos na citação “com o objetivo de se obter a inclusão deste Departamento Regional no plano de novo convênio que o Ministério de Educação deverá estabelecer com o Banco Interamericano para o Desenvolvimento – BIRD” (SENAI, 1970, p. 9).

Do final da década de 1970 aos anos 1990, o SENAI buscou enfrentar os novos desafios apresentados pela competitividade dos mercados: a arrancada da indústria

brasileira para a superação do modelo fordista de produção, a adoção de inovação tecnológica e organizacional, as modificações no perfil da qualificação da mão de obra e as pressões de caráter social.

Nos anos 1990, a visão de trabalho do SENAI manteve as suas duas vertentes que acompanham o seu trabalho por décadas: a formação profissional e o programa de apoio ao desenvolvimento de projetos e às indústrias. Todavia, os meios para a concretização dos objetivos propostos pela Instituição mudaram e se adequaram às exigências do meio produtivo – reformulação organizacional, estrutural, recurso humano e didático. O pensamento educacional dos empresários preservava a visão de atendimento à indústria, todavia com recurso humano melhor preparado.

Evidenciamos que tanto a trajetória da educação profissional no Brasil quanto no Paraná esteve e está atrelada ao desenvolvimento industrial. No Paraná, seguindo a trajetória da educação profissional no Brasil, evoluiu diante do que a própria sociedade paranaense necessitou, visto que a escola reflete o real estado da sociedade em determinado período histórico.

Observamos que as lacunas deixadas pela educação profissional ofertada pelo governo, no que tange à sua qualidade e quantidade, foram sendo preenchidas pelas propostas do sistema S.

É importante acrescentar que, apesar de o SENAI ser mantido pelos empresários da indústria e ter como diretriz atender à demanda de formação para o mercado de trabalho da indústria capitalista, é incontestável a participação significativa desta Entidade na história da educação profissional no Paraná. Apesar de manter uma educação de qualidade dentro da proposta para a indústria, a educação SENAI, não implica a garantia de empregabilidade.

Enfim, o pensamento educacional do empresariado paranaense, no período estudado, esteve sempre moldado para a formação de uma mão de obra que atendesse à indústria a cada novo período de reestruturação dos processos cíclicos do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- ALVES, Edgard (Org.). **Modernização produtiva e relações de trabalho: perspectivas de políticas públicas**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto/UNESP, 1996.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. **Mensagem do governador Ney Amintas Braga à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por ocasião da abertura da 3ª Sessão Ordinária da 4ª Legislatura**. Curitiba, São Paulo Industria Gráfica Editora – SPIGE, 1961.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. **Mensagem do governador Ney mintas Braga à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por ocasião da abertura da 2ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura**. Curitiba, São Paulo Industria Gráfica Editora – SPIGE, 1964.
- BITTENCOUR, Maria de Fátima Lazzaretti. **Contribuição ao estudo de formação profissional na escola: SENAI 1975-1980**. 1991. 246f. Tese (Doutorado em Educação) – FE-UNICAMP, Campinas.
- BRASIL. **Lei 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, [S.l], 12 de agosto de 1971. P. 6.377. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislação/Lista_Publicacoes.action?id=102368>. Acesso em: 27 mar. 2009.
- BRASIL. **Parecer n.853/71** de 12 de novembro de 1971, do CFE. Núcleo – comum para os currículos do ensino de 1º e 2º Grau, definindo-lhe os objetivos e a amplitude. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislação>>. Acesso em: 20 ago. 2010.
- BRASIL. **Decreto n.81.454**, de 17 de março de 1978. Brasília, 1978. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislação>>. Acesso em: 28 ago. 2010.
- BRASIL. **Lei n.7.044/82** de 18 de dezembro de 1982. Documenta e altera dispositivos da Lei 5.692/71. Brasília, DF, 1982. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislação>>. Acesso em: 30 jul. 2010.
- BRASIL. **Política para a educação profissional**. Brasília: MEC / MTB, 1995.

BRASIL. **Leis, Decretos. Lei n.9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v.134, n.248, p. 27833-27841, 23 de dez. 1996. Seção I, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Decreto 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<http://mec.gov.br/cne>>. Acesso: 20 jul. 2009.

BRASIL. **Decreto n.2.406**, de 27 de novembro de 1997. Autorizou, além da implantação dos cursos de engenharia industrial e dos cursos técnicos de 2º grau, cursos superiores de tecnologia. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. **Parecer n.16/99** – CEB – aprovado em 5 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 12 set. 2010.

BRASIL. **Resolução n.4/99** de 8 de dezembro de 1999. Instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação profissional de Nível Técnico. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. **Decreto n.5.154** de 23 de julho de 2004. Regulamenta o parágrafo 2 do artigo 36 e dos artigos 39 a 41 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e da outras providencias. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://mec.gov.br/cne>>. Acesso: 20 jul. 2009.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRITO, Ana Rosa Peixoto de. **LDB: da “conciliação” possível à lei “proclamada”**. Belém: Graphitte, 1997.

BRYAN, Newton. **Educação e processo de trabalho: contribuição ao estudo da formação da força de trabalho no Brasil**. 1983. 223f. Dissertação (Mestrado em Educação) – FE-UNICAMP, Campinas.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 8, p. 101-141, jun. 1997.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

CEFETS. **Em 1978, com a Lei 6.545, três Escolas Técnicas Federais** (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, os quais são incumbidas na formação de engenheiros de operação e tecnólogos. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 8 set. 2009.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Competitividade Industrial: uma visão estratégica para o Brasil**. Rio de Janeiro: CNI, 1988.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. Competitividade Industrial: Educação básica e formação profissional: uma visão dos empresários. In: REUNIÃO DE PRESIDENTES DE ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS IBERO-AMERICANAS, 6., 1993, Salvador, BA. **Educação Básica e Formação Profissional**. Rio de Janeiro: CNI, 1993.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Educação para a nova indústria**: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil: sumário executivo. Brasília, DF: Confederação Nacional da Indústria, Serviço Social da Indústria, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, 2007.

CUNHA, L. A. O ensino industrial manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 14, p. 89-107, maio/ago. 2000.

DALABRIDA, Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009

DALAROSA, Adair Angelo. Ciência, pesquisa, metodologia na universidade. In: LOMBARDI, José Claudinei. **Pesquisa em educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados; Caçador: HISTEDBR, 2000. p. 97-103.

DEL PINO, Mauro Augusto Burkert. **Reestruturação Produtiva e Política de Educação Profissional**. 2000. 255f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DEREYMEZ, Jean William. **Lê travail**: histoire, perspectives. Grenoble: PUG, 1995.

DICIONÁRIO. THE FREE DICTIONARY. Disponível em: <<http://www.thefreedictionary.com/>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento Poligonal no Brasil nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, set. 1993.

DISCURSO NEY BRAGA. Por ocasião da abertura da 2ª Sessão da 5ª Legislatura na Assembléia Legislativa do Paraná. São Paulo Indústria Gráfica – SPIGE, 1964.

DOMINSCHKE, Desirê Luciane. **O escudo**: a alma do SENAI-PR 1949-1962. 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas: CEDES, n. 75, p. 67- 83, ago. 2001.

EDUCAÇÃO PARA A NOVA INDÚSTRIA. CNI-SENAI-SESI. Brasília, DF: CNI 2007.

EDUCAÇÃO PARA A NOVA INDÚSTRIA. **Uma ação para o desenvolvimento sustentável**. Proposta de ação do Sistema da Indústria, em consonância com as diretrizes do Mapa Estratégico da Indústria. CNI – SESI – SENAI. Brasília, DF: CNI, ago. 2007.

EMOS, Mauro Borges; DINIZ, Clelio Campolina; GUERRA, Leonardo Pontes; MORO, Sueli. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. **Estudos Economicos**, v. 33, n. 4, p. 665-700, 2003.

FAJARDO, Sergio. Caminhos de Geografia: complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no Estado do Paraná. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.9, n.27, p. 31-44, set. 2008.

FIORI, José Luís. Estados nacionais e políticas públicas. In: _____. (Org.). **Em busca do dissenso perdido**. Rio de Janeiro: Insight, 1995. v. 1, p. 195-214.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Efeitos cognitivos da escolaridade do SENAI e da escola acadêmica convencional**: uma pedagogia para cada classe social? 1977. 178f. Dissertação (Mestrado em Educação) – IESAE-FVG, Rio de Janeiro.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 47, p. 38-45, nov. 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A formação e a profissionalização do educador: novos desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu; GENTILLI, Pablo. **Escola S.A.** Brasília: CNTE, 1996. 75-105.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: _____. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 25-54.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**: Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a construção democrática no Brasil: da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 53-67.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 521-536, nov. 2007- fev. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Coord.). **Caminhos para a redefinição a política pública para a educação tecnológica e o sistema nacional de formação profissional continuada**: proposições. Niterói: Projeto integrado UFF-CNPq, 2002 (mimeo).

FRIGOTTO, Gaudêncio. In: GURGEL, C. **A gerência do pensamento**: gestão contemporânea e consciência neoliberal. São Paulo: Cortez, 2003.

GENTILI, P. O discurso da qualidade como a nova retórica conservadora no campo educacional. In: SILVA, T.T. (Org.) **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Petrópolis, Vozes, 1994. p. 111-177.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 76-99.

GENTILI, Pablo A. **O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOULARTI FILHO, Alcides. A questão regional no Brasil: uma introdução ao debate. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Educação Profissional no Paraná**: fundamentos políticos e pedagógicos. Curitiba: SEED, 2005.

HOFF, Sandino. **Os conteúdos das diretrizes educacionais no estado do Paraná**: 1960 a 1984. Maringá: EDUEM, 1991.

INFORMATIVO SENAI. Departamento Regional do Paraná. Acervo: Centro de Memória do Sistema Fiep. Curitiba, Paraná, 2001.

IPARDES. Fundação Edison Vieira. **Principais pólos industriais do estado do Paraná**. Curitiba: CENDI, 1980.

IPARDES. Fundação Edison Vieira. **Estudos para uma Política de Desenvolvimento Industrial no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1981a v.4 – Distribuição Especial da Indústria Paranaense].

IPARDES. Fundação Edison Vieira. **Paraná**: economia e sociedade. Curitiba, IPARDES, 1981b.

IPARDES. Fundação Edison Vieira. **Paraná**: economia e sociedade. Curitiba: IPARDES, 1982.

IPARDES. Fundação Edison Vieira. **Documento IPARDES**. Curitiba: IPARDES, set. 1984a.

IPARDES. Fundação Edison Vieira. **Escolaridade e Mercado de Trabalho**. Curitiba: IPARDES, set. 1984b.

IPARDES. Fundação Edison Vieira. **Cenários da Economia Paranaense 1987-91**. Curitiba: IPARDES, 1987.

- IPARDES. Fundação Edison Vieira. **Evolução dos principais gêneros da indústria paranaense na década de setenta**. Curitiba: IPARDES, 1988.
- KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.
- KUENZER, A. Z. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.
- KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luiz; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 77-96.
- LEÃO, Igor Z. C. C. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IPARDES; CONCITEC, 1989.
- LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LINS, H. N. A Reestruturação da economia mundial e o projeto neoliberal para o Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 11, p. 154-171, mar. 1993.
- LODI, Euvaldo. **Discurso e conferências**. Rio de Janeiro: CNI, 1954.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. Economia paranaense: restrições conjunturais e avanços estruturais. **Revista FAE**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 1-8, set./dez. 1999.
- LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense nos anos 90**: um modelo de interpretação. Curitiba: Ed. do Autor, 2000.
- LUCKESI, Carlos Cipriano. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MAGALHÃES, F.B.B. O novo perfil econômico do Paraná. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 31-52, nov. 1993.
- MANFREDI, Silva Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005. 128 p.
- MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. Indústria Paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Revista Eletrônica Geografar**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 62-80, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/viewFile/6843/4859>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

- MILWARD, Wilhelm E. **Implantação da Indústria Automobilística e Novos Contornos da Região de Curitiba**. 1999. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- MOLLI, Gerônimo de Macedo. **Dez anos, destinos e desatinos**. Curitiba: FIEP, 1993.
- NASCIMENTO, Osvaldo Vieira. **Cem anos do ensino profissional no Brasil**. Curitiba: Editora IBPEX, 2007.
- NASCIMENTO, Vanessa Melo do. **Ensino técnico-profissionalizante no Paraná: análise de sua trajetória**. 2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- NEVES, Lúcia Maria. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.
- OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas Públicas para o Ensino Profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETs**. Campinas: Papirus, 2003.
- OLIVEIRA, Ramon de. A teoria do capital humano e a educação profissional brasileira. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, p. 26-37, abr. 2001.
- OLIVEIRA, Ramon de. **A (des)qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.
- OLIVEIRA, Ramon. A influência do empresariado industrial e das agências multilaterais na educação profissional brasileira. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, v. 1, p. 121-130, 2008.
- PACHECO, Carlos Américo. **Novos padrões de localização industrial? tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial**. Brasília, DF: IPEA, 1999.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PARANÁ. **Economia e Sociedade**. Curitiba: IPARDES, 1982.
- POCHAMANN, Marcio. Mudanças na ocupação e a formação profissional. **Revista Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 3, p. 95-105, jan./jul. 1998.
- PROPOSTA PEDAGÓGICA COLÉGIO SESI-PARANÁ. FIEP/Paraná, 2005.
- RELATÓRIO ANUAL. SENA I-Paraná, 1977. FIEP/CNI, 1977.
- RISCHBIETER, CARLOS. Incentivos à industrialização paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, BADEP, n. 30, p. 7-23, set./dez. 1972.

- RODRIGUES, José dos Santos. **O Moderno Príncipe Industrial**: o pensamento pedagógico da confederação nacional da indústria. 1997. 289f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- ROLIM, C.F.C. O Paraná urbano e o Paraná do *agrobusiness*: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n. 86, p. 49-99, set./dez. 1995.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril Cultura, 1985.
- SANFELICE, J.L. O modelo econômico, educação, trabalho e deficiência. In: LOMBARDI, J.C. (Org.). **Revista em Educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas: Autores Associados; Caçador: UnC, 2000. p. 151-159.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999a.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, A.; SANTOS, Boaventura de Souza; CHESNAIS, F. et al. **A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto-CORECON, 1999b. p. 31-75.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez Editora, 1986.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, p. 1231-1255, out. 2007.
- SENAI. **Relatório do Senai**. Curitiba: Departamento Regional do Paraná, 1956. Acervo: Centro de Memória do Sistema FIEP.
- SENAI. **Introdução aos Fundamentos do Ensino Industrial**. Curitiba: SENAI, 1969.
- SENAI. **Relatório do SENAI**. Curitiba: Departamento Regional do Paraná, 1970. Acervo: Centro de Memória do Sistema FIEP.
- SENAI. **Relatório do SENAI**. Curitiba: Departamento Regional do Paraná, 1971. Acervo: Centro de Memória do Sistema FIEP.
- SENAI. **Relatório do SENAI**. Curitiba: Departamento Regional do Paraná, 1972. Acervo: Centro de Memória do Sistema FIEP.
- SENAI. Editorial Geronimo de Macedo. **Relatório**. Curitiba: SENAI, 1977.
- SENAI. **A entidade SENAI**. Rio de Janeiro. Departamento Nacional, 1991.

SENAI. **Ações e compromissos**. Relatório Anual do Sistema SENAI. Curitiba: Departamento Regional do Paraná, 1996.

SENAI. **Educando para o trabalho e a cidadania**. Rio de Janeiro: CNI, 1995.

SENAI. **Ações e compromissos**. Relatório Anual do Sistema SENAI. Curitiba: Departamento Regional do Paraná, 1998a.

SENAI. **Relatório de atividades**. Curitiba: Departamento Regional do Paraná, 1998b. Acervo: Centro de Memória do sistema FIEP.

SENAI. **Relatório Anual do sistema SENAI**. Curitiba: Departamento Regional do Paraná, 1999. Acervo: Centro de Memória do Sistema FIEP.

TREVIZAN, Antonio Theolindo. **Qualificação profissional dirigida a populações urbanas de baixa renda**. Curitiba: AR/SENAC, 1982.

TREVISAN, Antônio Theolindo. **Senai: Paraná 50 anos**. Curitiba: Champagnat, 1995.

TRINTIN, J. G. **Industrialização do norte-paranaense e a questão do bloqueio ao desenvolvimento de regiões periféricas**. 1989. 264f. Mestrado (Dissertação em Economia) – PIMES/UFPE, Recife.

TRINTIN, Jaime Graciano. História e desenvolvimento da economia paranaense: da década de trinta a meados da década de noventa do século XX. In: SEGUNDAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADAS, 2005, Porto Alegre. **Anais....** Segundas Jornadas de Historia Regional Comparadas. p. 36-51.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense: 1970-2000**. Maringá: EDUEM, 2006.